

# Desenvolvimento Humano e Condições de Vidas Indicadores Brasileiros



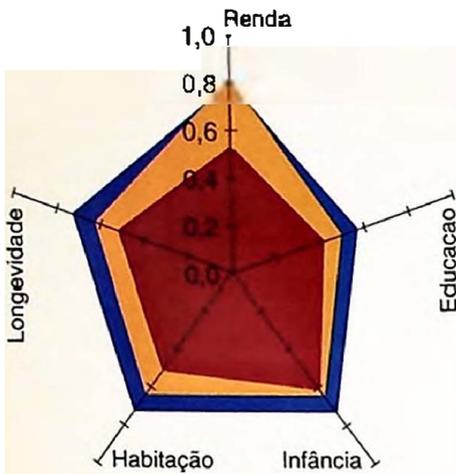
FUNDAÇÃO  
JOÃO PINHEIRO



IBGE

pnud





O diagrama de cinco pontas é usado para representar a evolução das cinco dimensões do ICV no período 1970-1991.

Cada eixo representa uma das cinco dimensões que compõem o índice: Renda, Educação, Infância, Habitação e Longevidade. Os valores do índice variam entre **zero** (no centro) e **um** (nas extremidades de cada eixo)

O gráfico mostra esses valores para o Brasil, em 1970, 1980 e 1991. Nota-se que as melhorias são mais ou menos equivalentes nas duas décadas para as dimensões Longevidade, Educação e Habitação. Na dimensão Renda, a melhoria mais significativa ocorre durante a década de setenta, chegando a piorar na década de oitenta. Já para a dimensão Infância, as melhorias se concentram na década de oitenta.

**Desenvolvimento Humano e Condições de Vida:  
Indicadores Brasileiros**

Copyright © 1998

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

***Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros  
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil***

**Instituições Participantes:**



**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD**

SCN Quadra 2 Bloco A - 7º andar - 70712-900 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: (061) 329-2000 - Fax: (061) 329-2099

*Home page:* <http://undp.org.br>

Representante Residente do PNUD e Coordenador do Sistema das Nações Unidas no Brasil

**Walter Franco**

Assessor para Desenvolvimento Sustentável

**José Carlos Libânio**



**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 16º andar - 20020-010 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021) 292-5141 e 220-7679 - Fax: (021) 240-1920

*Home page:* <http://www.ipea.gov.br>

Presidente

**Fernando Rezende**

Diretor de Pesquisa

**Cláudio Considera**



**Fundação João Pinheiro - FJP / Governo de Minas Gerais**

Al. das Acácias, 70 - Pampulha - 31275-150 - Belo Horizonte - MG

Tel.: (031) 448-9706 - 448-9400 - Fax: (031) 448-9698

*Home page:* <http://www.fjp.gov.br>

Presidente

**Roberto Borges Martins**

Diretora do Centro de Estudos Econômicos e Sociais

**Maria Luiza de Aguiar Marques**



**Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ

*Home page:* <http://www.ibge.gov.br>

Presidente

**Simon Schwartzman**

Diretor de Pesquisas

**Lenildo Fernandes Silva**

**PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

**FJP – Fundação João Pinheiro**

**IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

# **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros**

**Coleção Desenvolvimento Humano**

Brasília

Setembro de 1998

Projeto “Desenvolvimento Humano no Brasil” (BRA/97/007)

## **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros**

### **Coordenação Técnica**

Paulo R. Haddad  
Regis Bonelli

### **Coordenação Institucional**

Cláudio Considera / IPEA  
Roberto Borges Martins FJP  
José Carlos Libânio / PNUD

### **Indicadores de Desenvolvimento Humano no Brasil e Unidades da Federação, 1970-1996 (cap.2)**

Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha /consultor  
Cláudio Considera / IPEA  
Mérica Medina /IPEA

### **Indicadores de Desenvolvimento Humano e de Condições de Vida nos Municípios Brasileiros, 1970-1991 (cap.3)**

Ricardo Paes de Barros /coordenador, IPEA  
Maria Luíza Aguiar Marques /coordenadora, FJP  
Alinne de Carvalho Veiga /IPEA  
Cláudia Júlia Guimarães Horta /FJP  
Fernando Martins Prates /FJP  
Mônica Bahia Barboza /IPEA  
Mônica Galupo Fonseca /FJP  
Olinto José Oliveira Nogueira /FJP  
Phillipe George Pereira Guimarães Leite /IPEA  
Rosane Silva Pinto de Mendonça /IPEA  
Vera Scarpelli Castilho /FJP  
Giovani Ramalho Quintaes /assistente, IPEA  
Leandro Valente /assistente, IPEA  
José Alberto Magno de Carvalho /consultor para demografia, CEDEPLAR/UFMG  
Laura Rodriguez Wong /consultora para demografia, CEDEPLAR/UFMG

### **Softwares de apresentação e análise dos indicadores**

Eduardo Martins /criação e desenvolvimento, ESM Consultoria Ltda.  
Fausto dos Anjos Alvim /testes e controle de qualidade, PNUD  
César Henrique de Lima Nobre /testes e controle de qualidade, PNUD

### **Capa**

Conceito Comunicação Integrada

### **Editoração Eletrônica e Arte**

Guilherme Novaes

### **Produção Editorial**

Gustavo Barbosa

# PREÂMBULO

Desde 1990, o PNUD publica o *Relatório do Desenvolvimento Humano* no mundo. Ao longo desse tempo, desenvolveu-se uma metodologia que permite avaliar o desenvolvimento não apenas do ponto de vista do crescimento econômico mas também pelo prisma de outras dimensões capazes de interpretar a realidade humana, como a longevidade e o nível educacional. Nesses relatórios, além da pesquisa de indicadores, tem sido apresentada uma série de temas relevantes, experiências bem-sucedidas e propostas criativas.

O PNUD publicou o primeiro *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil* em 1996. O documento tornou possível uma visualização clara da situação do desenvolvimento humano no país, em suas macrorregiões e em cada Unidade da Federação. Foram destacadas as desigualdades de gênero e de renda assim como as desigualdades regionais e suas principais causas. A abordagem utilizada foi inovadora ao tratar de questões prementes para o país – como, por exemplo, a sobrecarga sobre os recursos naturais, a conquista da cidadania, o acesso à Justiça e a transição demográfica – e suas implicações nas áreas de educação, saúde, emprego e meio ambiente. As análises sobre estes e outros temas foram acompanhadas de um volume expressivo de estatísticas relevantes.

Ao editar, em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, este *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros*, o PNUD visa contribuir para o acompanhamento, a análise e a avaliação das políticas públicas brasileiras, em todos os níveis da Federação. Governantes, líderes comunitários, políticos, técnicos, pesquisadores, a imprensa e a sociedade civil, em geral, encontrarão neste trabalho informações relevantes para balizarem suas análises e ações.

O PNUD formulou convite para que, através de uma parceria, o conceito de Desenvolvimento Humano Sustentável fosse aproximado da realidade local brasileira. O exercício resultou em uma valiosa contribuição de instituições e pesquisadores brasileiros para que esse paradigma de desenvolvimento, que tem o crescimento econômico como um meio e o ser humano como fim, fosse conceitualmente ampliado e focalizado. Para melhor captar essa realidade, a investigação promovida chegou pioneiramente ao nível municipal, onde realmente se encontram as pessoas, que devem ser o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento.

A construção e adaptação de indicadores e de índices sintéticos de desenvolvimento humano para o Brasil permitirão uma análise fundamentada dos resultados das políticas nacionais em cada um dos municípios do País e em suas micro e macrorregiões. Será possível verificar, por exemplo, onde políticas governamentais e iniciativas da sociedade foram bem-sucedidas ou não. Será possível corrigir rumos, descentralizar com mais efetividade, localizar onde estão as principais carências e supri-las com eficiência.

O Índice de Condições de Vida propiciará, por meio dos indicadores de mortalidade infantil, escolaridade média, situação habitacional e outros, uma avaliação acurada da situação dos brasileiros em todos os lugares onde vivem e dos fatores que influenciam essa situação. A inovação representada por esse índice constituirá um importante subsídio para o desenvolvimento local.

Das análises aqui apresentadas, destaca-se o papel crucial da educação, cuja contribuição para a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, nos anos recentes, tem sido crescentemente significativa. Mesmo na chamada "década perdida" de 1980 a 1990, o Brasil registrou uma evolução positiva do Índice de Desenvolvimento Humano e isso ocorreu, principalmente, graças aos avanços na educação - e também ao progresso alcançado na esperança de vida ao nascer. O que evidencia que a renda é uma dimensão necessária, mas não suficiente do desenvolvimento humano.

Também fica evidente que o país ainda apresenta acentuadas desigualdades regionais e setoriais. E que as desigualdades de renda exercem um papel decisivo na construção desse panorama. Os formuladores de políticas públicas que se defrontam com o desafio de minimizar essas diferenças poderão encontrar, neste estudo, informações que os ajudem no trabalho em favor do ser humano - visando à erradicação da pobreza, à redução da distância entre os grupos de mais alta e mais baixa renda e à eliminação das desigualdades entre homens e mulheres.

O *Atlas do Desenvolvimento Humano* apresenta banco de dados geograficamente referenciado, contido em um *CD-ROM* que acompanha este documento. Para os que se debruçam sobre os problemas brasileiros será uma ferramenta importante - pela riqueza de informações e pela possibilidade de combiná-las em várias dimensões. Governo e sociedade, desde seu nível local, estarão em condições de identificar entraves ao desenvolvimento humano e de planejar como superá-los, por meio deste instrumento que democratiza o acesso a informações sobre o tema desenvolvimento. Nesse sentido, o PNUD estará pronto a cooperar para a melhor capacitação institucional em planejamento para o desenvolvimento humano sustentável.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento agradece às instituições, estudiosos, pesquisadores e técnicos que aceitaram participar desta parceria. O escritório do PNUD no Brasil continuará oferecendo sua colaboração à análise das grandes questões de interesse nacional e ao encaminhamento de soluções - como já faz em tantos setores e com tantos parceiros.

**Walter Franco**  
Representante Residente do PNUD e  
Coordenador do Sistema das Nações Unidas no Brasil

# APRESENTAÇÃO

É com renovada satisfação que apresentamos esta nova edição dos indicadores do desenvolvimento humano no Brasil, elaborada através de um trabalho conjunto do PNUD, do IPEA e da Fundação João Pinheiro, que se junta a partir de agora à já tradicional parceria estabelecida entre as duas primeiras instituições para desenvolver estudos nessa área.

Esse volume é de especial interesse pois, prosseguindo na linha de inovação que tem marcado essas publicações, além do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e dos estados da federação, ele apresenta também estimativas inéditas de índices de desenvolvimento humano e de condições de vida para todos os municípios e microrregiões geográficas do país.

A metodologia que permitiu a aplicação, em escala municipal, do aparato conceitual criado pelo PNUD para aferir o nível de desenvolvimento humano de países e de grandes unidades geográficas, foi desenvolvida pioneiramente por pesquisadores do IPEA e da FJP num estudo realizado em 1996 sobre os municípios de Minas Gerais. Os dois índices então concebidos – IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e ICV (Índice de Condições de Vida) – assim como os procedimentos para obtê-los a partir das informações dos Censos Demográficos, constituem contribuições originais aos estudos de desenvolvimento humano.

Essas contribuições, bem como a qualidade técnica, a independência e a integridade intelectuais das equipes responsáveis por aquele e pelo presente trabalho, são motivo de justo orgulho de nossas instituições.

Na edição dos indicadores em 1996, dizia-se que das estatísticas emergia um **retrato forte da sociedade brasileira no início dos anos 90**. Como se poderá ver neste volume, as mesmas palavras ainda poderiam ser aplicadas; mas as evidências de progresso social são muito claras nas séries aqui apresentadas, as quais, exatamente para permitir o acompanhamento da evolução temporal dos índices, retroagem até 1970 e 1980, atualizam, com estatísticas mais precisas os números de 1991, e avançam até 1995 e 1996, últimos anos para os quais se podem calcular os índices com os dados disponíveis neste momento.

No *Relatório de Desenvolvimento Humano*, internacional, edição de 1998, verifica-se que o IDH do Brasil alcançou, em 1995, o patamar de 0,809, que permite situar o país, pela primeira vez, no grupo de nações de **alto desenvolvimento humano**, segundo o critério do PNUD.

Os índices aqui apresentados não só confirmam esse patamar, como também apontam para sua consolidação, pois atingem os valores de 0,814 em 1995 (a pequena diferença resulta de termos utilizado estatísticas mais atualizadas que o *Human Development Report Office*, que elabora os RDH internacionais), e de 0,830 em 1996. Essa evolução positiva deve-se, principalmente, à melhoria

dos indicadores relativos à educação e à renda, refletindo, sem dúvida, os esforços da nação nessas áreas.

Mais importante, porém, é que, embora os vários Brasis evidenciados no relatório de 1996 continuem claramente existindo, eles estão, também, se tornando mais homogêneos. A elevação do índice médio do Brasil não se deve a melhorias concentradas em apenas alguns estados ou regiões, mas sim, pelo contrário, distribuídas por todo o território nacional. Enquanto em 1991, para mencionar apenas um período mais recente, ainda havia dois estados enquadrados na categoria de baixo desenvolvimento humano, já em 1995 todos haviam superado essa condição e atingido pelo menos o nível intermediário. Por outro lado, se havia naquele ano apenas seis Unidades da Federação na faixa do alto desenvolvimento humano, elas já eram oito em 1995 e onze em 1996. Essa convergência pode ser percebida ainda no fato de que, ao longo do período coberto pelo estudo, as taxas de crescimento dos indicadores dos estados situados nas posições mais baixas da escala são consistentemente mais altas que as daqueles situados nas primeiras colocações.

Embora a necessidade de utilizar apenas dados censitários tenha limitado a pesquisa, nesse nível de desagregação, até o ano de 1991, o detalhamento da análise ensejado pelos novos índices municipais (o IDHM e o ICV) aponta na mesma direção. Enquanto em 1970 não havia nenhum município na faixa do alto desenvolvimento humano – apenas 361 na faixa média e 3.591 na categoria inferior –, em 1991 esses números passaram a ser, respectivamente: 80 municípios na faixa do alto desenvolvimento humano, 2.593 na faixa média e 1.818 na faixa inferior. A população vivendo nos municípios de alto e médio desenvolvimento humano passou, no mesmo período, de 38 para 78 por cento do total do país.

A principal conclusão que emerge desse estudo é, portanto, a de que, se por um lado é evidente que ainda não desapareceram as carências e as desigualdades sociais e regionais que têm caracterizado historicamente a sociedade brasileira, e que ainda há um longo caminho a ser percorrido, por outro a evolução dos indicadores aqui apresentados sugere fortemente que se está no caminho certo.

O conceito de desenvolvimento humano, lançado pelo PNUD há menos de uma década, vem se constituindo desde então num dos instrumentos mais poderosos para o conhecimento das realidades sociais e para a mobilização acadêmica e política em torno da meta do progresso integral e harmônico da humanidade.

O IPEA e a Fundação João Pinheiro sentem-se felizes por participar desse esforço e agradecem aos seus pesquisadores, ao *staff* do PNUD, ao IBGE, ao MEC, à ESM Consultoria, ao Banco Mundial e a todas as pessoas e instituições

que contribuíram para o sucesso do presente estudo. Ao PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – somos gratos pela honrosa parceria, que certamente renovar-se-á ao longo dos próximos anos, sempre com o objetivo de contribuir para o conhecimento e o desenvolvimento do Brasil.

Fernando Rezende  
Presidente do IPEA

Roberto Borges Martins  
Presidente da FJP

Este estudo é um dos resultados do projeto **BRA/97/007 – Desenvolvimento Humano no Brasil**, realizado através de uma parceria entre o **PNUD**-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o **IPEA**-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a **FJP**-Fundação João Pinheiro.

Foi desenvolvido sob a coordenação do Prof. Paulo Roberto Hadclad, que teve sob sua responsabilidade a articulação das pesquisas e a redação inicial deste trabalho. Na equipe sob sua supervisão direta destaca-se especialmente o Dr. Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha, responsável pela elaboração da maior parte do material estatístico básico para o capítulo 2.

O jornalista Washington Novaes, consultor editorial desta publicação, colaborou ao longo deste projeto, com profissionalismo e dedicação. O Prof. Paulo Sales contribuiu substantivamente para a concepção dos indicadores presentes no Anexo Estatístico.

O material que constitui o capítulo 3 é altamente inovador no cenário internacional das pesquisas sobre o desenvolvimento humano, pela construção e cálculo de um indicador desagregado ao nível de municípios (o **IDH-M**), pela proposição de um novo índice (o **ICV** – Índice de Condições de Vida), também apresentado em nível municipal, e pela elaboração analítica que contém.

Ele foi produzido através de um intenso esforço de dezoito meses, por uma equipe conjunta de pesquisadores do **IPEA** e a da **FJP**.

Para seu sucesso foi de fundamental importância o trabalho pioneiro desenvolvido em 1996, pela **Fundação João Pinheiro** e pelo **IPEA**, sob a responsabilidade da mesma equipe, e com o apoio da **FAPEMIG** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais- de elaboração conceitual, metodológica e operacional para o cálculo dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH-M e ICV) para os municípios de Minas Gerais.

Essa equipe, coordenada pelos doutores Ricardo Paes de Barros (**DIPES/ Diretoria de Pesquisa do IPEA**) e Maria Luiza Aguiar Marques (**CEES/FJP**) e constituída pelos pesquisadores Rosane Silva Pinto de Mendonça, Mônica Bahia Barboza, Phillipe George Pereira Guimarães Leite e Alinne de Carvalho Veiga, da **DIPES/IPEA**; Fernando Martins Prates, Mônica Galupo Fonseca Costa, Olinto José Oliveira Nogueira e Vera Scarpelli Castilho, do **Centro de Estudos Econômicos e Sociais da FJP**, Cláudia Júlia Guimarães Horta, do **Centro de Estatística e Informações da FJP**; e pelos assistentes de pesquisa Giovani Ramalho Quintaes e Leandro Valente, da **DIPES/IPEA**, merece especial reconhecimento, pela excelência do resultado e por sua contribuição original aos estudos de desenvolvimento humano.

O *software* do “Atlas do Desenvolvimento Humano”, contido no CD-ROM que constitui parte integral desta publicação, foi projetado e desenvolvido especialmente para este projeto, pelo Dr. Eduardo Martins, da **ESM Consultoria Ltda**, de Belo Horizonte. Cabe-lhe um agradecimento especial pela qualidade desse *software*, e daquele criado especialmente para demonstrar os índices contidos no segundo capítulo deste estudo – que está disponível na Internet. Ambos representam um marco na apresentação e análise de dados socioeconômicos georreferenciados e na democratização do acesso a informações dessa natureza. César Henrique de Lima Nobre, da equipe de informática do **PNUD**, acompanhou os testes, realizados por Fausto dos Anjos Alvim, que contribuíram para a qualidade desses programas.

Somos também gratos aos consultores do projeto na área de Demografia, Dr. José Alberto Magno de Carvalho e Dra. Laura Rodriguez Wong, ambos do **CEDEPLAR/UFGM**; aos doutores Cláudio Considera e Mérida Herasme Medina, da **DIPES/IPEA**, por sua contribuição na área das contas regionais dos estados brasileiros; à Dra. Lena Lavinhas e os assistentes Renata Bezerra, Rodrigo Paiva e Marcelo Amaral, da **DIPES/IPEA**, pela elaboração do IDH ajustado ao gênero, e às equipes da **DIPOS** - Diretoria de Políticas Sociais e da **DIPRU** - Diretoria de Políticas Regionais e Urbanas, do **IPEA**, pelo apoio e comentários conceituais e metodológicos nas fases iniciais do estudo, particularmente com respeito ao material apresentado no capítulo 3.

O **IBGE**, através de seu presidente, Dr. Simon Schwartzman, do seu diretor de pesquisas, Dr. Lenildo Fernandes Silva, do chefe do Departamento de População e Indicadores Sociais, Dr. Luiz Antônio Pinto de Oliveira, do chefe da Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, Dr. Juarez de Castro Oliveira, da Dra. Maria Dolores Kappel, da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais e das demais equipes responsáveis pelas estatísticas demográficas, geográficas e sociais, merece um agradecimento especial pela inestimável colaboração prestada ao longo de todo o projeto.

Agradecemos também ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), nas pessoas do Dr. João Batista Ferreira Gomes Neto, diretor de Informações Estatísticas e coordenador do projeto BRA/96/026, “Implementação do Sistema Integrado de Informações Educacionais” (SIEd), e do coordenador geral de Análise Estatística, Dr. Carlos Eduardo Moreno Sampaio.

Um agradecimento especial é devido também ao Dr. Sultan Ahmad, do **Development Data Group** da Vice Presidência de Economia do Desenvolvimento do **Banco Mundial**, pela presteza com que forneceu os dados do *World Development Indicators 1998*, referentes ao PIB *per capita* em dólares corrigidos pelo índice de paridade do poder de compra utilizados no capítulo 2.

Nossos agradecimentos também são dirigidos à equipe do PNUD, particularmente à Nuria Felipe, Teresa Chaves, Fátima Soutello, Silneiton Favero, Janete Carneiro, José Luiz Lima Carlos Castro e Wilson Soares; aos integrantes da Unidade de Programa, nas pessoas de seus coordenadores, Maria Ligaya Fujita, Cristina Montenegro, Oswaldo Castilho e Adelina Paiva; à Iara Marques e aos membros das Unidades de Informática, Finanças e Operações. Agradecemos especialmente ao Representante Adjunto do PNUD, Sr. José Eguren, por seu apoio dedicado a este projeto, e à Ana Lúcia Schettini.

A conclusão e a redação final deste estudo estiveram a cargo do Dr. Regis Bonelli, pesquisador visitante do **IPEA**, que foi o responsável pela coordenação das etapas finais deste trabalho.

**Desenvolvimento Humano e Condições de Vida:  
Indicadores Brasileiros**

Equipe de Coordenação

Paulo Roberto Haddad e Regis Bonelli  
**Coordenadores Técnicos**

Cláudio Considera  
**Coordenador pelo IPEA**

Roberto Borges Martins  
**Coordenador pela FJP**

Maria Luiza Aguiar Marques e Ricardo Paes de Barros  
**Coordenadores de Pesquisa**

Washington Novaes  
**Consultor Editorial**

José Carlos Libânio  
**Coordenador pelo PNUD  
do Projeto BRA/97/007  
Desenvolvimento Humano no Brasil**

# SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	19
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	20
O RDH de 1998, internacional, e a posição do IDH no Brasil em uma visão de longo prazo (1960/1995)	21
O Brasil no contexto internacional em 1995	22
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o Brasil em 1991, 1995 e 1996	24
Evolução do IDH entre 1970 e 1996: Brasil e Unidades da Federação	26
O Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Condições de Vida	29

## Capítulo 1

<b>Desenvolvimento Humano Sustentável: Conceitos e Indicadores</b>	35
1.1 Definição	35
1.2 Medidas do Desenvolvimento Humano: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	37
1.3 Inovações e Medidas Complementares	39
1.4 Relatórios do Desenvolvimento Humano: Internacional e Nacionais	41

## Capítulo 2

<b>Análise da Evolução Histórica do IDH no Brasil</b>	43
2.1 Introdução	43
2.2 O RDH Internacional e a posição do IDH do Brasil em uma Visão de Longo Prazo (1960 - 1995)	44
2.3 O Brasil no Contexto Internacional em 1995	46
2.4 Resultados 1995-96: Brasil e Unidades da Federação	53
2.5 Mudanças entre 1991 e 1995-1996: Brasil e Unidades da Federação	57
2.6 Mudanças de Longo Prazo, 1970 a 1996: Brasil e Unidades da Federação	59

## Capítulo 3

<b>O Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Evolução no Período 1970-1991</b>	71
3.1 Introdução: Conceitos e Metodologia	71
3.2 Evolução do IDHM nos Municípios Brasileiros: 1970, 1980 e 1991	81
3.3 O Índice de Condições de Vida (ICV): Análise dos Municípios, 1970 - 1991	85
3.4 A Heterogeneidade entre Municípios nas Condições de Vida segundo o ICV	91

<b>Anexos</b>	101
1. Anexo Conceitual: Instrumentos Analíticos para o Desenvolvimento Humano	102
2. Nota Técnica: Metodologia de Construção do IDH	107
3. Anexo Metodológico: Definição dos Indicadores que compõem o IDHM e o ICV	111
<b>Apêndice Estatístico</b>	121
1. Tabelas do Texto	122
2. Tabelas Complementares	129
<b>Bibliografia</b>	139

# LISTA DE TABELAS

2.1	Varição do IDH entre 1960 e 1995, países selecionados	46
2.2	Sumário de índices e IDH – Brasil e grupos de países selecionados (1995)	47
2.3	IDH para o Brasil e Unidades da Federação (1970, 1980, 1991, 1995 e 1996)	58
2.4	Brasil – Contribuição relativa dos componentes na evolução do IDH	66
2.5	Contribuição dos componentes para a evolução do IDH segundo regiões	67
3.1	Número e proporção de municípios segundo categorias do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 1970, 1980 e 1991	86
3.2	Proporção da população que vive em municípios de alto, médio e baixo desenvolvimento humano (IDH) – Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 1970, 1980 e 1991	87
A.2.1	Índice de Desenvolvimento Humano – 1996	122
A.2.2	Índice de Desenvolvimento Humano – 1995	123
A.2.3	Índice de Desenvolvimento Humano – 1991	124
A.2.4	Índice de Desenvolvimento Humano – 1980	125
A.2.5	Índice de Desenvolvimento Humano – 1970	126
A.2.6	IDH e dimensões – Países com população maior que 20 milhões	127
A.2.7	IDH e dimensões – Países da América Latina e Caribe	128
A.2.8	Contribuição dos componentes na evolução do IDH	129
A.2.9	Contribuição dos componentes na evolução do IDH (em %)	130
A.2.10	Comparações regionais entre Indicadores de Desenvolvimento Humano – IDH como porcentagem do valor do Brasil	131
A.2.11	Comparações regionais entre Indicadores de Desenvolvimento Humano – IDH como porcentagem de São Paulo	132
A.2.12	Comparações regionais entre Indicadores de Desenvolvimento Humano – IDH como porcentagem do valor da Região	133
A.2.13	Redução no déficit (1 – IDH)	134
A.2.14	Ranking do IDH ajustado aos gêneros – 1995 (IDH-G)	135
A.2.15	Índice de Desenvolvimento Humano ajustado aos gêneros Dados básicos 1995	136
A.2.15	Índice de Desenvolvimento Humano ajustado aos gêneros – Índices parciais 1995	137

# LISTA DE GRÁFICOS

2.1	IDH dos 44 países com população maior do que 200 milhões de habitantes (1995)	49
2.2	IDH, Brasil e 21 países da América Latina e Caribe	50
2.3	Dimensões do IDH, Brasil e 43 países com população maior que 20 milhões de habitantes	51
2.4	Dimensões do IDH, Brasil e 21 países da América Latina e Caribe	52
2.5.A	IDH: Brasil e Regiões, 1970 / 1996	63
2.5.B	IDH: Unidades da Federação, 1970 / 1996	64
2.6	Participação dos componentes no crescimento do IDH Brasil – 1970, 1980, 1991 e 1996	65
3.1	Proporção acumulada de população e de municípios segundo o IDH – Brasil – 1970, 1980 e 1991	83
3.2	Proporção de municípios com Índice de Condições de Vida (ICV) piores do que o padrão e proporção da população que vive nesses municípios – 1991 – Brasil	85
3.3	Proporção de municípios com índices parciais do ICV piores do que a média do Brasil em 1991 – Regiões – 1991	88
3.4	Índices sintéticos das dimensões do ICV – Brasil – 1970, 1980 e 1991	89
3.5	Distribuição dos municípios segundo o ICV – Brasil – 1970, 1980 e 1991	91
3.6	Distribuição dos municípios segundo o ICV – Brasil e Regiões – 1991	92
3.7	Grau de disparidade intermunicipal, segundo o ICV – Brasil e Regiões – 1991	93
3.8	Decomposição da desigualdade de renda familiar <i>per capita</i> medida pelo Índice de Theil – Brasil – 1970, 1980 e 1991	95
3.9	Decomposição da desigualdade de renda familiar <i>per capita</i> medida pelo Índice de Theil – Regiões – 1970, 1980 e 1991	96
A.1	Correção do PIB <i>per capita</i> pela Fórmula de Atkinson	109

# LISTA DE QUADROS

1.1	Desenvolvimento Humano: uma concepção holística	37
2.1	45 países de alto IDH em 1995 com informações em 1960	45
3.1	Construção de índices sintéticos – a questão da ponderação dos indicadores	72
3.2	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice de Condições de Vida (ICV)	73
3.3	Indicadores e Índices de Condições de Vida	80

# LISTA DE FIGURAS

2.1	Geografia do desenvolvimento humano – Unidades da Federação (1970, 1980, 1991, 1995, 1996)	62
3.1	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Brasil e municípios – 1970, 1980, 1991	84





# RESUMO

Os índices de desenvolvimento humano e de condições de vida de que trata este estudo são de três tipos. O primeiro é o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, criado por um grupo de especialistas liderados pelo cientista Mahbub ul Haq, para todos os países, e publicado, a cada ano desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no *Relatório do Desenvolvimento Humano – internacional*.

O presente estudo traz uma série inédita com os valores do IDH, referentes aos anos de 1970, 1980, 1991, 1995 e 1996, para o Brasil, suas regiões e Unidades da Federação, calculada com base nas mais recentes estatísticas oficiais brasileiras e em dados fornecidos pelo Banco Mundial. Esta série do IDH (1970-1996) e seus componentes também está disponível na Internet, gratuitamente, nas *home pages* do PNUD, do IPEA e da FJP.

O segundo é o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**, que focaliza o município como unidade de análise, e tem metodologia similar à do IDH.

O terceiro é o **Índice de Condições de Vida (ICV)**, conceitualmente próximo ao IDHM, pois também utiliza o município como unidade geográfica de referência, mas engloba um número maior de dimensões e indicadores básicos em sua construção. O IDHM e o ICV estão apresentados no CD-ROM que acompanha esta publicação.

Além destes índices, este estudo analisa também os valores do IDH do Brasil apresentados no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1998 (RDH 98 – internacional)*, publicado pelo PNUD. As diferenças entre os valores do IDH no Brasil que aparecem no *RDH 98* e deste estudo resultam das fontes de dados utilizadas. O *RDH 98* utiliza dados das agências do sistema da Organização

das Nações Unidas (ONU) e de outras agências internacionais, que ajustam as estatísticas fornecidas por governos nacionais, a fim de preservar sua comparabilidade interna. Já os cálculos realizados para o presente estudo são baseados em estatísticas recentes fornecidas por instituições oficiais brasileiras – o IBGE e o MEC – nos casos da esperança de vida, das taxas de alfabetização de adultos e da matrícula combinada nos três níveis de ensino, e pelo Banco Mundial, no caso do PIB *per capita* do Brasil e da renda *per capita* média mundial, ambos ajustados pela paridade do poder de compra e medidos em dólares internacionais (PPC\$).

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem sendo calculado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990. O IDH representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a **longevidade** de uma população – expressa pela esperança de vida –, seu **grau de conhecimento** – traduzido por duas variáveis educacionais, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino – e sua **renda ou PIB *per capita***, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países.

O índice se situa entre os valores 0 (zero) e 1 (um), valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Segundo a classificação utilizada nos *RDH* internacionais é possível enquadrar os países em três categorias, segundo os valores observados para o IDH:

- (i) Países com baixo desenvolvimento humano, quando o IDH for menor do que 0,500;
- (ii) Países de médio desenvolvimento humano, para os valores entre 0,500 e 0,800;
- (iii) Países de alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

## **O RDH DE 1998, INTERNACIONAL, E A POSIÇÃO DO IDH DO BRASIL EM UMA VISÃO DE LONGO PRAZO (1960 - 1995)**

O *Relatório do Desenvolvimento Humano de 1998 (internacional)* apresenta a evolução do IDH para um grande número de países nos anos de 1960, 1970, 1980, 1992 e 1995. O número de países listados diminui quando se caminha para trás no tempo: partindo de 174 em 1995, chega-se a 1960 com um grupo de 110 países.

A posição brasileira nestes dois conjuntos de países melhorou substancialmente no longo prazo: o Brasil ocupava a 51ª posição entre os 110 países em 1960 – pouco acima da mediana da distribuição – e a 62ª entre 174 países em 1995, bem próximo do terço superior.

Além disso, nosso país estava situado no grupo de baixo desenvolvimento humano em 1960, com índice de 0,394 naquele ano. Essa situação seria superada em 1970, quando o IDH brasileiro passou ao nível de 0,507 – justo acima do limite entre o baixo e o médio desenvolvimento. Em 1980 o IDH brasileiro atingia 0,673 e em 1992 chegava a 0,756, ambos na faixa dos países de médio desenvolvimento humano. Finalmente, o índice de 0,809 alcançado em 1995 classifica o Brasil, pela primeira vez nas séries elaboradas nos *RDH*, entre os países de alto desenvolvimento humano.

No presente estudo, *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros*, a análise foi aprofundada a partir de uma amostra de 45 países, para os quais o RDH 98 traz dados tanto para 1960, quanto para 1995. Nela o país com mais alto IDH em 1960 era a Suécia, seguida do Canadá, Noruega e EUA, empatados, com IDH muito próximo ao do líder. Em quinto lugar aparecia a Dinamarca. No extremo oposto da distribuição apareciam, começando pelo de menor IDH: Malásia, Tailândia, Brasil, Coreia do Sul e Portugal. O importante a ressaltar é que os valores do IDH na listagem indicam que ocorreram grandes mudanças entre as posições dos 45 países incluídos.

Os países de baixo desenvolvimento humano em 1960 foram os que tiveram maiores progressos no IDH,

***O índice alcançado em 1995 classifica o Brasil, pela primeira vez, entre os países de alto desenvolvimento humano***

em termos absolutos e relativos. Em geral, quanto mais baixo o IDH em 1960, maior a taxa de crescimento do indicador entre este ano e 1995. No extremo superior da distribuição de países, segundo o IDH, as taxas de crescimento do indicador são muito menores do que as do extremo inferior. Quanto mais elevado o IDH, menor seu crescimento no longo prazo; e vice-versa.

### **O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL EM 1995**

O *RDH 1998 internacional* também apresenta informações sobre as três dimensões do IDH para o ano de 1995. O Brasil aparecia, na classificação de países segundo o grau de desenvolvimento humano, na 62ª colocação, com um IDH de 0,809.

Cumprе ressaltar que dos dez países com mais de cem milhões de habitantes, apenas três estavam no grupo de alto desenvolvimento humano em 1995. Eles eram, pela ordenação do IDH, Estados Unidos, Japão e Brasil. Dos dezessete países com mais 60 milhões de habitantes, havia apenas cinco com alto desenvolvimento humano naquele ano.

Havia 64 países no grupo de alto desenvolvimento humano (com IDH médio de 0,897), 66 países no de médio desenvolvimento humano (com IDH médio de 0,670) e 44 países no grupo de baixo desenvolvimento humano (com IDH médio de 0,409) em 1995. O Brasil, portanto, estava no final do grupo das nações de alto desenvolvimento humano, próximo do limite de 0,800 que divide os países de médio e alto desenvolvimento humano.

A posição do Brasil em relação às médias mundiais e as de grandes grupos de países em 1995 permite concluir que a esperança de vida ao nascer brasileira (66,6 anos em 1995) era superior à média mundial (63,6), à dos países em desenvolvimento (62,2) e, obviamente, à dos países menos desenvolvidos (51,2) – mas bem inferior à dos países industrializados, que era de 74,2 anos. Apesar da velocidade com que tem aumentado a espe-

rança de vida no Brasil, a distância que nos separa da média dos países industrializados é tão grande que, mantido seu ritmo médio de crescimento até 1995, levaríamos mais de uma década até atingir níveis semelhantes aos daquele grupo de nações.

As taxas de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino também são substancialmente maiores no Brasil do que em todos os grupos citados acima, exceto as dos países industrializados. Já quanto ao PIB *per capita* ajustado, o quadro, embora semelhante, revela uma diferença: a média nacional é inferior à média mundial, ainda que por pouca margem: apenas 1%. Apesar disso, o IDH brasileiro em 1995 (0,809) era superior à média mundial (0,772) e, obviamente, à dos demais grupos com exceção dos países industrializados (0,911). Isso sugere que nossa posição em relação às demais dimensões do IDH apresenta diferenças em relação à do indicador sintético. Em particular, a posição do Brasil quanto às dimensões educação e longevidade era melhor do que quanto à dimensão renda no universo de 174 países, segundo os dados do RDH 1998.

O estudo *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros* faz outra comparação, com um universo diferente. Foi selecionada uma amostra de países com mais de 20 milhões de habitantes em 1995, da qual resultou uma lista de 44 nações. Nela o Brasil ocupava a 17ª posição, logo abaixo da Malásia e logo acima da Turquia. O Brasil também detinha posição intermediária, a 12ª, entre 22 países da América Latina e Caribe no mesmo ano: o IDH brasileiro situava-se entre o da Colômbia e o do Equador.

Além disso, a posição brasileira no grupo de 44 países com população de mais de 20 milhões de habitantes resultava, em grande medida, de um nível de renda *per capita* relativamente elevado: o Brasil ocupava a 16ª posição quando se usa para ordenação o indicador da dimensão renda. De fato, a situação relativa do Brasil é pior quando as comparações são baseadas em indicadores de longevidade e de educação como critério de

**A boa posição  
brasileira no  
RDH 98 era  
explicada  
principalmente  
pelas  
componentes  
Longevidade e  
Educação**

ordenação. Assim, o Brasil, que se colocava em 17º lugar, segundo o IDH, passaria a ocupar a 27ª posição em termos de longevidade, posição essa que era pior do que as de diversos países com IDH inferior ao brasileiro. Quando se usa o indicador básico referente à educação como critério de ordenação, o Brasil ganha duas posições em relação à listagem baseada na dimensão longevidade, alcançando o 25º lugar. Ainda assim o Brasil seria ultrapassado por uma série de países com IDH inferior ao seu.

O mesmo acontece em relação aos países da América Latina e Caribe. Quando se ordenam os países da região com base nos indicadores de longevidade, o Brasil, que ocupava a 12ª posição, de acordo com o IDH, passa a ocupar a 19ª posição. A situação melhora um pouco quando se comparam os países a partir da dimensão educação. De fato, o Brasil passaria a ocupar a 17ª posição. Ao se comparar a posição do Brasil em termos do IDH e do indicador de educação verifica-se que cinco países ultrapassaram o Brasil neste último indicador, relativamente ao primeiro.

Portanto, a posição mediana em que se encontrava o Brasil em 1995 neste universo de 44 nações era resultado, principalmente, de uma renda *per capita* relativamente alta. No entanto, para o conjunto de 174 países do RDH 1998, a relativamente boa posição brasileira era explicada principalmente pelas componentes Longevidade e Educação – dado que o Brasil estava acima da média mundial do IDH, mas abaixo na dimensão renda.

### **O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) PARA O BRASIL EM 1991, 1995 E 1996**

Os resultados obtidos neste estudo quanto ao IDH brasileiro e desagregado por Unidades da Federação (utilizando-se base de dados diferente da do RDH 98) revelam que, depois de alcançar em 1991 um valor pouco inferior ao limite de 0,800 (que demarca os países de médio e alto desenvolvimento humano, segundo a taxonomia acima indicada) o IDH calculado para o Bra-

sil em 1995 alcança o valor de 0,814, colocando o país na faixa definida como alto desenvolvimento humano. Em 1996 o indicador aumenta, chegando ao nível de 0,830.

Isto permite situar o Brasil no grupo dos países de alto desenvolvimento humano a partir de meados da década atual. O aumento do IDH nacional nesta década, entre 1991 e 1996, refletiu, principalmente, a melhoria dos indicadores referentes às dimensões renda e educação. Coube à dimensão longevidade um papel de menor expressão na explicação da melhoria observada no indicador.

Mudanças igualmente importantes caracterizaram a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano das Unidades da Federação nos anos analisados. De fato, se em 1991 ainda havia dois estados na categoria de baixo desenvolvimento humano, o Maranhão e o Piauí, em 1995 todas as Unidades da Federação já haviam superado esta condição. Além disso, sete estados e o Distrito Federal estavam na categoria de alto desenvolvimento humano em 1995, contra cinco em 1991: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Em 1996 três outros estados somam-se a este grupo (Minas Gerais, Roraima e Rondônia).

Isso representa uma grande mudança no mapa do desenvolvimento humano brasileiro entre 1991 e 1996. As melhorias foram generalizadas, mas beneficiaram mais, em termos relativos, as regiões Norte e Nordeste – aquelas para as quais a taxa de crescimento do IDH foi maior entre aqueles anos. Mas a liderança das médias regionais do IDH se manteve nas regiões Sul e Sudeste em 1996, seguidas de perto pela Centro-Oeste. Já o Norte e o Nordeste apresentaram níveis bem inferiores de IDH em relação às demais regiões.

A análise e decomposição do IDH por estados da federação e grandes regiões geográficas nos anos de 1991, 1995 e 1996, bem como seus componentes, permite concluir que:

***Em 1996 o IDH brasileiro aumenta e chega ao nível de 0,830.***

***Em 1995 todas as Unidades da Federação já haviam superado o patamar do baixo desenvolvimento humano***

- (i) as Unidades da Federação que possuíam os índices mais altos de desenvolvimento humano em 1995 e 1996 eram, em ordem decrescente, praticamente as mesmas de 1991 – o que indica que os progressos entre estes anos alcançaram, em maior ou menor grau, todas elas. Em 1996 o Estado com IDH mais elevado era o Rio Grande do Sul, praticamente empatado com o Distrito Federal e seguido de perto por São Paulo, com Santa Catarina ocupando a quarta posição, mas todos com valores muito próximos. Mato Grosso do Sul ocupava a quinta colocação com o Paraná na sexta e o Rio de Janeiro na sétima, sendo o IDH dos membros deste grupo também muito semelhante.

Em 1995 a ordenação era esta: São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, com o Paraná em quinto, o Mato Grosso do Sul em sexto lugar e o Rio de Janeiro em sétimo. Já em 1991 a ordenação, em termos decrescentes do IDH, era: São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul. Essa simples listagem já revela que um Estado neste primeiro escalão perdeu posição neste curto período de um quinquênio – o Rio de Janeiro – ao passo que outro teve desempenho acima da média – o Mato Grosso do Sul.

- (ii) no extremo oposto da distribuição encontram-se os estados de menor desenvolvimento humano em 1995 e 1996: Piauí, Alagoas e Maranhão. A comparação com os resultados referentes a 1991 revela que são os mesmos do começo da década.

### **EVOLUÇÃO DO IDH ENTRE 1970 E 1996: BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

Os resultados obtidos da comparação de longo prazo (1970-96) indicam que o Brasil e seus estados têm historicamente avançado na área de desenvolvimento humano quando esse processo é medido por meio do IDH – embora a velocidade da transformação seja variável com o

tempo. Além do fato de que em 1995 e 1996 o valor do IDH brasileiro permite classificar o país no grupo das nações com alto desenvolvimento humano, destacam-se:

- (i) o aumento relativo no IDH foi maior no período 1970-80 do que nos demais;
- (ii) levando-se em conta que as durações dos períodos não são iguais, aparece, em segundo lugar, o subperíodo 1991/96;
- (iii) tanto o país quanto todas as macrorregiões e Unidades da Federação tiveram sensível e sistemática melhoria nos índices de desenvolvimento humano e em seus três componentes entre 1970 e 1996;
- (iv) em termos das regiões brasileiras, a região Sul continuava em 1995-96 apresentando os níveis mais altos de IDH, seguida de perto pela Sudeste, situação que é essencialmente a mesma dos anos anteriores, indicando crescimento semelhante no IDH dessas regiões no período compreendido entre 1991 e 1995/96; a região Centro-Oeste aproximou-se muito rapidamente dessas duas regiões desde 1991, graças, principalmente, ao desempenho do Distrito Federal e de Mato Grosso do Sul;
- (v) o Norte e o Nordeste continuavam apresentando os piores índices do país em 1996, como em 1970. No entanto, nenhum dos estados do Nordeste alcançou a categoria de alto desenvolvimento humano ao final do período analisado, ao passo que no Norte dois estados haviam chegado a este nível em 1996 (Rondônia e Roraima);
- (vi) entretanto, os maiores ganhos relativos no longo prazo (1970-96) foram os da região Nordeste;
- (vii) já os maiores ganhos absolutos foram obtidos na região Centro-Oeste, seguida pela região Sul; os menores ganhos foram os da região Sudeste, seguida pela região Norte; como resultado disso inverteu-se a ordenação do IDH das regiões no longo prazo: o Sudeste, que tinha o maior IDH em 1970 e 1980, perdeu essa posição para o Sul a partir de 1991, por pequena margem;

***A região Sul continuava em 1995-96 apresentando os níveis mais altos de IDH, seguida de perto pela região Sudeste***

***O Norte e o Nordeste apresentaram os piores índices do país em 1996, mas os maiores ganhos relativos no longo prazo (1970-96) foram os da região Nordeste***

***Dez Unidades da Federação e o Distrito Federal se situavam no grupo do alto desenvolvimento humano em 1996***

- (viii) dez Unidades da Federação e o Distrito Federal se situavam no grupo do alto desenvolvimento humano em 1996, e nenhuma estava no grupo de baixo desenvolvimento humano;
- (ix) a situação em 1970 era completamente diferente, na medida em que nenhum estado havia alcançado índices de alto desenvolvimento humano, ao passo que dezessete estavam situados na faixa de baixo desenvolvimento humano;
- (x) a maior parte destes últimos estados ultrapassou a linha divisória entre baixo e médio desenvolvimento humano na década de setenta: apenas cinco continuavam caracterizados como de baixo desenvolvimento humano em 1980, ano em que já havia três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e o Distrito Federal na faixa de alto desenvolvimento humano.

***Entre 1991 e 1996, a principal contribuição vem da Educação, seguida da Renda***

O índice referente à dimensão Renda foi o maior responsável pelo aumento do IDH no longo prazo (1970-1996). O aumento dos índices de Educação e Longevidade respondeu pelo restante, em partes aproximadamente iguais. Entretanto, esse desempenho não foi uniforme ao longo do tempo, com características e pesos diferentes em cada sub-período. Na década de setenta o crescimento do índice do PIB per capita explica cerca de 2/3 do crescimento do IDH. Na década seguinte, com a queda do ritmo de crescimento deste índice, a maior parte do avanço ocorrido deveu-se à melhora nas condições educacionais e na longevidade. A dimensão renda teve uma contribuição relativamente pequena entre 1980 e 1991.

Entre 1991 e 1996 observa-se um quadro diferente dos anteriores. A principal contribuição vem da dimensão Educação, seguida da dimensão Renda. Chama atenção a magnitude relativamente elevada da contribuição da dimensão Educação, que responde por cerca de metade da variação do IDH, especialmente ao se levar em conta o curto espaço de tempo de um quinquênio.

## O ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA

O **IDHM** é um indicador com concepção semelhante à do IDH, sendo baseado nas mesmas três dimensões daquele indicador. As diferenças entre o IDH e o IDHM são duas: primeiro, no que diz respeito à dimensão educação, uma das variáveis do IDHM é o número médio de anos de estudo, ao passo que no IDH tem-se o nível de matrícula combinada dos três níveis de ensino; segundo, o IDHM utiliza como variável representativa da renda a renda familiar *per capita* média, ao passo que o IDH utiliza o PIB *per capita* medido em dólares corrigido por um índice de paridade do poder de compra (PPC\$). Essas diferenças fazem com que esse índices, embora conceitualmente próximos, não sejam comparáveis. No caso do **ICV**, que avalia as **condições de vida** da população brasileira, o número de dimensões foi expandido, chegando-se a um conjunto de vinte indicadores.

Os índices resultantes dos novos conceitos **IDHM** e **ICV**<sup>1</sup> foram estimados para todos os municípios brasileiros nos anos censitários de 1970, 1980 e 1991.

Segundo o IDHM, cerca de 40% dos municípios brasileiros eram de baixo desenvolvimento humano em 1991. Apenas 1,8% deles (80 municípios) se classificavam como de alto desenvolvimento humano naquela data. Além disso, todos os de alto desenvolvimento situavam-se nas regiões Sul e Sudeste, exceto o Distrito Federal. No extremo oposto, 77% dos municípios de baixo desenvolvimento humano estavam na região Nordeste.

Em termos regionais, a situação é essencialmente a mesma. Tomando-se os casos extremos: enquanto no Nordeste 93% dos municípios eram de baixo desenvolvimento humano em 1991, e nenhum alcançava o nível de alto desenvolvimento humano naquela data, na região Sul apenas 1,6% dos municípios se enquadravam na categoria de baixo desenvolvimento humano e 5,8% como de alto desenvolvimento humano. Como os municípios de baixo desenvolvimento humano são, em geral, menos populosos, a percentagem da população nacional

***Enquanto no Nordeste 93% dos municípios eram de baixo desenvolvimento humano em 91, na região Sul apenas 1,6% dos municípios estavam nesta categoria***

que vivia nesses municípios era de apenas 21,9% em 1991. Novamente, há grandes diferenças entre as regiões nessa comparação: enquanto no Nordeste 61,8% da população vivia em municípios de baixo desenvolvimento humano, no Sul apenas 0,9% da população regional encontrava-se nessa situação.

No que diz respeito ao ICV, observa-se, na distribuição dos municípios brasileiros, uma nítida bimodalidade. Ou seja, há duas claras concentrações do valor do índice. Uma, em torno do valor de 0,42 e outra em torno de 0,65. Além disso, há evidência de que essa bimodalidade acentuou-se com o passar do tempo, entre 1970 e 1991. Tomando-se como linha de referência o valor do ICV de um município igual ao ICV do Brasil (0,723 em 1991), aproximadamente 3/4 dos municípios brasileiros localizavam-se abaixo deste valor – isto é, eram carentes. Cerca de metade da população nacional vivia nestes municípios carentes. Além disso, metade desses municípios carentes localizava-se no Nordeste – região em que praticamente todos os municípios são carentes, à exceção quase que apenas das capitais estaduais.

No extremo oposto está a região Sul, onde cerca de metade dos municípios são carentes. As condições de vida nos municípios nessa região são melhores em todas as dimensões analisadas, exceto quanto à dimensão Habitação. Neste caso ela é superada pela Sudeste, que apresenta o menor percentual de municípios carentes, dentre todas as regiões, na dimensão Habitação. Já na dimensão Renda o percentual de municípios carentes é aproximadamente o mesmo nas regiões Sul e Sudeste.

Ocorreram, no Brasil como um todo, substanciais melhoras nas condições de vida entre 1970 e 1991, conforme registrado pelos dois indicadores construídos em base municipal. No que diz respeito ao ICV, por exemplo, observa-se que quase todos os municípios brasileiros eram carentes em 1970. Pouco mais de 90% da população brasileira viviam nesses municípios. Já em 1991 a proporção de municípios carentes caiu para cerca de 3/4 do total, vivendo neles pouco mais da metade da população brasileira. Nota-se, uma vez mais, que os

***Em 1970,  
93% da  
população  
viviavam em  
municípios  
carentes;  
em 1991,  
somente 47%***

municípios carentes são, assim como os de baixo desenvolvimento humano, no caso do IDHM, proporcionalmente menos populosos. Além disso, o fato de a proporção da população vivendo em municípios carentes ter declinado mais do que a proporção de municípios carentes indica que, de forma geral, foram os municípios mais populosos que deixaram de ser carentes.

Houve melhora nas condições de vida da população brasileira em ambas as décadas de 70 e 80, mas a natureza dessa melhora foi distinta. Assim, no tocante à dimensão Renda, o percentual de municípios carentes declinou de forma acentuada na década de 70, mas voltou a se elevar na década de 80. Nas demais dimensões houve recuo no percentual de municípios carentes em ambas as décadas, mas o ganho foi bem mais significativo na chamada “década perdida” dos anos 80. O que demonstra que a década dos 80 pode ser classificada como “perdida” em termos econômicos, mas não em termos sociais.

A melhora nas condições de vida entre 1970 e 1991 não foi equilibrada em termos regionais: enquanto no Nordeste a quase totalidade dos municípios permaneceu carente, na região Sul cerca de 50% dos municípios cruzaram a linha de carência – em boa medida, por já estarem mais próximos dela no começo do período analisado.

Existe um elevado grau de concentração espacial de carências no Brasil: 70% das carências estão concentradas em 25% dos municípios brasileiros. No entanto, essa elevada concentração das carências deve-se, precisamente, à concentração da população: esses mesmos municípios detêm cerca de 70% da população total.

A concentração das carências é maior no Sudeste e menor no Nordeste. Isso se explica quase que totalmente pelo maior grau de concentração populacional existente na região Sudeste. Além disso, o grau de concentração de carências cresceu em ambas as décadas analisadas, embora de forma mais acentuada na década de 70. Este crescimento, todavia, corresponde essencialmente ao crescimento na concentração espacial da população.

***A década dos 80 pode ser classificada como “perdida” em termos econômicos, mas não em termos sociais***

***70% das carências estão concentradas em 25% dos municípios brasileiros***

Analisando-se, em seguida, o IDHM, observa-se que o grau de disparidade entre municípios no Brasil é cerca de 40% menor do que o grau de disparidade internacional – isto é, a distância que separa os municípios mais carentes dos mais afluentes é menor do que a que separa os países mais carentes dos mais afluentes.

No que toca à dimensão regional, a disparidade entre municípios é maior na região Sudeste e menor na região Nordeste, especialmente segundo a dimensão renda. A desigualdade de renda no Brasil é alta e cresceu significativamente nas duas décadas analisadas, especialmente na de 80. A maior parte dessa desigualdade (70%) deve-se à desigualdade de renda existente **dentro** dos municípios. Dos 30% restantes a maior parte pode ser atribuída à desigualdade de renda **entre** os municípios de um mesmo estado ou região, dado que os componentes interregional e interestadual correspondem a apenas 10% e 13% da desigualdade total, respectivamente. Existe, portanto, uma hierarquia em termos de explicação, ou decomposição, da desigualdade total.

Todo o crescimento da desigualdade de renda no período 1970-91 deveu-se ao crescimento da desigualdade interna no município, dado que a desigualdade entre regiões e entre estados caiu ligeiramente, a desigualdade entre municípios de uma mesma região diminuiu e aquela entre municípios de um mesmo Estado praticamente não se alterou.

O Nordeste é a região que possui a maior desigualdade de renda no Brasil. Isso ocorre não tanto devido à desigualdade intra-municipal (que é maior na região Centro-Oeste), nem à desigualdade interestadual (que é maior no Centro-Oeste e no Sudeste) mas, principalmente, pela desigualdade **entre municípios de um mesmo estado**, que é bem superior à existente nas demais regiões. Por outro lado, a região Sul é a que possui a menor desigualdade de renda no Brasil, sendo a desigualdade entre os estados dessa região praticamente inexistente – o que a diferencia, sobremaneira, da região Nordeste.

***O Nordeste  
é a região  
com a maior  
desigualdade  
de renda  
no Brasil,  
principalmente,  
pela  
desigualdade  
entre  
municípios  
de um mesmo  
estado***

- 1 - O IDHM e o ICV foram desenvolvidos e calculados originalmente num estudo pioneiro sobre os municípios de Minas Gerais, realizado em 1996, pela Fundação João Pinheiro e pelo IPEA, com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.)





# CAPÍTULO 1

## Desenvolvimento Humano Sustentável: Conceitos e Indicadores

### 1.1 DEFINIÇÃO

O **desenvolvimento humano** pode ser definido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para os seres humanos. Isso não significa que outras escolhas, como aquelas referentes à participação política, à diversidade cultural, aos direitos humanos e à liberdade individual e coletiva não sejam igualmente importantes. Entretanto, algumas escolhas humanas são consideradas básicas porque, à medida que são alcançadas, abrem caminho para as demais. Essas idéias estão na origem da noção de desenvolvimento humano.

O conceito do desenvolvimento humano foi elaborado por um grupo de especialistas para o primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano – internacional – (RDH)*, elaborado para o PNUD e publicado em 1990. Na verdade, o conceito não é totalmente novo. A idéia aparece, de uma forma ou de outra, no trabalho de pensadores e filósofos desde a Antiguidade. No entanto, com o passar do tempo tenderam a ganhar mais peso nas análises os aspectos materiais associados ao desenvolvimento, relegando-se a um plano secundário aqueles associados aos valores humanos. A revalorização deste conceito ocorreu no *RDH 1990*. O reaparecimento desses valores devolve ao desenvolvimento humano lugar central no processo de desenvolvimento, enfatizando tanto o papel dos seres humanos como força motriz quanto como principal beneficiário.

*A idéia do desenvolvimento humano é uma noção mais abrangente do desenvolvimento. Um conceito holístico*

*O crescimento econômico é uma condição tão necessária para o desenvolvimento humano como este é para o crescimento econômico. A qualidade do crescimento é tão importante quanto a quantidade*

O desenvolvimento humano é, portanto, o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas. Como **desenvolvimento das pessoas** entende-se o aumento de suas potencialidades através de melhores condições de educação, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação. O desenvolvimento **para as pessoas** implica que ele não seja um fim em si mesmo, mas que os frutos do crescimento econômico sejam traduzidos em melhoria das condições de vida. Este processo requer uma gestão cuidadosa das políticas públicas. O desenvolvimento **pelas pessoas** refere-se ao processo pelo qual estas se tornam não apenas suas beneficiárias, mas nele tomem parte ativa, participando das decisões que influenciam suas vidas. O desenvolvimento humano representa, portanto, um conceito abrangente e integrado.

Existem dois equívocos associados à noção do desenvolvimento humano. Em primeiro lugar, é comum encontrar-se a idéia de que o desenvolvimento humano é o contrário, ou a antítese, do crescimento econômico. Isto não é, absolutamente, verdade. O crescimento econômico é uma condição tão necessária para o desenvolvimento humano como este é para o crescimento econômico. Mas não é uma condição suficiente: a vinculação entre os dois não é automática. Além disso, os frutos do crescimento só poderão ser traduzidos em melhoria de vida se houver, simultaneamente, uma gestão cuidadosa das políticas públicas. O paradigma do desenvolvimento humano também coloca questões do tipo: crescimento de quê, para quem e por quem? A **qualidade** do crescimento é tão importante quanto a quantidade.

A outra concepção incorreta é a de que o desenvolvimento humano lida apenas com setores como saúde e educação, deixando de lado questões macroeconômicas básicas. O paradigma do desenvolvimento humano considera todas as questões macroeconômicas mais importantes, mas o ponto de partida é o ser humano. Analisam-se aspectos das iniciativas, políticas e estrutura econômica, mas do ponto de vista de seu impacto nas vidas das pessoas.

A **sustentabilidade** é outro aspecto fundamental da noção de desenvolvimento humano. Ela é definida no paradigma como a expansão das escolhas e das oportunidades da geração presente, mas sem desconsiderar aquelas das gerações futuras. A equidade entre gerações está no centro do desenvolvimento humano sustentável. E a sustentabilidade implica algo que não é relacionado apenas ao meio ambiente, mas abrange também aspectos institucionais, culturais, sociais e políticos.

QUADRO 1.1

### DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA CONCEPÇÃO HOLÍSTICA

Frequentemente, nota-se uma tendência a identificar a noção de desenvolvimento humano tanto com o desenvolvimento dos recursos humanos quanto com as necessidades básicas ou com o bem-estar do ser humano. Essa percepção é incorreta, pois o conceito de desenvolvimento humano é mais abrangente do que qualquer dessas noções. O desenvolvimento dos recursos humanos vê os seres humanos como insumos no processo produtivo, não como beneficiários do processo. O desenvolvimento humano trata do desenvolvimento dos recursos humanos com ênfase no incremento do capital humano mas, ao mesmo tempo, destaca os seres humanos como beneficiários do processo de desenvolvimento. Em se tratando de necessidades básicas, considera-se a satisfação dos requisitos mínimos dos seres humanos, mas não das escolhas. Já a noção de bem-estar vê as pessoas como receptores no processo de desenvolvimento, mas não como participantes ativos do mesmo. O conceito de desenvolvimento humano não é parcial como o de desenvolvimento dos recursos humanos, ou o de necessidades básicas, ou mesmo o de bem-estar. Na verdade, a idéia do desenvolvimento humano engloba todas as outras e, portanto, representa uma noção mais abrangente do desenvolvimento sendo, assim, um conceito holístico.

## 1.2 MEDIDAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).

Claramente, o conceito de desenvolvimento humano desafia a possibilidade de mensuração. No entanto, mesmo reconhecendo isso, o primeiro RDH internacional introduziu o **Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)**, uma medida do desenvolvimento humano em um país, ou região, com base em variáveis selecionadas.

As três **dimensões básicas** do desenvolvimento humano representadas no IDH são: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. A expectativa de vida ao nascer é a variável eleita como relevante para a primeira dimensão

*As três dimensões básicas do desenvolvimento humano representadas no IDH são: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente*

(**LONGEVIDADE**). A segunda é representada pela medida da escolaridade, que compreende duas variáveis: a taxa de alfabetização de adultos, com peso correspondente a dois terços do total, e a taxa combinada de matrícula nos níveis primário, secundário e superior, com peso de um terço (**EDUCAÇÃO**). O Produto Interno Bruto (PIB) real per capita – ajustado para refletir diferenças na paridade do poder de compra (PPC) entre países e expresso em dólares internacionais (PPC\$) – foi adotado como indicador de um padrão de vida decente e, portanto, como um espelho de todas as outras dimensões do desenvolvimento humano não abrangidas na saúde e no conhecimento (dimensão **RENDA**)<sup>2</sup>.

O IDH tem sido utilizado para ordenar os países em uma escala, de acordo com seus respectivos valores. O índice tem sido considerado um importante instrumento tanto para a formulação de políticas como para a tomada de decisão. Examinando os componentes do IDH, um país pode perceber em que dimensões do desenvolvimento se situam suas deficiências. Desta forma, ele fornece informações úteis para os formuladores de políticas, sugerindo novos desenhos, mudanças na alocação de recursos e permitindo o monitoramento das políticas públicas.

O IDH se situa entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Segundo a classificação utilizada pelo *RDH*, é possível enquadrar países, regiões, estados, ou qualquer outra divisão espacial, em três categorias, de acordo com os valores observados do IDH:

- (i) **Baixo desenvolvimento humano**, quando o IDH for menor que 0,500;
- (ii) **Médio desenvolvimento humano**, para os valores entre 0,500 e 0,800;
- (iii) **Alto desenvolvimento humano**, quando o índice for superior a 0,800.

Entretanto, apesar de suas inegáveis qualidades, o IDH não é uma medida da felicidade humana ou do seu

bem-estar. Em segundo lugar, ele não dá uma idéia tão abrangente da situação do desenvolvimento humano, como seria desejável. Por essas razões ele deve ser complementado com outros indicadores de desenvolvimento humano sustentável, de modo a estabelecer uma imagem mais ampla e precisa desta idéia.

### 1.3 INOVAÇÕES E MEDIDAS COMPLEMENTARES

Em virtude do seu sucesso e sua boa aceitação, o IDH foi objeto de recentes inovações. Neste sentido, o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995 internacional* introduziu dois novos índices que enfocam a questão do **gênero**. O primeiro é o **Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero (IDH-G)**<sup>3</sup> e o segundo é a **Medida de Poder de Decisão relacionado ao Gênero (MPG)**

O IDH-G é, na verdade, o IDH ajustado para levar em conta as disparidades de gênero. Assim, as variáveis incluídas no IDH-G são exatamente as mesmas do IDH, mas cada uma delas explicitando as desigualdades entre homens e mulheres. A MPG, por sua vez, procura medir as oportunidades de que dispõem as mulheres em determinadas áreas da economia e da política. As quatro variáveis incluídas na MPG são:

- (1) a parcela dos rendimentos auferida pelas mulheres;
- (2) o percentual de trabalhadoras profissionais ou técnicas;
- (3) o percentual de mulheres em cargos de administração ou gestão; e
- (4) os assentos ocupados por mulheres no parlamento.

Uma outra inovação foi a desagregação geográfica dos índices (em regiões e estados), a separação entre rural e urbano e entre diferentes grupos étnicos. Esse exercício de desagregação tem trazido resultados reveladores em alguns países, na medida em que mos-

***O IDH-G  
é o IDH ajustado  
para levar  
em conta as  
disparidades  
de gênero,  
entre homens  
e mulheres***

tram desigualdades e disparidades dentro das sociedades; e geraram renovadas discussões de políticas públicas.

Neste sentido, uma inovação, apresentada pioneiramente no presente trabalho, refere-se à elaboração de índices em nível municipal para todo o Brasil. Os índices desenvolvidos em 1996 em um estudo da Fundação João Pinheiro e do IPEA, tendo o município como unidade de observação e análise (o **IDHM**, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, e o **ICV**, Índice de Condições de Vida da População), foram calculados para todos os municípios brasileiros, e são ambos apresentados e analisados no Capítulo 3.

O IDHM reproduz, com adaptações, a metodologia descrita nos relatórios do PNUD, sendo construído pela agregação das mesmas três dimensões do IDH: Longevidade, Educação e Renda. No entanto, na construção das dimensões Educação e Renda ele utiliza variáveis diferentes das usadas na construção do IDH<sup>1</sup>.

Já o ICV procura incluir dimensões não abrangidas pelo IDH. Ao considerar um grande número de variáveis relacionadas com as condições de vida – devidamente classificadas em diferentes características sociais, econômicas e ambientais de atendimento das necessidades de uma dada população –, o ICV permite uma caracterização mais precisa do desenvolvimento humano sustentável.

Além disso, e principalmente, tanto no caso do IDHM quanto no do ICV, as variáveis que os compõem são calculadas até o nível de desagregação territorial de municípios, permitindo, de forma também pioneira, uma imagem muito detalhada do quadro social e econômico de todas as unidades municipais do Brasil. Tal volume de dados gerou a necessidade de apresentar em um CD-ROM o banco de dados com os índices sintéticos e todos os indicadores que os compõem. O CD-ROM distribuído juntamente com esta publicação, além de facilitar a consulta e análise individual, permite mapear de forma georeferenciada todas as variáveis, indicadores e índices.

***O IDHM reproduz a metodologia dos relatórios do PNUD, mas utiliza variáveis diferentes para Educação e Renda***

***O ICV inclui dimensões não abrangidas pelo IDH, como a situação da criança e da habitação***

## 1.4 RELATÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: INTERNACIONAL E NACIONAIS

Desde a publicação do primeiro *RDH*, oito outros foram produzidos. O tema central de cada publicação dessa série anual varia de ano para ano. Os *RDH* têm tido impacto nas questões globais de desenvolvimento, na medida em que vêm influenciando debates em nível mundial. Em nível nacional, os *RDH* têm influenciado o diálogo sobre a definição de políticas e sua formulação e ajudado a estabelecer um debate em torno do desenvolvimento humano – além de serem usados como ferramenta e material de referência para governos, instituições de pesquisa e a sociedade civil.

Outro fato importante foi que o *RDH* internacional instigou a produção de Relatórios Nacionais de Desenvolvimento Humano (RNDH), criados para refletir prioridades e questões nacionais a partir de dados e conhecimento locais. Cada relatório nacional segue a estrutura conceitual e metodológica do Relatório de Desenvolvimento Humano internacional.

Até o presente, mais de oitenta países produziram RNDH, assim como outras publicações relacionadas ao tema do Desenvolvimento Humano Sustentável, como o presente trabalho. Do mesmo modo que os relatórios internacionais, os RNDH têm tido sucesso por influenciarem o debate sobre o desenvolvimento humano sustentável e a formulação de políticas. Desta forma, contribuem para mudar padrões de alocação de recursos e para reforçar a adoção de políticas em favor do desenvolvimento humano sustentável.

### NOTAS

---

- 1 - Ver também o Anexo Conceitual **Instrumentos analíticos para o desenvolvimento humano.**
- 2 - Ver a Nota Técnica para uma apresentação mais detalhada da construção das três dimensões.
- 3 - O IDH-G do Brasil, regiões e UFs em 1995 foi especialmente calculado para este estudo. Ver no

Apêndice Estatístico, Tabelas Complementares, no final desta publicação.

- 4 - Assim, por exemplo, a variável referente à renda não é, no IDHM e no ICV, o PIB real per capita (em termos de PPC\$), mas a renda domiciliar per capita das pesquisas que dão origem aos dados básicos: os Censos Demográficos. Além disso, no IDHM a variável educacional é representada pela combinação da taxa de alfabetização e do número médio de anos de estudo, ambos referidos à população municipal. Este era o conceito adotado no *RDH* (internacional) até 1994.



# CAPÍTULO 2

## Análise da Evolução Histórica do IDH no Brasil

### 2.1 INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem sendo estimado nos Relatórios do Desenvolvimento Humano internacionais – publicados pelo PNUD – desde 1990. Embora sua concepção básica tenha permanecido inalterada desde então, esse índice sintético, construído para um grande número de países, foi objeto de reformulações ao longo dos últimos anos, dado o objetivo de aperfeiçoar a metodologia de construção. A metodologia atual data de 1995.

O IDH, como vimos, espelha três dimensões essenciais do processo de desenvolvimento humano de uma população: a **longevidade** – expressa pela esperança de vida –, seu **grau de conhecimento** – traduzido por duas variáveis educacionais, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino –, e sua **renda ou PIB per capita**, ajustada para refletir a paridade do poder de compra de cada país.

Neste capítulo apresentam-se, pioneiramente, estimativas do IDH para o Brasil em 1995 e 1996. E, com o propósito de tornar possível acompanhar a evolução do IDH brasileiro em uma perspectiva de longo prazo, aplicou-se a mesma metodologia para calcular o IDH para as Unidades da Federação em todos os anos pesquisados. É muito importante ressaltar que, para gerar os valores de IDH apresentados neste capítulo, foram utilizadas as recentes estatísticas oficiais brasileiras<sup>1</sup>, assim como a metodologia adotada a partir de 1995 pelo RDH internacional, de modo a compor uma série que cobre os anos de 1970, 1980, 1991, 1995 e 1996. Apesar de outras publicações patrocinadas pelo PNUD também utilizarem esta metodologia, o fato de aqui serem utilizadas séries estatísticas oficiais brasileiras muito recentes faz com que os valores do IDH do Brasil e das Unidades da Federação não sejam idênticos a outros já publicados.

*Para gerar os valores do IDH no Brasil de 1970 a 1996, foi utilizada a metodologia do RDH internacional e as estatísticas oficiais brasileiras*

Este capítulo tem duas partes distintas: as seções 2.2 e 2.3 utilizam as bases de dados do *Relatório de Desenvolvimento Humano*, internacional, de 1998. Já as seções 2.4, 2.5 e 2.6 utilizam as recentes séries estatísticas oficiais brasileiras. Entretanto, a metodologia é a mesma em todas seções.

## **2.2 O RDH 1998 INTERNACIONAL E A POSIÇÃO DO IDH DO BRASIL: UMA VISÃO DE LONGO PRAZO (1960 - 1995)**

***A posição  
brasileira  
no conjunto  
dos 174 países  
do RDH 98  
melhorou  
bastante no  
longo prazo,  
entre  
1960 e 1995***

O *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1998 (internacional) apresenta a evolução de longo prazo do IDH para um grande número de países nos anos de 1960, 1970, 1980, 1992 e 1995. O número de países listados, porém, diminui quando se caminha para trás no tempo: partindo-se de 174 em 1995, chega-se a 1960 com um grupo de 110 países. A análise comparativa ao longo do tempo desta seção restringe-se, portanto, a este último conjunto de países – e, em mais detalhe, a um subconjunto dele <sup>2</sup>.

De início é possível observar que a posição brasileira nestes conjuntos de países melhorou bastante no longo prazo, tanto em termos relativos quanto absolutos. Isso é transparente quando se leva em conta que o Brasil ocupava a 51ª posição entre os 110 países em 1960 – bem fora, portanto, da terça parte superior da distribuição – e a 62ª entre 174 países em 1995, próxima do terço superior. Além disso, nosso país estava situado no grupo de baixo desenvolvimento humano em 1960, com índice de 0,394 naquele ano. Essa situação seria superada em 1970, quando o IDH brasileiro passou ao nível de 0,507 – justo acima do limite entre baixo e médio desenvolvimento. Em 1980 o IDH brasileiro atingia 0,673 e em 1992 chegava a 0,756, ambos na faixa dos países de médio desenvolvimento humano. Finalmente, o índice de 0,809 alcançado em 1995 permite classificar o Brasil entre os países de alto desenvolvimento humano neste último ano.

Para compor uma amostra de estudo ao longo do tempo, selecionamos, do rol de 110 países para os quais

se dispõe de informações referentes ao IDH e PIB *per capita* em ambos os anos de 1960 e 1995, aqueles situados no grupo de alto desenvolvimento humano no último ano. Dessa seleção resultou um grupo de 45 países (ver lista de países no Quadro 2.1).

O país com mais alto IDH em 1960 era a Suécia (0,867), seguida do Canadá, Noruega e EUA, empatados, com IDH muito próximo ao do líder (0,865). Em quinto lugar aparece a Dinamarca, com IDH de 0,857. No extremo oposto da distribuição segundo a posição do IDH aparecem: Malásia (0,330), Tailândia (0,373), Brasil (0,394), Coreia do Sul (0,398) e Portugal (0,460). Essa simples listagem já indica que ocorreram grandes mudanças entre as posições dos 45 países selecionados no longo prazo.

Observe-se que os países selecionados de baixo desenvolvimento humano em 1960 foram os que tiveram maiores progressos em termos absolutos e relativos – isto é, em termos da variação absoluta e das taxas de crescimento do IDH ao longo do tempo. Isso pode ser exemplificado com os dados da Tabela 2.1, onde selecionamos países situados nos extremos da distribuição segundo o respectivo IDH.

As dez primeiras linhas mostram os dez países selecionados com menor IDH em 1960, o nível deste indicador em 1995 e a variação relativa nestes trinta e cinco anos. As três últimas linhas mostram as médias aritméticas do IDH deste grupo e dos grupos de 25 e de 10 países com mais alto IDH em 1995.

Em geral, quanto mais baixo o IDH em 1960, maior a taxa de crescimento do indicador entre este ano e 1995. De fato, a análise da tabela revela que há poucas inversões de ordem entre os dez países de mais baixo IDH em 1960: Brasil, Coreia e Singapura são os

**QUADRO 2.1**  
**45 PAÍSES DE ALTO IDH EM 1995**  
**COM INFORMAÇÕES EM 1960**

CANADÁ  
FRANÇA  
NORUEGA  
EUA  
ISLÂNDIA  
FINLÂNDIA  
HOLANDA  
JAPÃO  
NOVA ZELÂNDIA  
SUÉCIA  
ESPANHA  
BELGICA  
AUSTRIA  
REINO UNIDO  
AUSTRÁLIA  
SUIÇA  
IRLANDA  
DINAMARCA  
ALEMANHA  
GRÉCIA  
ITÁLIA  
ISRAEL  
CHIPRE  
BARBADOS  
HONG KONG  
LUXEMBURGO  
MALTA  
SINGAPURA  
CORÉIA  
CHILE  
PORTUGAL  
COSTA RICA  
ARGENTINA  
URUGUAI  
TRINIDAD & TOBAGO  
PANAMÁ  
VENEZUELA  
HUNGRIA  
EMIRADOS ÁRABES  
MÉXICO  
COLÔMBIA  
TAILÂNDIA  
MALÁSIA  
I. MAURITIUS  
BRASIL

Fonte: UNDP Human Development Report 1998

poucos exemplos disso. Observe que a média do IDH dos países no extremo inferior da distribuição aumentou 93% no período 1960-95.

No extremo superior, as taxas de variação do IDH são muito menores do que em relação a este grupo. Para os 25 países de mais alto IDH em 1995, a taxa de varia-

ção do indicador foi de apenas 16% entre 1960 e 1995. Para os 10 países do topo da distribuição, a taxa de crescimento foi ainda menor, de 13%. Como vimos, para os dez países na parte inferior o aumento foi de 93%. Deduz-se, além disso, que o

crescimento do pelotão que congrega do 11<sup>o</sup> ao 25<sup>o</sup> lugares foi de 0,790 para 0,933 – ou de 18%, confirmando a hipótese de que quanto mais elevado o IDH, menor seu crescimento no longo prazo.

**TABELA 2.1**  
**VARIAÇÃO DO IDH ENTRE 1960 E 1995, PAÍSES SELECIONADOS**

Países	IDH 1960	IDH 1995	% cresc. IDH
Malásia (45 <sup>o</sup> em 1960)	0,330	0,834	153
Tailândia (44 <sup>o</sup> )	0,373	0,838	125
Brasil (43 <sup>o</sup> )	0,394	0,809	105
Coreia do Sul (42 <sup>o</sup> )	0,398	0,894	125
Portugal (41 <sup>o</sup> )	0,460	0,892	94
Colômbia (40 <sup>o</sup> )	0,469	0,850	81
Panamá (39 <sup>o</sup> )	0,485	0,868	79
Emirados Árabes (38 <sup>o</sup> )	0,515	0,855	66
México (37 <sup>o</sup> )	0,517	0,855	65
Singapura (36 <sup>o</sup> )	0,519	0,896	73
10 menores IDH em 1960 *	0,446	0,859	93
25 maiores IDH em 1995 *	0,809	0,937	16
10 maiores IDH em 1995 *	0,837	0,943	13

Fonte: UNDP Human Development Report, 1998. \* média simples

**No ranking do IDH de 1995, o Brasil aparece na 62<sup>a</sup> colocação, no grupo das nações de alto desenvolvimento humano**

### 2.3 O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL EM 1995

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano* de 1998 apresenta, como vimos, informações sobre o IDH e suas dimensões para o ano de 1995 em relação a um conjunto de 174 países. Esta listagem é encabeçada pelo Canadá, com um índice de desenvolvimento humano de 0,960, e encerrada com Serra Leoa, com um IDH de 0,185 em 1995.

Nessa classificação de países segundo o grau de desenvolvimento humano, o Brasil aparece na 62<sup>a</sup> colocação com um IDH de 0,809 – tendo ingressado, portanto, no grupo de países de alto desenvolvimento humano. Na listagem, o Brasil aparece logo atrás das Ilhas Maurício e logo à frente de Belize.

Note-se que havia 64 países no grupo de alto desenvolvimento humano (com IDH médio de 0,897).

66 países no de médio (com IDH médio de 0,670) e 44 países no grupo de baixo desenvolvimento humano (com IDH médio de 0,409) em 1995.

O Brasil, portanto, estava no final do grupo das nações de alto desenvolvimento humano, próximo do limite de 0,800 que divide os países de médio e alto desenvolvimento humano.

A Tabela 2.2 resume algumas informações do *RDH 1998*, permitindo avaliar comparativamente a posição do Brasil em relação a grandes médias: dos países em desenvolvimento, dos países menos desenvolvidos, dos industrializados e as médias mundiais.

A posição do Brasil em relação às médias mundiais e às dos três grupos de países em 1995 permite chegar às seguintes conclusões:

**A esperança de vida ao nascer brasileira (66,6 anos em 1994) era pouco superior à mundial (63,6), à dos países**

em desenvolvimento (62,2) e, obviamente, à dos menos desenvolvidos (51,2) – mas bem inferior à dos países industrializados, de 74,2 anos.

Apesar da velocidade com que tem aumentado a esperança de vida no Brasil, no entanto, a distância que nos separa da média do mundo desenvolvido é tão grande que, mesmo mantido o ritmo médio de crescimento da longevidade, levaríamos mais de uma década até atingir níveis semelhantes aos daquele grupo de nações.

Uma comparação simples ajuda a compreender este ponto. A esperança de vida ao nascer do Brasil era de 52,67 anos em 1970 e de 66,66 anos em 1996. Ou seja, em 26 anos ela aumentou 14 anos: 0,538 anos, em média, por ano calendário. Para fechar o hiato de cerca de 7,6 anos de esperança de vida que nos separa da média dos países desenvolvidos, necessitaríamos, portanto, de

**TABELA 2.2**  
**SUMÁRIO DE ÍNDICES E IDH – BRASIL E GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS (1995)**

	Brasil	Países em desenv.	P. menos desenv.*	Países Industrializados	MUNDO
Esperança Vida	66,6	62,2	51,2	74,2	63,6
Alfabetiz. Adultos	83,3	70,4	49,2	98,6	77,6
Escolaridade	72	57	36	83	62
PIB pc PPCS	5.928	3.068	1.008	16.337	5.990
PIB pc ajust. PPCS	5.928	3.068	1.008	6.194	5.990
Índ. Esp. Vida	0,69	0,62	0,44	0,82	0,64
Índ. Educação	0,80	0,66	0,45	0,93	0,72
Índice PIB	0,94	0,48	0,15	0,98	0,95
IDH	0,809	0,586	0,344	0,911	0,772

Fonte: UNDP Human Development Report - 1998. \* Subgrupo de países em desenvolvimento.

**Em 26 anos,  
a esperança de  
vida ao nascer,  
no Brasil,  
aumentou  
14 anos**

cerca de 13 anos (7,6 / 0,583) – isto é, chegaríamos à marca dos desenvolvidos por volta do ano 2008.

No entanto, esse argumento não leva em conta que, até lá, a média da esperança de vida daqueles países já terá, certamente, aumentado – embora não às taxas obtidas até o presente. O singelo argumento subjacente a estas estimativas apoia-se, como parece claro, na hipótese de que o aumento futuro na esperança de vida ao nascer do Brasil apresente a mesma ordem de grandeza do observado no último quarto de século.

As taxas de **alfabetização** de adultos e a **escolaridade** – taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino – também são substancialmente maiores no Brasil do que em todos os grupos citados, exceto o dos países industrializados.

Já quanto ao **PIB per capita** ajustado, o quadro, embora semelhante, revela uma diferença: a média nacional é inferior à média mundial em apenas 1%. Apesar disso, o IDH brasileiro em 1995 (0,809) era superior à média mundial (0,772) e, obviamente, à dos demais grupos à exceção dos países industrializados (0,911).

Isso sugere que nossa posição em relação às demais dimensões do IDH apresenta diferenças em relação à do indicador sintético. Em particular, a sugestão é que nossa posição quanto às dimensões Educação e Longevidade era melhor do que quanto à dimensão Renda.

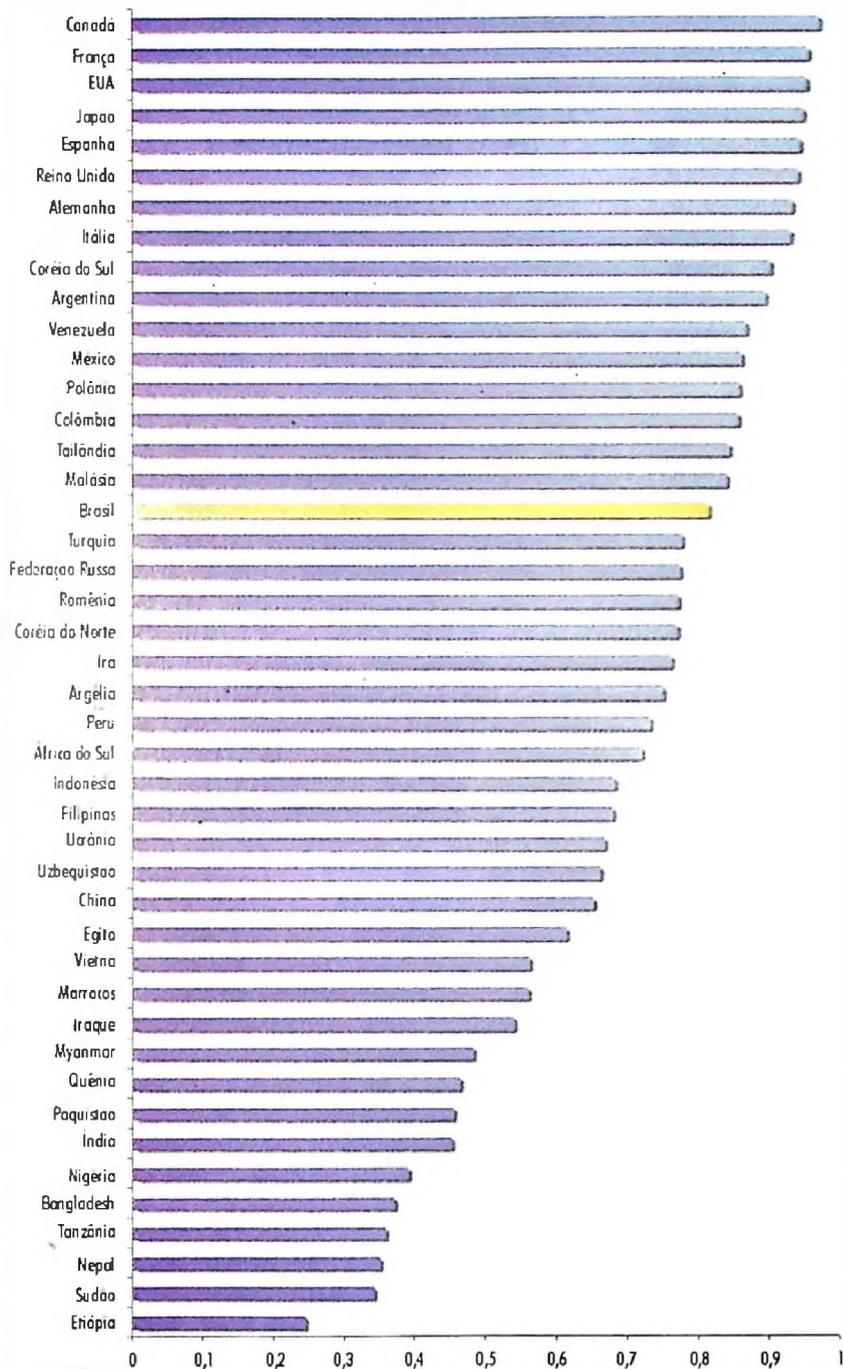
Com a finalidade de estudar de forma mais aprofundada o posicionamento do Brasil no concerto das nações em 1995 selecionaram-se, com base no *RDH 1998*, os resultados relativos ao IDH para os países acima de certa população.

Escolhemos, para compor nossa amostra, todos os países com mais de 20 milhões de habitantes listados no *RDH 1998*. Dessa seleção resultou uma amostra de 44 países, na qual o Brasil ocupava a 17ª posição com um IDH de 0,809 em 1995.

O Gráfico 2.1 ilustra a posição relativa do Brasil nesta amostra: logo abaixo da Malásia e logo acima da Turquia <sup>3</sup>.

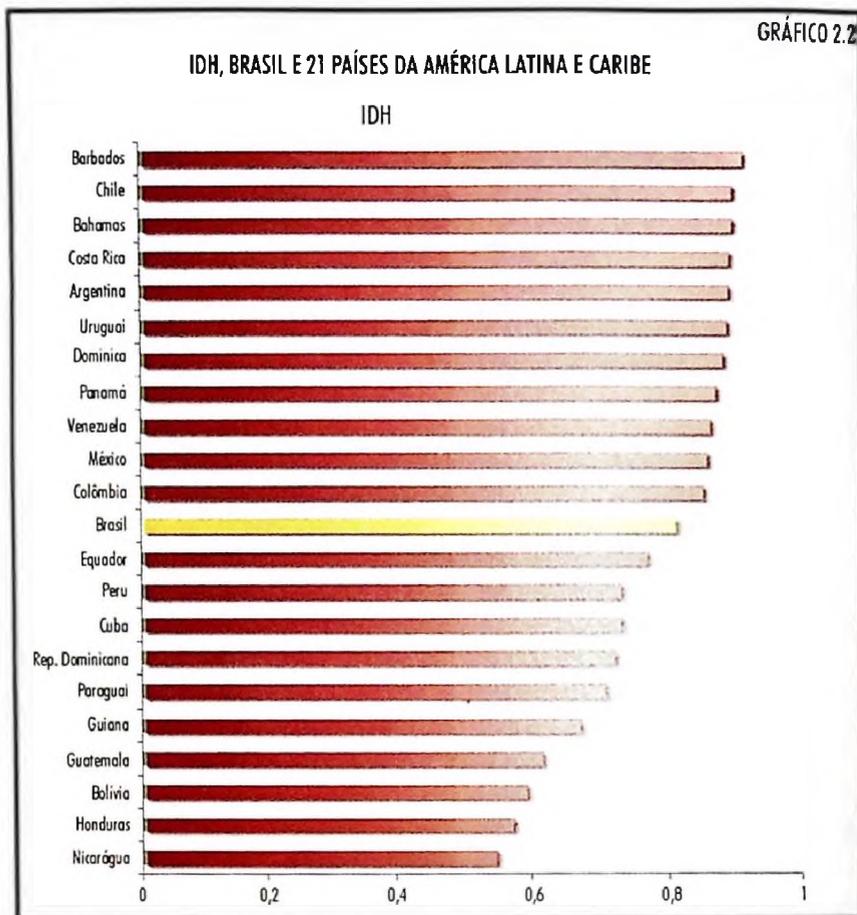
## IDH DOS 44 PAÍSES COM POPULAÇÃO MAIOR DO QUE 20 MILHÕES DE HABITANTES (1995)

IDH



Fonte: UNDP, Human Development Report 1998

Já o Gráfico 2.2 revela que o Brasil também detinha posição intermediária, a 12<sup>a</sup>, entre 22 países selecionados da América Latina e do Caribe no mesmo ano: o IDH brasileiro situava-se entre o da Colômbia e o do Equador.



Fonte: UNDP, Human Development Report 1998

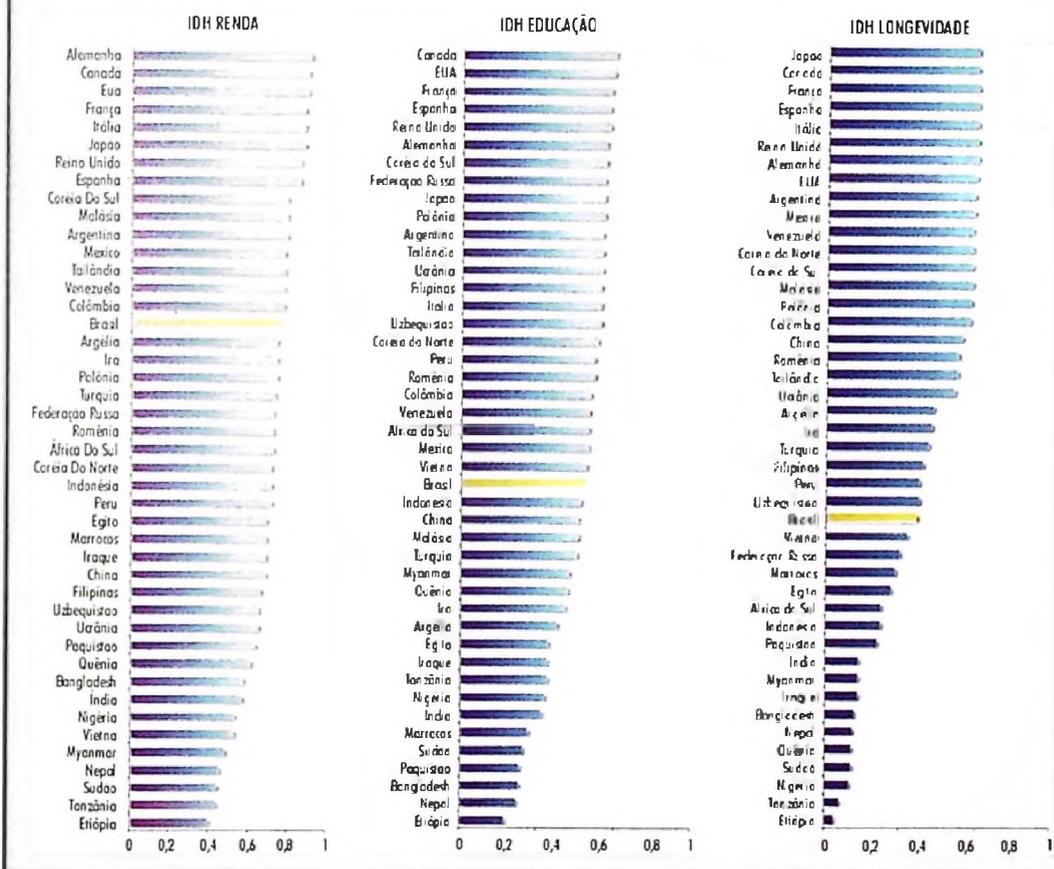
Como pode ser observado no Gráfico 2.3, a posição ocupada em 1995 pelo Brasil no grupo de 44 países com população de mais de 20 milhões de habitantes resultava, em grande medida, de um nível de PIB *per capita* relativamente elevado: o Brasil ocupava a 16<sup>a</sup> posição quando se usa o indicador da dimensão Renda para ordenação. De fato, a situação relativa do Brasil é pior quando as comparações são baseadas em indicadores de Longevidade e de Educação como critério de ordenação.

Assim, o Brasil, que se colocava em 17º lugar, segundo o IDH, passaria a ocupar a 27ª posição em termos de Longevidade, posição essa que era pior do que as de diversos países com IDH inferior ao brasileiro como, por exemplo, Filipinas, Uzbequistão, Argélia, Peru, Ucrânia, Irã, Turquia, China e Romênia.

Quando se usa o indicador básico referente à Educação como critério de ordenação, o Brasil ganha duas posições em relação à listagem baseada na dimensão Longevidade, alcançando o 25º lugar. Ainda assim o Brasil seria ultrapassado por uma série de países com IDH inferior ao seu, incluindo-se: Vietnã, África do Sul, Romênia, Peru, Coreia do Norte, Uzbequistão, Filipinas e Ucrânia.

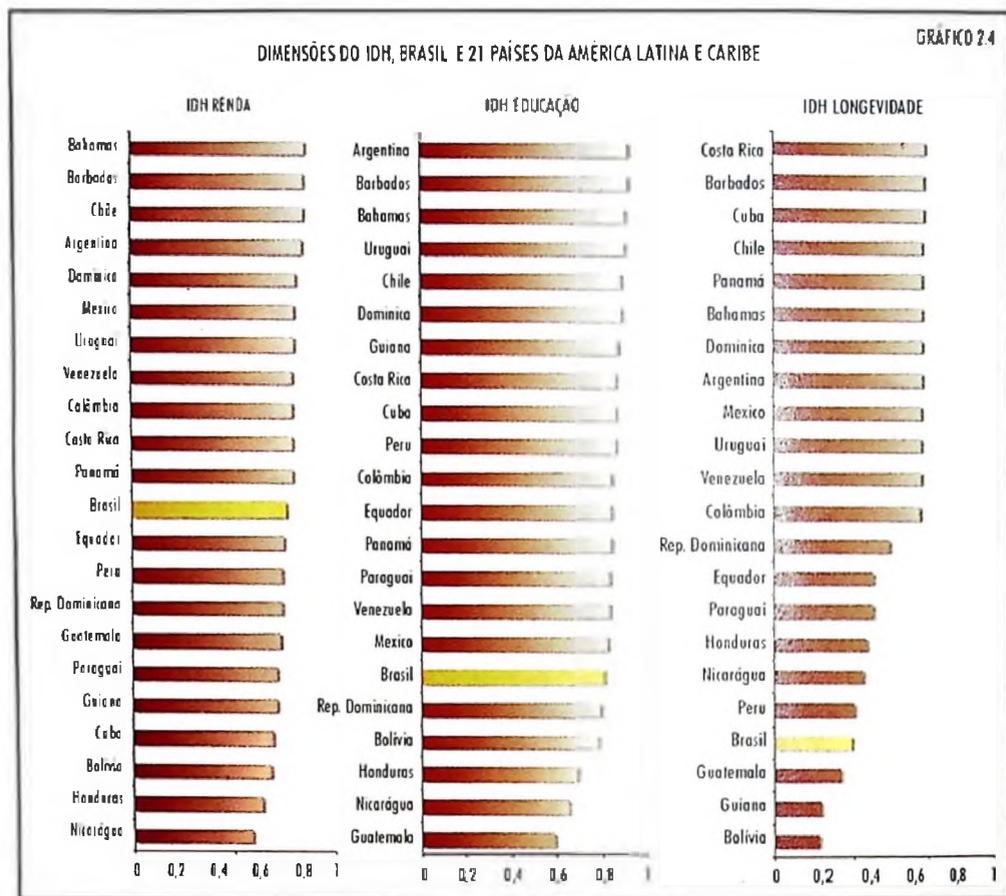
DIMENSÕES DO IDH, BRASIL E 43 PAÍSES COM POPULAÇÃO MAIOR QUE 20 MILHÕES DE HABITANTES

GRÁFICO 2.3



Fonte: UNDP, Human Development Report 1998

Em relação aos países da América Latina e do Caribe (Gráfico 2.4) o mesmo acontece. Quando se ordenam os países da região com base nos indicadores de Longevidade, o Brasil, que ocupava a 12ª posição, de acordo com o IDH, passou a ocupar a 19ª posição. Ele fica à frente apenas da Guatemala, Guiana e Bolívia, sendo ultrapassado por sete países que tinham IDH inferior.



A situação também não é muito diferente quando se comparam os países a partir da dimensão Educação. De fato, conforme ilustra o gráfico, o Brasil passaria a ocupar a 17ª posição, encontrando-se apenas acima da Bolívia, República Dominicana, Honduras, Nicarágua e Guatemala. Ao se comparar a posição do Brasil em termos de IDH e de IDH/Educação, verifica-se que cinco países ultrapassaram o Brasil neste último indicador.

Em suma, a posição mediana em que se encontrava o Brasil em 1995 nos grupos de países selecionados era resultado, principalmente, de um PIB *per capita* relativamente alto. Uma forma útil para se visualizar a importância do PIB *per capita* brasileiro na determinação da posição do seu IDH na América Latina consiste em observar que nenhum dos países com IDH/Longevidade ou IDH/Educação mais baixo do que o brasileiro apresentava IDH agregado melhor. Em outras palavras: o IDH do Brasil era superior ao de um grupo de países apenas pelo fato de o Brasil apresentar um IDH/Renda maior.

Por outro lado, nenhum país superava o Brasil em IDH por ter apenas um IDH/Renda superior ao nosso: todos os países com IDH superior ao do Brasil tinham IDH/Longevidade e IDH/Educação mais altos. O mesmo vale, com pouquíssimas exceções, para a amostra de 44 países com mais de 20 milhões de habitantes acima selecionada.

É possível especular, nessa linha, que a posição do IDH brasileiro, ao refletir principalmente a relativamente boa posição em termos de PIB *per capita*, estaria indicando que o crescimento econômico não se traduziu, correspondentemente, em melhoria dos indicadores das demais dimensões – dado que na ordenação destas o Brasil aparece em colocação inferior à da Renda em diversas amostras de países. Uma possível explicação para isso estaria na distribuição de renda: uma distribuição de renda mais equânime teria resultado em maior desenvolvimento das demais dimensões, Longevidade e Educação, relativamente ao que de fato ocorreu no longo prazo.

## **2.4 RESULTADOS 1995-1996: BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

Os novos resultados obtidos por este estudo para o IDH do Brasil e Unidades da Federação revelam que, depois de alcançar em 1991 um valor pouco inferior ao limite de 0,800 (0,787) – que demarca os países de médio e alto desenvolvimento humano, segundo a taxonomia

acima apresentada –, o IDH calculado para o Brasil em 1995 alcança o nível de 0,814. Isto permite situar o Brasil no grupo dos países de alto desenvolvimento humano naquele ano <sup>4</sup>. Ver Tabela A.2.2, no Apêndice.

Em 1996 o IDH brasileiro aumentou um pouco em relação ao do ano anterior, chegando a 0,830. A melhora ocorreu nas três dimensões que compõem o indicador sintético, mas foi mais acentuada em relação à dimensão Renda, seguida da dimensão Educação. De fato, o índice do PIB *per capita* aumentou de 0,923 para 0,954 (+3,4 %), o de Educação de 0,815 para 0,825 (+1,2 %) e o de Longevidade de 0,705 para 0,710 (+0,7 %) entre 1995 e 1996 <sup>5</sup>. Ver Tabela A.2.1, no Apêndice.

Em particular, os últimos Relatórios do Desenvolvimento Humano internacionais mostram que o valor do IDH para o Brasil já vinha se aproximando do limite de 0,800 – que, de fato, foi superado em 1995 <sup>6</sup>. Isto foi em boa medida possibilitado pelo crescimento do PIB, beneficiado pelo processo de estabilização econômica, e pela melhoria dos indicadores de Educação. A desagregação deste resultado por Unidades da Federação e grandes regiões geográficas nos anos de 1995 e 1996 está apresentada nas Tabelas do Apêndice <sup>7</sup>.

As Unidades da Federação (UFs) que possuíam os índices mais altos de desenvolvimento humano eram praticamente as mesmas em 1995 e 1996, havendo poucas inversões de ordem do IDH entre os dez primeiros. As quatro UFs com IDH mais alto em 1996 eram: Rio Grande do Sul (0,869), Distrito Federal (0,869) <sup>8</sup>, São Paulo (0,868) e Santa Catarina (0,863). Como esses valores deixam claro, estas UFs estavam, para todos os efeitos práticos, virtualmente empatadas, dados os níveis muito semelhantes do IDH. A quinta posição era do Mato Grosso do Sul (0,848), sendo a sexta do Paraná (0,847) e a sétima do Rio de Janeiro (0,844) – todos os três também muito próximos.

Em 1995, a ordem dos quatro primeiros colocados era esta: São Paulo (0,867), Distrito Federal (0,864), Rio Grande do Sul (0,863) e Santa Catarina (0,857). A quinta posição era do Paraná (0,844), a sexta do Mato Grosso

do Sul (0,844) e a sétima do Rio de Janeiro (0,842) – novamente, muito próximos.

Como assinalado, há poucas inversões relevantes de ordem entre as posições das Unidades da Federação nos dois anos analisados. O destaque, neste aspecto, refere-se a Minas Gerais, que melhora da 12ª para 9ª posição entre 1995 e 1996. O bom desempenho do IDH de Minas Gerais no último ano, aliás, foi o responsável por sua passagem do grupo de médio desenvolvimento humano para o de alto desenvolvimento humano entre 1995 e 1996. Tal ascensão deveu-se ao elevado crescimento dos indicadores das dimensões Renda e Educação. Na direção oposta registre-se a piora do Amapá: da 9ª para a 13ª posição entre estes anos. A razão principal para o recuo está associada à evolução negativa da dimensão Renda.

O Brasil quer em 1995 ou 1996 já não tinha nenhum estado na categoria de baixo desenvolvimento humano. Em 1995, por outro lado, havia sete estados, além do Distrito Federal, no grupo de alto desenvolvimento humano: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Já em 1996, havia dez estados, além do Distrito Federal, no grupo de alto desenvolvimento humano, o que representa um avanço considerável em curto espaço de tempo. Três novos estados passaram a integrar este grupo: Rondônia, Roraima e Minas Gerais.

No que toca ao indicador de Longevidade, a esperança de vida ao nascer, sua média nacional atingiu os 67,58 anos em 1996. Para compor essa média, os indicadores mais elevados são, pela ordem, os de: Rio Grande do Sul (70,84), Santa Catarina (70,50) e São Paulo (69,39). Em seguida, com médias muito próximas, aparecem: Minas Gerais (69,27), Mato Grosso do Sul (69,26), Paraná (69,23) e Espírito Santo (69,22).

Já os menores índices de Longevidade em 1996 são de estados no Nordeste: o de Alagoas (61,89 anos), Pernambuco (62,41), Paraíba (63,16), Maranhão (63,64 anos), e Piauí (64,42). As mudanças entre 1995 e 1996 foram de pequena expressão – como seria de se esperar,

dada a natureza do indicador – sendo que todos os estados experimentaram aumento na esperança de vida ao nascer entre estes dois anos.

No que se refere aos indicadores associados à Educação da população verifica-se que a taxa de alfabetização de adultos, que em 1996 era de 85,33% para o Brasil como um todo, atinge valores médios altos, e muito próximos entre si, nos Estados mais ricos. Ela chega a 93,71% no Distrito Federal, 93,65% no Rio de Janeiro, 92,81% no Rio Grande do Sul, 92,67% em Santa Catarina e 92,64% em São Paulo. No extremo oposto têm-se os estados do Nordeste: em torno da média de apenas 71,25,5% de alfabetização da região situam-se proporções de adultos alfabetizados que vão de 75,51% na Bahia, a mais alta da região, a apenas 63,72% em Alagoas.

Quanto à segunda componente da dimensão Educação, a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino, os resultados são semelhantes aos da taxa de alfabetização: em torno da média nacional de 76,79% em 1996 encontram-se desde os estados do Centro-Oeste – onde a média é de 81,09% – até os do Nordeste – onde a média regional é cerca de 10% inferior, atingindo os 71,72%. Finalmente chama a atenção o fato de que esta variável para a região Centro-Oeste supera as das regiões Sul e Sudeste, um resultado que se deve não apenas ao Distrito Federal mas também ao desempenho de Goiás e Mato Grosso do Sul. Além disso, deve-se ressaltar ainda o fato de que os estados do Tocantins e do Amapá apresentam valores excepcionalmente altos para esta variável, nos anos de 1995 e 1996. Os valores para esses dois estados são maiores do que aqueles de qualquer outra Unidade da Federação, e mesmo maiores do que a taxa combinada de matrícula para os três níveis de ensino dos países industrializados, em 1995, segundo os dados do *RDH 98*. Ressalte-se que tal resultado advém das estatísticas oficiais brasileiras.

## 2.5 MUDANÇAS ENTRE 1991 E 1995-1996: BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

O IDH brasileiro referente a 1991 era de 0,787, situando o Brasil no rol de países de médio desenvolvimento humano (ver Tabela A.2.3 no Apêndice). As mudanças no quinquênio 1991-1996, quando o IDH aumentou para 0,830, foram marcantes em relação a diversos aspectos das dimensões que compõem este indicador sintético. A mais notável é, provavelmente, a que se refere à dimensão Educação: o indicador respectivo aumentou de um índice de 0,763 em 1991 para 0,825 em 1996. Já o da Renda aumentou de 0,913 para 0,954 e o da Longevidade o fazia de 0,686 para 0,710. Desta forma, dado o caráter aditivo da metodologia usada na construção do IDH, pode-se afirmar que a dimensão Educação contribuiu com cerca de 49% para o aumento observado no IDH do Brasil entre 1991 e 1996. A dimensão renda contribuiu com uma parcela um pouco menor: 32%. Couberam à dimensão longevidade os 19% restantes.

Este resultado não pode deixar de ser considerado surpreendente, dado o elevado aumento do PIB real *per capita* brasileiro no quinquênio de referência. Ele alcançou valores da ordem de 29,2% em termos de PPC\$ entre 1991 e 1996 e de 27,5% quando ajustado. Seria de se esperar, por estas taxas, que a contribuição da dimensão Renda para o IDH brasileiro fosse mais expressiva do que a terça parte estimada acima, dado que as demais dimensões, por sua própria natureza, tendem a mover-se lentamente.

O fato de que as Unidades da Federação sejam, em ordem decrescente, praticamente as mesmas em 1991 e 1996, indica que os progressos nas dimensões do IDH entre estes anos alcançaram, em maior ou menor grau, todas elas. Mas registre-se que o Brasil ainda tinha dois estados com baixo nível de desenvolvimento humano em 1991 (Maranhão e Piauí), e que apenas cinco estados apresentavam índices de alto desenvolvimento humano naquele ano, além do Distrito Federal, e todos no Sul-Sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

***A dimensão Educação contribuiu com 49% para o aumento observado no IDH do Brasil entre 1991 e 1996***

Assim, as mudanças entre 1991 e 1996 foram notáveis no que toca à transformação no mapa do desenvolvimento humano do Brasil. Não apenas dois estados (Maranhão e Piauí) passaram do nível de baixo para o grupo de médio desenvolvimento humano, como, também, dobrou o número de estados no grupo de alto desenvolvimento humano – de cinco para dez, além do Distrito Federal. Como resultado destes processos, o país como um todo também mudou da categoria de médio para a de alto desenvolvimento humano.

**TABELA 2.3**

**IDH PARA O BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO (1970, 1980, 1991, 1995 e 1996)**

	1970	1980	1991	1995	1996
<b>BRASIL</b>	<b>0,494</b>	<b>0,734</b>	<b>0,787</b>	<b>0,814</b>	<b>0,830</b>
<b>NORTE</b>	<b>0,425</b>	<b>0,595</b>	<b>0,676</b>	<b>0,720</b>	<b>0,727</b>
Rondônia	0,474	0,611	0,725	0,782	0,820
Acre	0,376	0,506	0,662	0,752	0,754
Amazonas	0,437	0,696	0,761	0,754	0,775
Roraima	0,463	0,619	0,687	0,788	0,818
Pará	0,431	0,587	0,657	0,709	0,703
Amapá	0,509	0,614	0,767	0,797	0,786
Tocantins	-	-	0,534	0,578	0,587
<b>NORDESTE</b>	<b>0,299</b>	<b>0,483</b>	<b>0,557</b>	<b>0,596</b>	<b>0,608</b>
Maranhão	0,292	0,408	0,489	0,546	0,547
Piauí	0,288	0,416	0,494	0,529	0,534
Ceará	0,275	0,477	0,537	0,576	0,590
Rio Grande do Norte	0,266	0,501	0,620	0,666	0,668
Paraíba	0,259	0,442	0,504	0,548	0,557
Pernambuco	0,315	0,509	0,590	0,602	0,615
Alagoas	0,263	0,437	0,506	0,538	0,538
Sergipe	0,320	0,493	0,655	0,748	0,731
Bahia	0,338	0,533	0,593	0,632	0,655
<b>SUDESTE</b>	<b>0,620</b>	<b>0,795</b>	<b>0,832</b>	<b>0,853</b>	<b>0,857</b>
Minas Gerais	0,460	0,695	0,748	0,780	0,823
Espírito Santo	0,485	0,715	0,782	0,819	0,836
Rio de Janeiro	0,657	0,804	0,824	0,842	0,844
São Paulo	0,710	0,811	0,848	0,867	0,868
<b>SUL</b>	<b>0,553</b>	<b>0,789</b>	<b>0,834</b>	<b>0,855</b>	<b>0,860</b>
Paraná	0,487	0,723	0,811	0,844	0,847
Santa Catarina	0,560	0,796	0,827	0,857	0,863
Rio Grande do Sul	0,631	0,808	0,845	0,863	0,869
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,469</b>	<b>0,704</b>	<b>0,817</b>	<b>0,839</b>	<b>0,848</b>
Mato Grosso do Sul	0,458	0,725	0,784	0,844	0,848
Mato Grosso	0,458	0,600	0,756	0,768	0,767
Goiás	0,431	0,635	0,743	0,765	0,786
Distrito Federal	0,666	0,819	0,847	0,864	0,866

Fonte: Tabela de Índices de Desenvolvimento Humano, 1970, 1980, 1991, 1995, 1996

## 2.6 MUDANÇAS DE LONGO PRAZO, 1970 A 1996: BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Os resultados obtidos da comparação ao longo do tempo indicam que o Brasil tem historicamente avançado na área de desenvolvimento humano quando esse processo é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano – embora, como veremos, a velocidade da transformação seja variável com o tempo.

As Tabelas A.2.5 e A.2.4 do Apêndice, respectivamente, apresentam os Índices de Desenvolvimento Humano e seus componentes em 1970 e 1980, de forma semelhante às das seções anteriores neste capítulo. A tabela 2.3 é um resumo que contém os valores do IDH para o Brasil, suas regiões e unidades da federação em 1970, 1980, 1991, 1995 e 1996. No Anexo Estatístico, ao final do trabalho, estão apresentadas tabelas com os valores dos componentes do IDH nesses anos e variáveis correlatas, bem como tabelas complementares.

Dessa tabela podem ser extraídas diversas conclusões de interesse para a análise da evolução do IDH brasileiro no longo prazo. Além do fato de que em 1995-96 o valor do IDH brasileiro o classifica pela primeira vez no grupo de países com alto desenvolvimento humano, destacam-se:

- (i) em 1970 o Brasil era um país caracterizado por baixo índice de desenvolvimento humano, tendo o IDH alcançado 0,494;
- (ii) o aumento relativo no IDH foi maior no primeiro subperíodo mostrado na tabela (1970-1980) do que nos demais, chegando o IDH ao nível de 0,734 em 1980, ano em que o país já havia ingressado no nível de médio desenvolvimento humano; em segundo lugar aparece o período 1980/1991;
- (iii) de 1970 a 1996, tanto o país quanto todas as macrorregiões e Unidades da Federação tiveram sensível e sistemática melhoria nos índices de desenvolvimento humano, bem como em seus três componentes;

***De 1970 a 1996, tanto o país quanto todas as macrorregiões e Unidades da Federação tiveram sensível e sistemática melhoria nos índices de desenvolvimento humano***

***Em 1996,  
dez Unidades  
da Federação  
e o  
Distrito Federal  
estavam no  
grupo do alto  
desenvolvimento,  
e nenhuma  
estava  
no grupo  
de baixo  
desenvolvimento.  
Em 1970  
nenhum estado  
havia  
alcançado  
índices de alto  
desenvolvimento  
e dezenove  
situavam-se na  
faixa de baixo  
desenvolvimento  
humano***

- (iv) em termos das regiões brasileiras, a região Sul apresentou os níveis mais altos de IDH a partir de 1991, seguida de perto pela Sudeste; isso revela uma inversão em relação aos anos anteriores, dado que em 1970 e 1980 a liderança cabia à região Sudeste;
- (v) o Nordeste e o Norte continuavam apresentando em 1996 os piores índices do país (0,608 e 0,727), a exemplo do início do período de estudo, quando seus IDH eram de 0,299 e 0,425, respectivamente; no entanto, nenhum dos estados do Nordeste alcançou a categoria de alto desenvolvimento humano em 1996, ao passo que na região Norte os estados de Rondônia e Roraima haviam alcançado essa categoria neste último ano, como vimos;
- (vi) em termos de ganhos relativos (isto é, quanto à taxa de crescimento do IDH), porém, a situação é distinta. Os maiores ganhos, neste caso, foram, pela ordem, os da região Nordeste (com crescimento de 103% no IDH entre 1970 e 1996), Centro-Oeste (81%) e Norte (71%), todos acima da média nacional, de 68%; as regiões mais ricas tiveram taxas de crescimento abaixo da média, como seria de se esperar (Sul com 56% e Sudeste com 38%);
- (vii) já os maiores ganhos absolutos (variação absoluta no IDH) no longo prazo 1970-1996 foram obtidos na região Centro-Oeste, seguida de perto pelas regiões Norte, Nordeste e Sul; os menores foram os da região Sudeste;
- (viii) em 1996, dez Unidades da Federação e o Distrito Federal estavam no grupo do alto desenvolvimento, e nenhuma estava no grupo de baixo desenvolvimento, como já assinalado. A situação em 1970 era completamente diferente, na medida em que nenhum estado havia alcançado índices de alto desenvolvimento humano, ao passo que dezenove situavam-se na faixa de baixo desenvolvimento humano e cinco estavam na de médio desenvolvimento, além do Distrito Federal; este é o aspecto mais notável da transformação de longo prazo no que diz respeito às mudanças experimentadas pelos estados;

- (ix) a maior parte dos estados com baixo nível de desenvolvimento humano em 1970 ultrapassou a linha divisória entre baixo e médio desenvolvimento humano na década de setenta: apenas seis dos dezoito continuavam caracterizados como de baixo desenvolvimento humano em 1980, ano em que já havia três estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul) e o Distrito Federal na faixa de alto desenvolvimento humano;
- (x) entre 1980 e 1991 o número de estados com baixo desenvolvimento humano caiu de seis para dois, ao passo que o de alto desenvolvimento aumentou para cinco (além do Distrito Federal), com a entrada do Paraná e de Santa Catarina; dezoito estados estavam no grupo de médio desenvolvimento humano;
- (xi) a posição relativa de alguns estados piorou bastante no longo prazo. Um caso notável é o do Amapá que passou da 6ª para a 13ª colocação; outro é do Piauí, que passou da 21ª para a 25ª posição; entre os estados mais ricos destaca-se o Rio de Janeiro, cuja posição piorou, ao longo do tempo, da 3ª colocação em 1970 para a 7ª em 1996. Em outros estados houve melhora na colocação: Minas Gerais e Rio Grande do Norte são exemplos desta situação <sup>9</sup>.

Os mapas do Brasil apresentados a seguir permitem uma visualização instantânea da enorme mudança na geografia do desenvolvimento humano ao longo do período de estudo pela comparação dos IDH estaduais nos cinco anos pesquisados.

Já os Gráficos 2.5 (a) e (b) apresentam a evolução do IDH do Brasil, regiões e Unidades da Federação no período 1970-1996 e nos períodos 1970-1980, 1980-1991 e 1991-1996. Eles ilustram nitidamente o processo de avanço em termos de desenvolvimento humano pela comparação dos IDH estaduais nessas datas.

O Gráfico 2.6 permite analisar o peso das dimensões e sua contribuição para a evolução do IDH no Bra-

1970 - 1980 - 1991 - 1995 - 1996

IDH - 1970



IDH - 1980



IDH - 1991



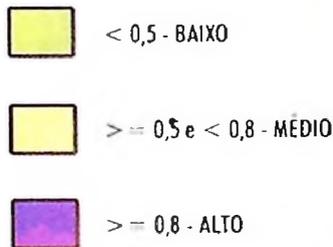
IDH - 1995



IDH - 1996

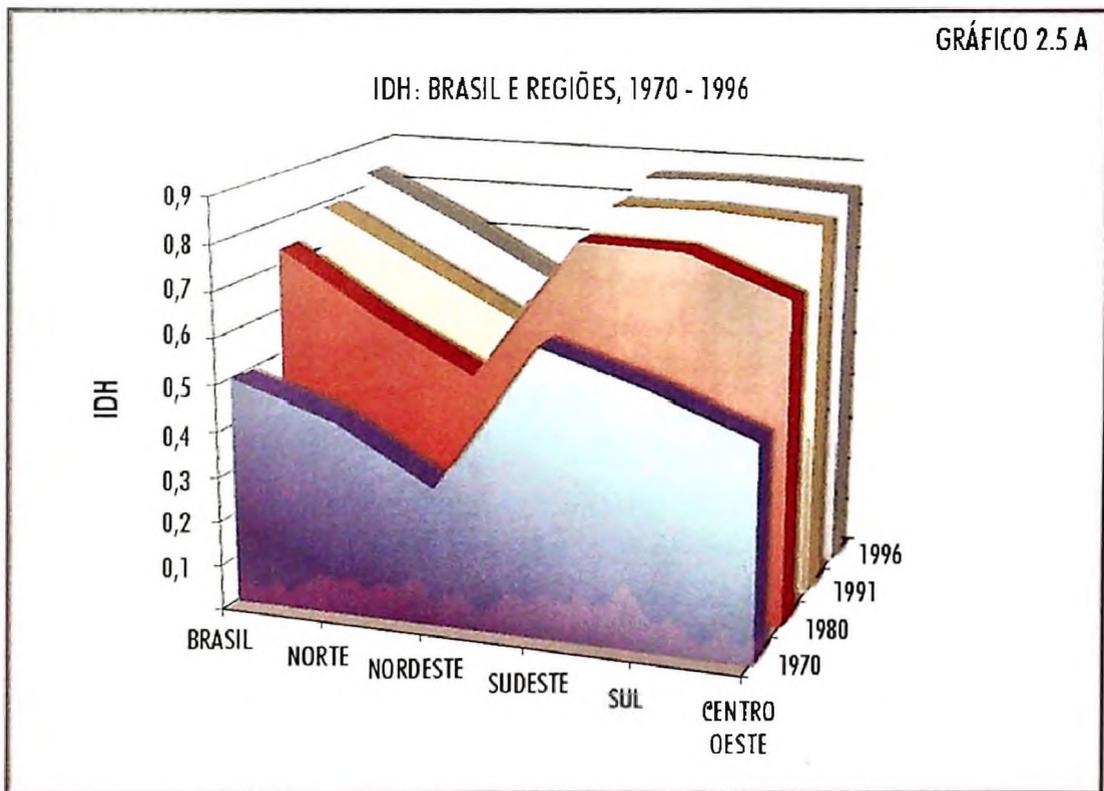


**CLASSES**

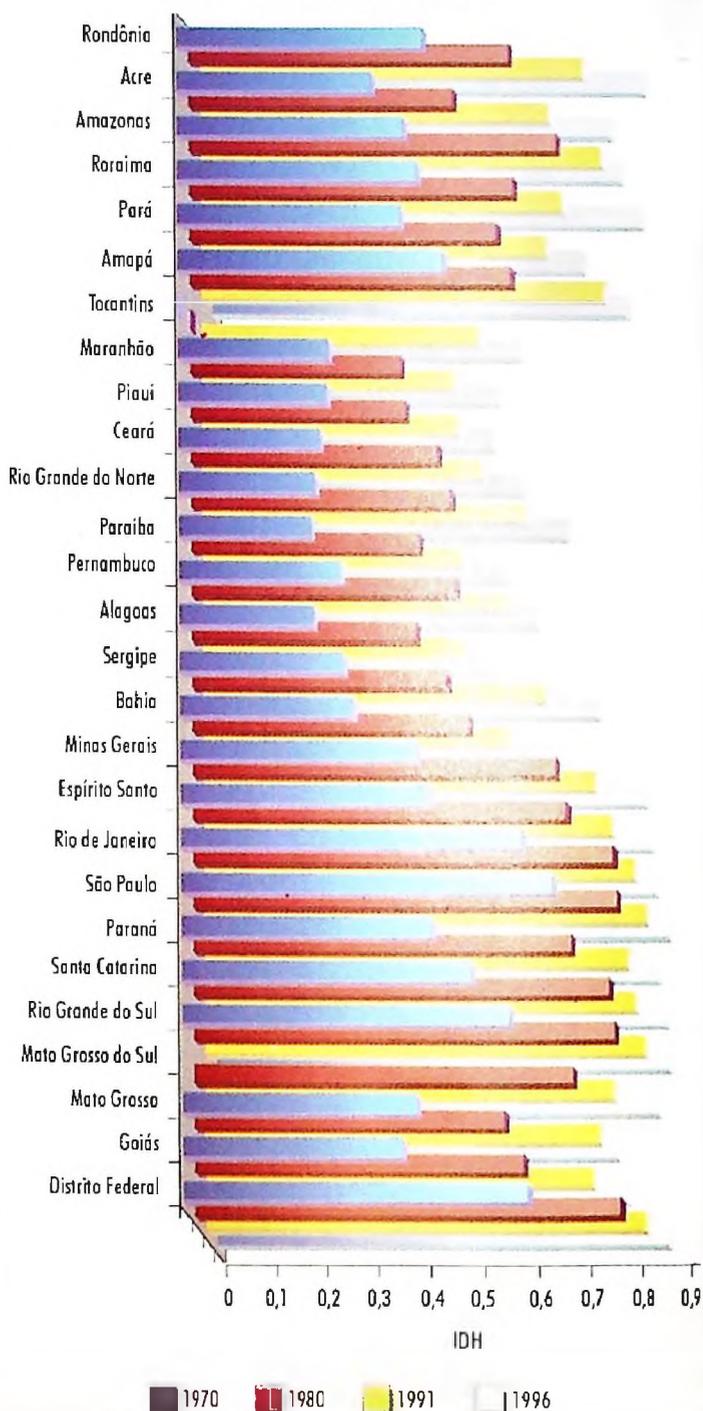


sil, no período analisado e em seus sub-períodos. Assim, entre 1970 e 1996 o crescimento do PIB *per capita* foi, por ampla margem, o maior responsável pelo crescimento do IDH. O crescimento dos índices de Educação e Longevidade respondeu pelo restante, em partes aproximadamente iguais. Entretanto, esse desempenho não foi uniforme ao longo do tempo, com características e pesos diferentes em cada subperíodo. Como pode ser visto no Gráfico 2.6, bem como na Tabela 2.4, mais adiante, se na década de setenta o crescimento do índice PIB explica dois terços do crescimento do IDH, na década seguinte, com a queda na importância deste índice, a maior parte do avanço do IDH deveu-se à melhora na Longevidade e nas condições educacionais.

A Tabela 2.4 mostra a mesma informação do gráfico anterior, sob a forma de um exercício de decomposição dos valores do IDH e de seus componentes entre os quatro anos analisados, a partir das variações absolutas ao longo do tempo.



IDH: UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1970 - 1996

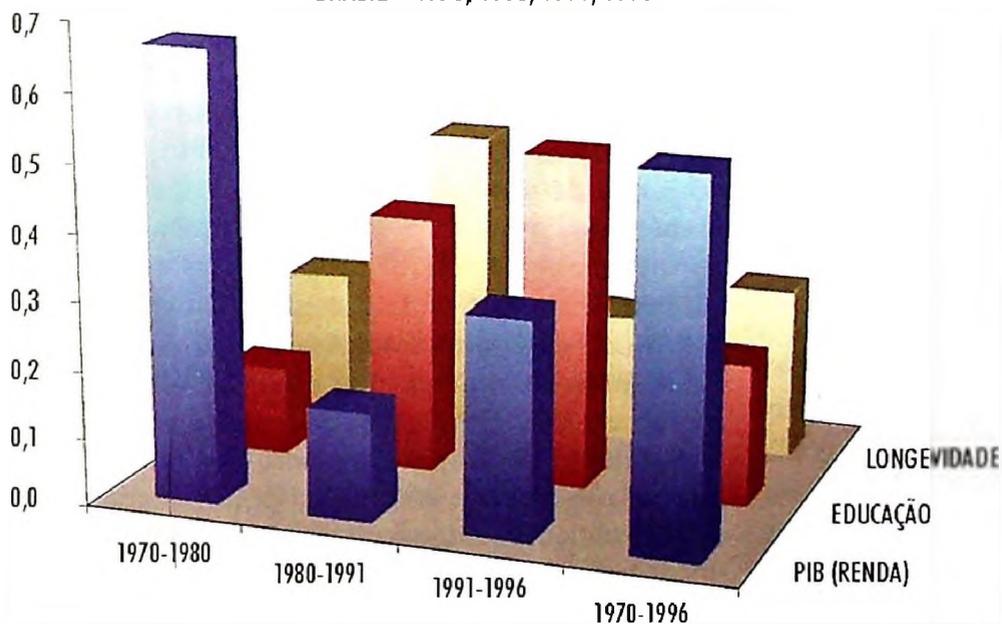


Note-se que, claramente, o crescimento do PIB – isto é, da renda *per capita* – na década de setenta foi o principal responsável pelo crescimento do IDH neste período, contribuindo com 2/3 da variação do IDH total. A dimensão Longevidade contribuiu relativamente pouco, com 21%, especialmente ao se levar em conta o lapso de tempo de uma década. A dimensão Educação teve um desempenho ainda menos favorável do que o aumento da Longevidade, enquanto contribuição relativa para o aumento do IDH observado (13%).

Já na década de 80 a grande contribuição relativa veio das dimensões Longevidade e Educação, com parcelas de 45% e 38%, respectivamente. A dimensão Renda teve uma contribuição pequena entre 1980 e 1991: ela representou apenas 16% do total. A dimensão Longevidade (aumento na expectativa de vida), portanto, trouxe a maior contribuição relativa dentre as três analisadas – muito embora o aumento absoluto do IDH

GRÁFICO 2.6

PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES NO CRESCIMENTO DO IDH  
BRASIL - 1970, 1980, 1991, 1996



tenha sido de pouca expressão, para um período de 11 anos (apenas 0,053, contra 0,240 na década de 70 e 0,042 entre 1991 e 1996).

Entre 1991 e 1996 observa-se um quadro bem diferente do anterior. A contribuição da dimensão Renda, apesar dos ganhos de renda *per capita* observados no quadriênio 1993-1996, não chega a ser a mais importante: de fato, a variação do índice do PIB *per capita* repre-

senta 32% do aumento do IDH. O que chama a atenção neste quinquênio é a elevada magnitude da dimensão Educação, especial-

mente ao se levar em conta o curto espaço de tempo: com efeito, cerca da metade do aumento do IDH entre 1991 e 1996 é explicado pelo aumento do índice Educacional da população brasileira (49%). Quanto ao aumento da Longevidade, os ganhos no período são de menor expressão, embora tão elevados, enquanto contribuição, quanto na década de 70 como um todo (19%).

Para o período como um todo (1970-1996) o crescimento da Renda explica 54% do crescimento do IDH, o da Longevidade explica 25% e o da Educação os 21% restantes. Cumpre destacar que a dimensão Educação aumentou continuamente sua contribuição para o IDH ao longo de todo o período: de 13% para 38% e, finalmente, para 49%.

Assim, a análise do peso das três dimensões (Longevidade, Educação e Renda) na explicação da evolução de longo prazo do desenvolvimento humano no Brasil permite concluir que entre 1970 e 1996 o crescimento do PIB *per capita* foi o maior responsável pelo crescimento do IDH. O aumento dos índices de Educação e Longevidade respondeu pelo restante, em partes aproximadamente iguais.

A análise por estados e regiões revela notáveis diferenças em relação à média nacional (ver Tabela 2.5). Assim é que, por exemplo, para o período 1970-96 como

TABELA 2.4

BRASIL — CONTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS COMPONENTES NA EVOLUÇÃO DO IDH  
(em % da variação do IDH = 100)

Dimensões	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1970-1996
LONGEVIDADE	21	45	19	25
EDUCAÇÃO	13	38	49	21
PIB (RENDA)	66	16	32	54

um todo, a participação da dimensão Renda para o IDH total é consideravelmente maior nas regiões Sul (62%) e Centro-Oeste (60%) do que nas demais: na região Norte o peso é de 53%, no Sudeste o peso é de 48% (devido a São Paulo, com 27%), e no Nordeste de apenas 33%. Nesta região, por outro lado, o peso das dimensões Longevidade e Educação na formação do IDH é substancialmente maior do que no Brasil como um todo. De fato, as participações aqui são de 36% e 30%, ao passo que a média do Brasil é de 23% e 21%, como vimos acima. Isso mostra que os ganhos nessas dimensões foram relativamente mais importantes nos estados mais pobres quanto a essas dimensões

do que quanto aos ganhos de renda *per capita*. Mas mesmo as médias regionais encobrem grandes diferenças entre os estados que as compõem <sup>10</sup>.

No que diz respeito aos subperíodos, as diferenças em relação à média nacional são menos marcantes. Na década 1970-80, por exemplo, a componente Renda foi a maior responsável pelo crescimento do IDH em quase todas as regiões. A exceção é, novamente, o Nordeste, onde a contribuição da Renda para o IDH foi de apenas 39%, bem abaixo da média brasileira de 66%. No extremo oposto tem-se a região Sul, onde a contribuição foi de cerca de 79%.

Evidentemente, a contrapartida disso foram contribuições diferenciadas para as demais dimensões. No que toca à Longevidade, por exemplo, em torno da média nacional de 21% situam-se contribuições que vão de 10% (Sul) a 40% (Nordeste). Isso mostra que a esperança de vida no Nordeste era tão baixa em 1970 que os ganhos

Tabela 2.5

CONTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES PARA A EVOLUÇÃO DO IDH SEGUNDO REGIÕES (1970 - 1996) - (Em %)

Períodos		NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
1970-1980	LONG	20	40	23	10	15
	EDUC	16	21	14	11	15
	PIB	64	39	63	79	70
1980-1991	LONG	37	37	51	53	24
	EDUC	28	34	49	47	25
	PIB	34	28	0	0	51
1991-1996	LONG	18	19	25	27	25
	EDUC	41	59	60	54	62
	PIB	41	22	15	19	13
1970-1996	LONG	25	36	28	18	18
	EDUC	22	30	24	20	22
	PIB	53	33	48	62	60

Fonte: Tabelas de Índice de Desenvolvimento Humano

***Os ganhos em Educação e Longevidade foram relativamente mais importantes nos estados mais pobres do que os ganhos em Renda per capita***

na década seguinte aumentaram o índice de Longevidade mais do que nos estados ricos do Sul. O mesmo ocorre no longo prazo.

A década 1980-91 caracterizou-se por um quadro totalmente diferente do da década anterior. A contribuição da Renda para o IDH variou enormemente entre regiões, em torno da média nacional de 16%. Assim, as contribuições de cada região vão de valores próximos a zero, no caso da Sudeste e Sul, a 51% no Centro-Oeste. Já as contribuições das dimensões Longevidade e Educação foram elevadas em todas as regiões, mas menores no Centro-Oeste. No Sudeste e Sul, por exemplo, essas contribuições situaram-se em cerca de 50% cada uma, em cada região.

Quanto ao quinquênio 1991-96, os dados regionais destacam, uma vez mais, o papel da dimensão educação. Todas as regiões apresentaram participações muito altas da Educação para a formação do IDH: 62% no Centro-Oeste, 60% no Sudeste, 59% no Nordeste, 54% no Sul e 41% no Norte. A dimensão Longevidade teve um desempenho de pouca expressão, especialmente no Norte e no Nordeste. Coube à Renda o restante, com destaque para a região Norte, onde a participação do crescimento da renda para o aumento do IDH foi de 41%.

***Entre 1991 e 1996, todas as regiões apresentaram participações muito altas da Educação para a formação do IDH***

## NOTAS

---

- 1 - As séries estatísticas históricas utilizadas para o cálculo do IDH são aquelas fornecidas por fontes oficiais brasileiras até setembro de 1998.
- 2 - A seção seguinte analisa mais detidamente os resultados de 1995 e a posição brasileira no concerto das nações naquele último ano.
- 3 - O Apêndice reproduz, nas Tabelas A.2.6 e A.2.7, os dados básicos para a construção dos gráficos desta seção.
- 4 - Este valor não é igual ao apresentado no *RDH internacional 1998*, que é de 0,809, devido a pequenas diferenças nos valores das dimensões. Essas

diferenças advêm do fato de que neste estudo utilizaram-se as estatísticas oficiais brasileiras para as variáveis que compõem as dimensões Longevidade e Educação, atualizadas em agosto de 1998. Para a variável renda utilizou-se a mais recente série do PIB *per capita* em dólares PPC\$ do Banco Mundial, para o Brasil.

- 5 - O PIB per capita em dólares PPC\$ cresceu 8,4%, ao passo que a renda média mundial aumentou 3,7% em 1996. A taxa de crescimento do PIB per capita ajustado foi da ordem de 7,0% em 1996.
- 6 - Assim é que o *RDH 1997* registra um valor de 0,783 para o IDH do Brasil em 1994.
- 7 - Ao final do estudo encontram-se outras tabelas básicas e de interesse para a análise do desenvolvimento humano, complementares às citadas no texto.
- 8 - Embora até a terceira casa decimal os valores do IDH do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal sejam iguais, o desempate ocorre quando se comparam as médias com mais precisão nas casas decimais seguintes, o que favorece o Rio Grande do Sul.
- 9 - Para esta comparação de ordenações excluimos os estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul em 1996, por não existirem em 1970.
- 10 - As tabelas do Apêndice detalham a informação básica para as decomposições por estados.





# CAPÍTULO 3

## O Índice de Condições de Vida e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Evolução no Período 1970 - 1991

### 3.1 INTRODUÇÃO: CONCEITOS E METODOLOGIA

A riqueza dos resultados dos Censos Demográficos do IBGE permite que sejam construídos diversos outros índices de desenvolvimento econômico, social e ambiental, além do IDH, acima apresentado para o Brasil e para as Unidades da Federação. Uma vantagem de aproveitar a base de dados censitária, ainda relativamente pouco explorada em trabalhos deste tipo, é que ela permite incorporar várias dimensões e variáveis à análise do desenvolvimento humano, enriquecendo nossa compreensão dos complexos processos envolvidos, através de novos indicadores.

Evidentemente, na construção de novos tipos de índices perde-se a possibilidade de comparar resultados com os obtidos a partir da aplicação estrita da metodologia descrita nos *RDH*. No entanto, a apresentação de dados cobrindo diferentes períodos de tempo e desagregados ao nível municipal, para os novos índices, traz outras vantagens, ao permitir aferir a evolução das condições humanas segundo novas metodologias.

Neste capítulo são apresentados dois novos índices sintéticos de desenvolvimento humano: o **Índice de Condições de Vida (ICV)**<sup>1</sup> e o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**.

O ICV é uma extensão do IDH e procura, com base em metodologia similar, aumentar o número de dimensões e de indicadores básicos referentes às condições de vida.

O IDHM tem metodologia de construção semelhante, mas não idêntica, à do IDH, agregando as mesmas três dimensões daquele índice. Por este motivo, não são válidas as comparações do IDHM, originalmente obtido

por municípios, agregado por estados da federação com o IDH estadual apresentado no capítulo anterior. Estes índices sintéticos são construídos a partir de diferentes **indicadores básicos**.

**Indicadores sintéticos versus indicadores básicos.** A estratégia de empregar uma variedade de indicadores na avaliação das condições de vida representa, sem dúvida, uma opção metodológica desejável porque permite enriquecer a análise. Por outro lado, introduz dificuldades para a classificação ou comparação entre diferentes comunidades. De fato, ao se compararem duas comunidades, sendo uma delas melhor em alguns indicadores básicos mas pior segundo outros, não há como dizer, inequivocamente, qual possui melhores condições de vida. A classificação inequívoca exige a construção de um único indicador, ou índice sintético.

#### QUADRO 3.1

### CONSTRUÇÃO DE ÍNDICES SINTÉTICOS

#### A questão da ponderação dos indicadores

A construção de um índice sintético visa, em princípio, permitir a ordenação ou comparação entre comunidades, quando são considerados diferentes aspectos de suas respectivas realidades, retratadas por diversos indicadores. Entretanto, construir um índice sintético implica enfrentar o problema da ponderação desses diversos indicadores, o que, em última instância, envolve algum juízo de valor. Significa dizer que os pesos atribuídos aos indicadores na composição do índice sintético não são neutros e envolvem, necessariamente, a introdução de algum nível de arbítrio.

A criação de um **índice sintético** a partir da combinação de diversos indicadores visa exatamente solucionar esse problema, pois reduz todos os indicadores a um índice único. No entanto, é claro que o processo de combinação dos indicadores para gerar os índices sintéticos envolve pressupostos e juízos de valor quanto às ponderações a serem adotadas. Os Quadros 3.1 e 3.2 ilustram aspectos específicos dessa questão, bem como da metodologia de criação dos índices sintéticos utilizados neste capítulo do estudo.

O **ICV** é construído através de metodologia básica idêntica à utilizada na construção do IDH, mas incorpora um conjunto maior de indicadores que retratam realidades sociais, econômicas e ambientais, de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de desenvolvimento humano sustentável. Isso é feito de duas formas: pela ampliação do número de indicadores que compõem as dimensões Renda, Educação e Longevidade;

QUADRO 3.2

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA (ICV):

Os dois índices sintéticos utilizados aqui foram obtidos através do mesmo processo geral. No entanto, eles diferem entre si tanto pelo número quanto pela composição das diferentes dimensões de condições de vida abordadas. O IDH, como se recorda, foi introduzido pelo RDH, em 1990, e desde seu início apresenta três dimensões, participando com pesos iguais (1/3) na determinação final do índice: **Longevidade, Educação e Renda**. É importante ressaltar que, para a obtenção do IDHM, foram feitas algumas adaptações metodológicas, visando adequar o índice, originalmente utilizado para comparações entre países, à unidade de análise deste trabalho: o município.

Já o ICV, gerado pioneiramente para este estudo, inclui os 20 indicadores básicos disponíveis, acima descritos, agrupados em cinco dimensões (algumas contendo mais indicadores do que outras). Sendo assim, a opção pela simetria total requer alguns cuidados em sua aplicação: dar pesos iguais para todos os indicadores implicaria dar pesos distintos às cinco dimensões das condições de vida investigadas. Sem abandonar a opção pela simetria, optou-se por não dar pesos iguais aos diversos indicadores, mas garantir peso igual para cada uma das dimensões (1/5). Essa escolha requer que cada indicador tenha peso inversamente relacionado ao número de indicadores no seu grupo. Assim, por exemplo, cada um dos dois indicadores de *longevidade* recebeu um peso de 1/10 na composição final do índice, equivalente ao produto de seu peso no grupo (1/2) pelo peso de seu grupo no ICV (1/5). Na verdade, dentro dos grupos, procurou-se preservar o mesmo critério de simetria substantiva, ponderando-se cada indicador de forma inversa ao número de indicadores similares existentes. Para isso, optou-se por seguir o mesmo processo, ou seja, ao invés de dar pesos iguais aos indicadores de cada grupo, os indicadores foram, primeiro, agrupados em subgrupos representativos de diferentes aspectos da dimensão considerada e foram atribuídos pesos iguais aos subgrupos e, dentro destes, pesos iguais aos indicadores. Por exemplo, os indicadores do grupo **Renda** foram subdivididos em dois subgrupos, referentes a dois aspectos: *nível de renda* e *distribuição da renda*. Como o primeiro inclui apenas um indicador – *Renda Familiar Per Capita Média*, este teve peso 1/2 dentro do grupo e 1/10 dentro do índice global. Como o segundo subgrupo inclui dois indicadores, um de *desigualdade* e outro de *carência de renda* (apesar de terem sido levantados três indicadores de carência de renda, apenas o *Hiato Quadrático Médio de Renda*, por ser mais abrangente, compõe o índice), cada um deles teve peso 1/2 dentro do subgrupo e, conseqüentemente, peso 1/4 dentro do grupo e 1/20 no do índice global. Com base nos indicadores selecionados, é calculado um índice sintético para cada uma das dimensões (grupos) consideradas e, com base nestes, o índice sintético geral.

e pela introdução de duas dimensões adicionais, com o objetivo de retratar a situação da Infância e da Habitação.<sup>2</sup>

### **Indicadores utilizados na construção do ICV.**

Os vinte indicadores <sup>3</sup> utilizados para a construção do Índice das Condições de Vida foram agregados em cinco grupos, ou famílias de indicadores, de modo a retratar cinco diferentes dimensões das condições de vida.

**Renda.** Inclui cinco indicadores, que têm como objetivo descrever o nível e a distribuição de renda:

- *Renda familiar per capita média;*
- *Grau de Desigualdade (medido pelo Índice L de Theil);*
- *Porcentagem de pessoas com renda insuficiente ( $P_0$ );*
- *Insuficiência média de renda (também denominado Hiato de renda médio -  $P_1$ );*
- *Grau de desigualdade na população com renda insuficiente (também denominado Hiato de renda quadrático médio -  $P_2$ ).*

**Educação.** Inclui cinco indicadores que têm por objetivo descrever o nível educacional da população:

- *Taxa de analfabetismo;*
- *Número médio de anos de estudo;*
- *Porcentagem da população com menos de quatro anos de estudo <sup>4</sup>;*
- *Porcentagem da população com menos de oito anos de estudo;*
- *Porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo.*

**Infância.** Inclui quatro indicadores com o objetivo de avaliar as condições de vida na infância:

- *Porcentagem de crianças que trabalham;*
- *Porcentagem de crianças que não frequentam a escola;*
- *Defasagem escolar média;*

- *Porcentagem de crianças com mais de um ano de defasagem escolar.*

**Habitação.** Inclui quatro indicadores que têm por objetivo descrever as condições habitacionais da população:

- *Porcentagem da população que vive em domicílios com densidade média acima de duas pessoas por dormitório;*
- *Porcentagem da população que vive em domicílios duráveis;*
- *Porcentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água;*
- *Porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto.*

**Longevidade.** Inclui dois indicadores que retratam as condições de sobrevivência da população:

- *Esperança de vida ao nascer;*
- *Taxa de mortalidade infantil.*

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): adaptações realizadas relativamente à construção do IDH.** Para construir o IDHM – isto é, um IDH em nível municipal – é preciso fazer determinadas adaptações em relação à metodologia seguida na construção do IDH. O mesmo se aplica, aliás, ao ICV <sup>5</sup>. A questão básica se resume ao fato de o IDH ter sido inicialmente idealizado para ser calculado para países, ou seja, para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico (no sentido de que os membros da sociedade são os proprietários de, essencialmente, todos os fatores de produção) quanto do ponto de vista demográfico (no sentido de que não há migração temporária). Isso, claramente, não caracteriza de modo adequado um município. Para uma economia fechada, a renda **gerada** (isto é, valor adicionado gerado) sempre representa um bom indicador da renda **apropriada** pela população local – e, portanto, do seu nível de consumo <sup>6</sup>. Em um município, porém, pode ocorrer que parte do valor adiciona-

***Maior investimento em Educação não resulta necessariamente em mais matrículas, e nem sempre é necessário fazer mais investimentos para aumentar o número de matrículas***

***Na construção do IDHM, optou-se por substituir o PIB per capita pela renda familiar per capita média do município***

do, ou renda gerada, se destine à remuneração de indivíduos não-residentes.

Além disso, em uma sociedade pouco sujeita a migrações, a matrícula nos diversos níveis do sistema educacional representa um bom indicador do esforço feito tanto por governos, nos seus três níveis, quanto por famílias e indivíduos, para aumentar o grau de escolarização de uma população <sup>7</sup>.

A migração temporária, contudo, motivada pela busca de serviços educacionais localizados em municípios que não o de origem da pessoa (como é, frequentemente, o caso da educação superior, não oferecida na grande maioria dos municípios brasileiros), faz com que a informação sobre a matrícula em um dado município se torne um indicador viesado do esforço local em Educação. Assim, na aplicação do IDHM adaptaram-se os indicadores de Educação e Renda de forma a representar melhor as condições de vida da população que efetivamente reside no município <sup>8</sup>.

A primeira adaptação diz respeito à escolha entre Produto Interno Bruto *per capita* e renda familiar *per capita*. No que se refere à dimensão Renda, como vimos, o indicador utilizado no cálculo do IDH é o PIB real *per capita*, convertido para dólares internacionais (PPC\$), usando-se a paridade do poder de compra. No entanto, com o objetivo de melhor caracterizar a renda realmente auferida pelas famílias e as reais possibilidades de consumo da população local, optou-se por substituir este indicador pela renda familiar *per capita* média do município – mesmo porque não existem estimativas de PIB *per capita* municipal <sup>9</sup>. De modo a manter a maior comparabilidade possível com a metodologia original do IDH, para o cálculo do IDHM-Renda, os valores máximo e mínimo, definidos pelo *RDH 94 internacional* (respectivamente PPC\$ 40,000 e PPC\$ 200), e à renda média mundial, ponto a partir do qual os rendimentos decrescentes passam a ocorrer, foram transformados em salários mínimos de setembro de 1991, tendo sido utilizados estes parâmetros para o ajuste da renda familiar *per capita* média observada e para o cálculo do IDHM-Renda <sup>10</sup>.

É importante ressaltar ainda que as adaptações adotadas tiveram também o objetivo de permitir que **todos** os indicadores utilizados no cálculo do IDHM e do ICV pudessem ser obtidos, direta ou indiretamente, dos Censos Demográficos do IBGE. Esse aspecto é de fundamental importância, em vista do objetivo de calcular índices comparáveis para **todos os municípios brasileiros**, pois os censos são as **únicas fontes disponíveis** em que as estatísticas básicas para obter os indicadores relevantes são definidas, coletadas e processadas de maneira uniforme para todas as unidades municipais.

Por essa mesma razão – a necessidade de uniformidade conceitual e metodológica das estatísticas básicas – os indicadores e os índices sintéticos municipais foram calculados para os anos censitários de 1970, 1980 e 1991, e só poderão ser atualizados quando estiverem disponíveis os resultados do próximo recenseamento, programado para o ano 2000.

Vale a pena enfatizar que as situações de desenvolvimento humano e de condições de vida mais recentes retratadas pelo IDHM e pelo ICV neste estudo, para qualquer município, **referem-se ao ano de 1991**, e podem ter sofrido alterações substanciais, como sugerem as mudanças ocorridas nas décadas cobertas pela pesquisa.

**O município como unidade de análise.** A qualidade de vida é, em última instância, uma condição individual, ou familiar. Assim, podem existir pessoas vivendo em condições precárias mesmo em países com excelentes condições médias de vida. Da mesma forma, em países onde as condições de vida médias são precárias, frequentemente existem segmentos da população vivendo bem. A rigor, tal discrepância pode surgir até mesmo no interior de uma mesma família, tendo em vista que as condições de vida não são necessariamente idênticas para todos os seus componentes.

Muitos estudos sobre as condições de vida utilizam a unidade familiar como unidade de análise, mas não consideram verdadeiro o fato de existirem desigualdades de bem-estar no interior dessa unidade:

*A qualidade de vida é, em última instância, uma condição individual, ou familiar. Podem existir pessoas vivendo em condições precárias mesmo em países com excelentes condições médias de vida*

***A análise municipal divide a população entre aqueles que vivem em municípios carentes e em não-carentes.***

pressupõe-se que os benefícios proporcionados pela renda total da família são igualmente distribuídos entre seus membros. Portanto, uma pessoa pertencente a uma família cuja renda *per capita* (soma da renda de todos os integrantes da família, dividida pelo número destes) é inferior a um determinado nível é considerada carente de renda.

Outros estudos, baseados em indicadores sintéticos como o IDH, abordam níveis de agregação mais elevados, comparando as condições de vida média entre países ou entre regiões e estados de um dado país e ignorando a desigualdade dentro dos países ou das grandes regiões de um dado país. Por analogia, enquanto a análise em nível de família divide a população brasileira entre aqueles que vivem em famílias carentes e em não carentes, a análise municipal divide a população entre aqueles que vivem em municípios carentes e em não carentes.

A avaliação das condições de vida média por unidade espacial apresenta a vantagem de permitir o georreferenciamento das carências. Assim, embora seja virtualmente impossível localizar espacialmente as famílias carentes (dado que, em grande medida, as famílias carentes tendem a viver lado a lado com as não-carentes), é possível localizar espacialmente os municípios em média mais carentes. A possibilidade de identificar espacialmente as carências gera importantes impactos no desenho e na focalização de políticas públicas (sociais, saneamento ambiental, etc.), proporcionando uma razão fundamental para a análise das condições de vida por unidade espacial. Cumpre ressaltar que o georreferenciamento permite tanto identificar áreas onde intervenções devam ocorrer como, na medida em que as unidades espaciais coincidem com unidades administrativas, operacionalizar e avaliar o resultado de tais intervenções. O CD-ROM que acompanha este trabalho apoia-se nesses conceitos.

Dadas as vantagens, em termos da implementação de políticas públicas, de uma avaliação das condições de vida por unidade espacial, bem como as dificuldades

dessa análise em lidar com a heterogeneidade interna de cada área, optou-se por adotar a menor unidade espacial-administrativa que pudesse ser georreferenciada: o **município**. Portanto, o município será sempre considerado aqui a unidade de análise, fazendo-se referência a municípios carentes e não-carentes e a municípios com maior escolaridade e com menor escolaridade, por exemplo. Note-se que não está sendo ignorada totalmente a heterogeneidade interna ao município. Assim, a medida de sua carência de renda não será constatada simplesmente pelo fato de sua renda *per capita* estar abaixo do limite especificado (1/2 salário mínimo familiar *per capita*), mas pela proporção de pessoas em famílias com uma renda familiar *per capita* inferior a essa linha. Além disso, foi incluído um indicador do nível de desigualdade na distribuição de pessoas segundo a renda familiar *per capita*. Em outras palavras, não se supõe que a distribuição de renda em cada município seja igualitária. A limitação, portanto, não se prende ao fato de ter-se ignorado a heterogeneidade interna mas, sim, de não se identificarem os grupos responsáveis pela carência média no município <sup>11</sup>.

O quadro 3.3 descreve os indicadores básicos usados para avaliar as cinco dimensões eleitas para o estudo das condições de vida da população – Longevidade, Educação, Renda, Infância, e Habitação – bem como as ponderações adotadas.

Esses indicadores e índices de condições de vida foram levantados em nível municipal para compor os indicadores sintéticos IDHM e ICV. Os dados estão referidos aos anos censitários de 1970, 1980 e 1991, e foram analisados sob diversos ângulos <sup>12</sup>. Primeiramente, são analisados os municípios segundo os dois indicadores, IDHM e ICV. Em seguida investigou-se em mais detalhe a heterogeneidade existente entre municípios brasileiros com a ajuda do ICV. Finalmente analisou-se a concentração espacial de carências segundo: (i) a proporção de municípios com indicadores inferiores a um padrão estabelecido; e (ii) a proporção da população que vive nesses municípios.

**QUADRO 3.3**  
**INDICADORES E ÍNDICES DE CONDIÇÕES DE VIDA**

DIMENSÕES / INDICADORES	POPULAÇÃO DE REFERÊNCIA	Parâmetro para cálculo dos índices					
		Limites dos indicadores		Peso nos índices síntese			
		melhor	piores	IDHM		ICV	
		na dim.	na ind.	na dim.	na ind.		
<b>RENDA</b>		1	0	1	1/3	1	1/5
Renda familiar per capita média (em sal. mín. de set/91)	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	-	-
Renda fam. per capita média ajustada (em sal. mín. de set/91)	total, exceto residentes em domicílios coletivos	1.364	0,050	1	1/3	1/2	1/10
Porcentagem de pessoas com renda insuficiente P <sub>n</sub>	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	-	-
Insuficiência média de renda P <sub>n</sub>	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	-	-
Grau de desigualdade na população com renda insuficiente P <sub>n</sub>	total, exceto residentes em domicílios coletivos	0	0,9	-	-	1/4	1/20
Índice de Theil (desigualdade de renda)	total, exceto residentes em domicílios coletivos	-	-	-	-	0	0
Índice de Theil padronizado [-1 e(-L)]	total, exceto resid. em domic. coletivos e com renda nula	0	1	-	-	1/4	1/20
<b>EDUCAÇÃO</b>		1	0	1	1/3	1	1/5
Taxa de analfabetismo(%)	15 anos e mais	0	100	2/3	2/9	1/2	1/10
Número médio de anos de estudos (anos)	25 anos e mais	15	0	1/3	1/9	1/4	1/20
Porcentagem da população com menos de 4 anos de estudo	25 anos e mais	0	100	-	-	1/12	1/60
Porcentagem da população com menos de 6 anos de estudo	25 anos e mais	25	100	-	-	1/12	1/60
Porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo	25 anos e mais	50	0	-	-	1/12	1/60
<b>INFÂNCIA</b>		1	0	-	-	1	1/5
Porcentagem de crianças que não frequentam a escola	7 a 14 anos	0	100	-	-	1/2	1/10
Defasagem escolar média (anos)	10 a 14 anos	0	6	-	-	1/8	1/40
Porcentagem de crianças com mais de um ano de defasagem	10 a 14 anos	0	100	-	-	1/8	1/40
Porcentagem de crianças que trabalham	10 a 14 anos	0	100	-	-	1/4	1/20
<b>HABITAÇÃO</b>		1	0	-	-	1	1/5
% da população em domicílios com dens. > 2 pes. por dorm.	população em domicílios particulares permanentes	0	100	-	-	1/4	1/20
% da população em domicílios duráveis	população em domicílios particulares permanentes	100	0	-	-	1/4	1/20
% da população em domic. com abastecimento adeq. de água	% população em domic. particulares permanentes	100	0	-	-	1/4	1/20
% da população em domic. com instalação adeq. de esgoto	% população urb. em domic. particulares permanentes	100	0	-	-	1/4	1/20
<b>LONGEVIDADE</b>		1	0	1	1/3	1	1/5
Esperança de vida ao nascer (anos)		85	25	1	1/3	1/2	1/10
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	crianças nascidas vivas	0	320	-	-	1/2	1/10

### 3.2 EVOLUÇÃO DO IDHM NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: 1970, 1980 E 1991

A análise do IDHM revela que as condições de vida da população brasileira melhoraram substancialmente entre 1970 e 1991. Segundo este indicador, 91% dos municípios brasileiros se classificavam como de **baixo desenvolvimento humano** em 1970 – isto é, o IDHM calculado para estes municípios era inferior a 0,500.

O único estado no qual o baixo desenvolvimento humano não predominava entre seus municípios era o Rio de Janeiro, com apenas 25% dos municípios nessa categoria.

No total do Brasil, em 1970, os municípios com **médio desenvolvimento humano** não chegavam a 10%, enquanto na categoria **alto desenvolvimento humano** não aparecia nenhum município. Mesmo sendo poucos (361, ao todo), os municípios com **médio desenvolvimento** concentravam 38% da população brasileira e representavam, principalmente, as populações das capitais dos estados brasileiros (em particular, todas as capitais das regiões Sudeste e Sul). Nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, os poucos municípios que aparecem nessa categoria são exclusivamente os de capitais: Salvador, Recife, Manaus, Belém, Goiânia e Cuiabá. Mato Grosso do Sul constitui exceção, pois, além da capital (Campo Grande), apresentava quatro municípios nessa categoria, totalizando quase 25% de sua população. Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul destacavam-se dos outros estados brasileiros em 1970, com, respectivamente, 95%, 77% e 60% de suas populações vivendo em municípios com **médio desenvolvimento humano**.

Já em 1980, ainda segundo o IDHM, os municípios brasileiros encontravam-se divididos quase que igualmente entre os com **baixo** (46%) e **médio desenvolvimento humano** (54%), não existindo ainda nenhum na categoria de **alto desenvolvimento**. Contudo, quando a análise enfoca estados e regiões, nota-se, em grande parte deles, uma nítida predominância dos municípios com **médio desenvolvimento**, chegando a representar quase 100% em alguns estados do Sul e Sudeste. Esta cate-

*O IDHM revela que as condições de vida da população brasileira melhoraram substancialmente entre 1970 e 1991. 91% dos municípios brasileiros se classificavam como de baixo desenvolvimento humano em 1970*

*Todos os estados no Nordeste, em 1991, permanecem com mais de 50% de suas populações vivendo em municípios com baixo desenvolvimento, à exceção de Pernambuco*

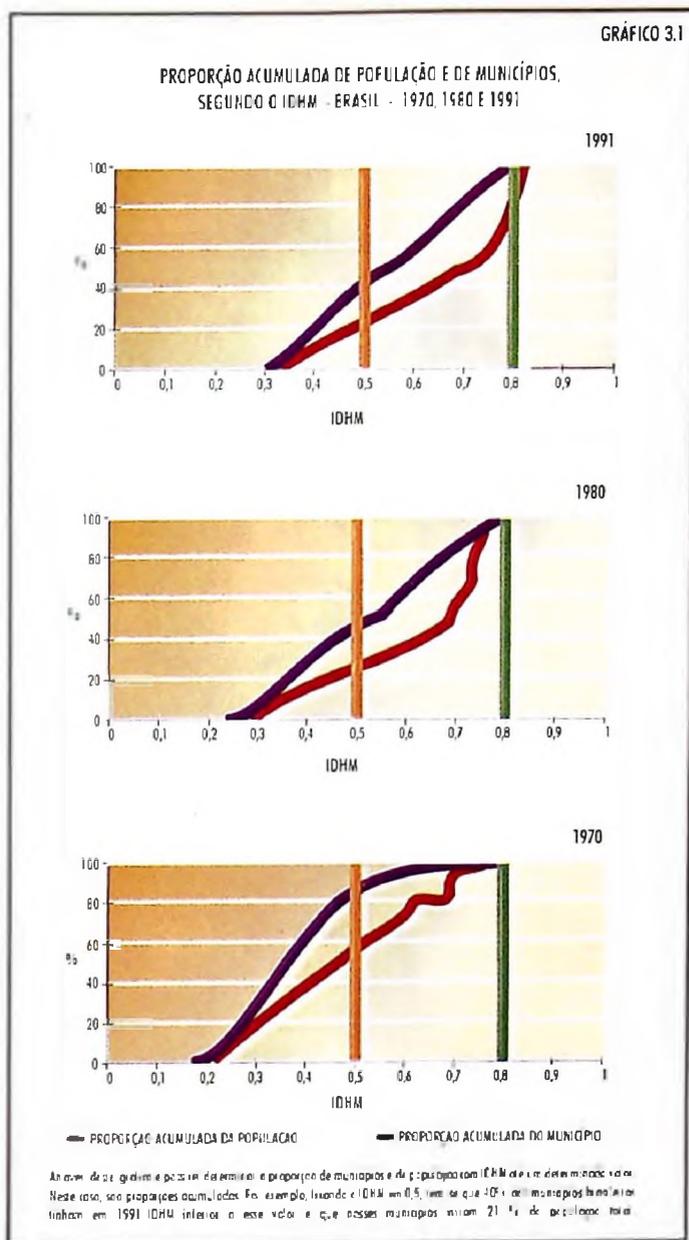
goria só não se torna mais representativa neste ano, em termos do total do país, pelo fato de que a quase totalidade dos municípios nordestinos (96,4%), com 72% da população da região, ainda estava na categoria **baixo desenvolvimento humano**. Estes percentuais só não são maiores pelo fato de todas as capitais desta região terem atingido o nível **médio de desenvolvimento**<sup>15</sup>. Ao contrário do Nordeste, no entanto, nos estados do Centro-Oeste, Sudeste, Sul e alguns do Norte a população concentra-se, basicamente, em municípios com **médio desenvolvimento** em 1980. A média nacional é de cerca de 73% da população vivendo em municípios com índice de desenvolvimento IDHM médio.

Em 1991, 80 municípios, situados exclusivamente nos estados do Sudeste e Sul, e mais o Distrito Federal, alcançaram a categoria **alto desenvolvimento humano**. Eles concentravam quase 20% da população brasileira. São Paulo e Rio de Janeiro eram os estados com as maiores proporções de população, pouco menos de 50%, nesta categoria. No Rio Grande do Sul, estado com a maior proporção de municípios com **alto desenvolvimento**, mais de 10% dos municípios e 28% da população encontravam-se classificados nesta categoria. Outro fato importante registrado nesse ano é o desaparecimento de municípios na categoria **baixo desenvolvimento humano** em três estados: Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Para os outros estados verificasse, também, entre 1980 e 1991, gradual perda de importância da categoria **baixo desenvolvimento humano** — embora menor do que a verificada na década 1970-80. Mesmo assim, todos os estados no Nordeste permanecem com mais de 50% de suas populações vivendo em municípios com **baixo desenvolvimento**, com a exceção de Pernambuco (48,6%). Entre os estados do Centro Oeste, Sudeste e Sul, o único em que a categoria **baixo desenvolvimento humano** ainda apresenta alguma expressão populacional é Minas Gerais (16%). Cabe destacar ainda que, para as regiões Nordeste e Norte, em termos absolutos, o número de municípios com **baixo desenvolvimento** volta a aumentar em relação a 1980,

contrariando a tendência. O Nordeste, por exemplo, chega a ter mais municípios com **baixo desenvolvimento** em 1991 do que em 1970 <sup>14</sup>.

O Gráfico 3.1 ilustra algumas dessas mudanças ao apresentar a proporção acumulada do número de municípios e da população nas três datas analisadas. Nele observa-se claramente o deslocamento para a direita – implicando melhores condições de vida com o tempo – nas duas curvas entre 1970 e 1991. As linhas verticais em cores mostram os limites das categorias baixo, médio e alto desenvolvimento, permitindo observar nitidamente o processo de mudança.

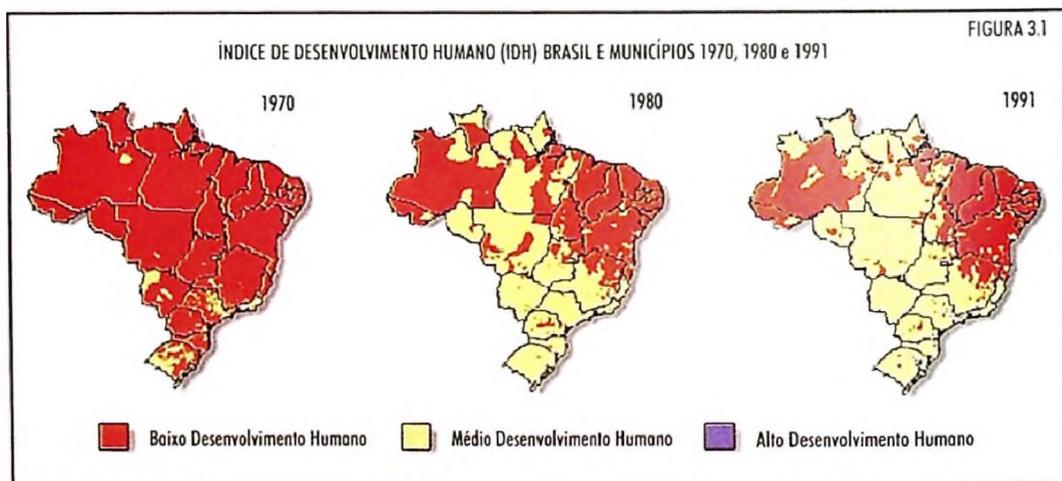
O gráfico também mostra, por exemplo, que, em termos populacionais, a proporção de pessoas vivendo em municípios de baixo desenvolvimento humano declinou de 62% em 1970 para 22% em 1991. A maior parte da mudança ocorreu entre 1970 e 1980. Da mesma forma, em relação à proporção de municípios, observa-se no gráfico que a redução daqueles com IDHM inferior a 0,500 é, entre 1970 e 1980, de 91% para 40%. Como



essa redução é relativamente menor do que a da proporção da população que neles vivia, conclui-se que os municípios mais populosos foram os que mais melhoraram ao longo do tempo. Esta conclusão reaparecerá em várias das análises feitas a seguir, como se verá.

O nível das carências dos municípios segundo sua localização pode ser avaliado pelos dados das Tabelas 3.1 e 3.2. Nelas observa-se que na região Nordeste a proporção de municípios classificados como sendo de baixo desenvolvimento humano estava, em 1991, ainda em torno de 93% -- ou seja, pouco acima da proporção que o país como um todo apresentava 21 anos antes. Observa-se também que os municípios de alto desenvolvimento humano estavam todos localizados nas regiões Sul e Sudeste.

A Figura 3.1 apresenta um sumário gráfico destas mudanças através de uma vívida representação. Nela pode ser vista a transformação do espaço nacional em termos do indicador IDHM entre 1970 e 1991, com o progressivo aparecimento de espaços caracterizados por índices mais elevados com o passar do tempo. O CD-ROM que acompanha este relatório permite, entre outras coisas, acompanhar esta transformação em nível estadual, pela caracterização precisa das mudanças no quadro municipal de desenvolvimento humano entre 1970 e 1991.



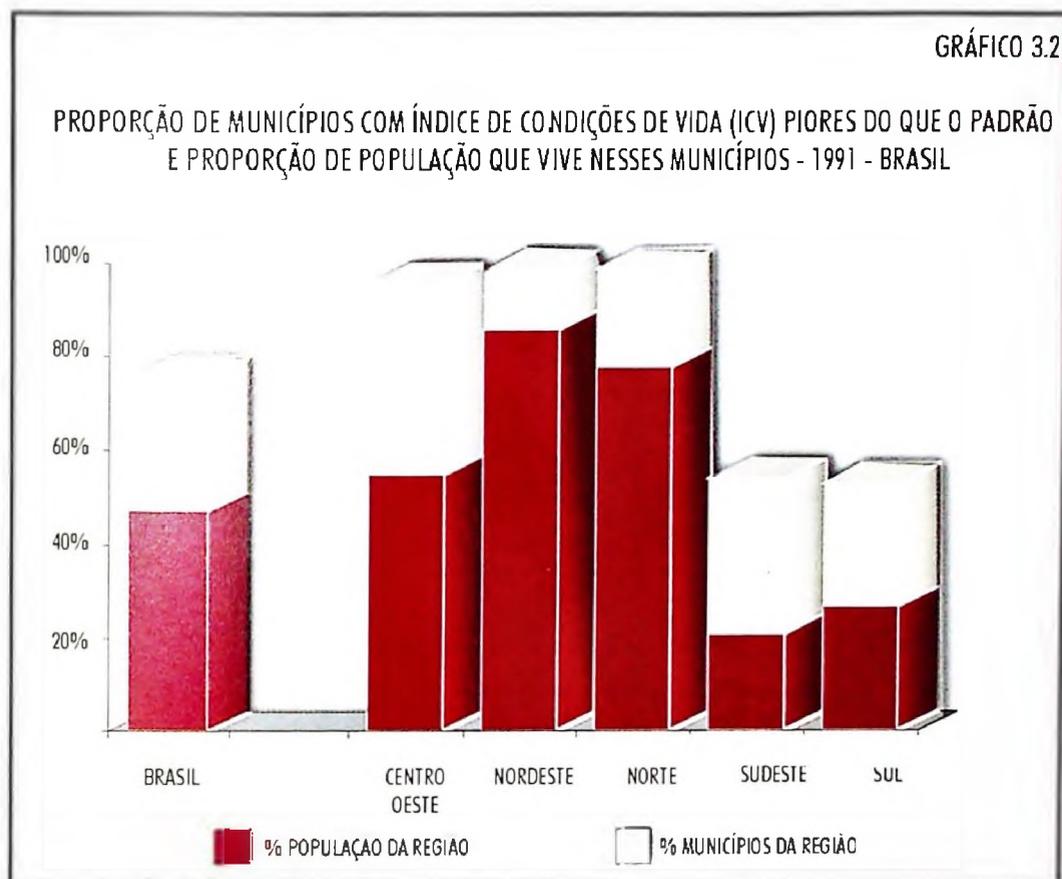
Fonte: Elaboração baseada em IPEA, censo demográfico de 1970, 1980 e 1991 (questionário 02).

Elaboração: FJP / IPEA

### 3.3 O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA (ICV): ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS 1970-1991.

Análise semelhante pode ser conduzida em relação ao segundo índice preparado para este estudo. Indo além da anterior, na análise das condições de vida nos municípios brasileiros, segundo o ICV, introduziu-se um parâmetro de comparação: foram considerados como carentes os municípios com índices piores do que o do país em 1991.

O Gráfico 3.2 mostra a proporção de municípios carentes para o país como um todo e para cada uma das grandes regiões, segundo este parâmetro, revelando grandes disparidades regionais nas condições de vida no país.



Fonte: Construído com base nas informações contidas no censo demográfico de 1991.

**TABELA 3.1 NÚMERO E PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO CATEGORIAS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) BRASIL, REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1970, 1980 E 1991**  
Número e proporção (%) de municípios

	1970			1980			1991		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
<b>BRASIL</b>	<b>3591 (90.9)</b>	<b>361 (9.1)</b>	<b>0</b>	<b>1850 (46.4)</b>	<b>2141 (53.6)</b>	<b>0</b>	<b>1814 (40.4)</b>	<b>2597 (57.8)</b>	<b>80 (1.8)</b>
<b>Nordeste</b>	<b>1374 (99.9)</b>	<b>2 (0.1)</b>	<b>0</b>	<b>1326 (96.4)</b>	<b>49 (3.6)</b>	<b>0</b>	<b>1402 (92.9)</b>	<b>107 (7.1)</b>	<b>0</b>
Alagoas	94	0	0	93	1	0	95	2	0
Bahia	335	1	0	309	27	0	376	39	0
Ceará	142	0	0	140	1	0	172	6	0
Maranhão	130	0	0	127	3	0	131	5	0
Paraíba	171	0	0	168	3	0	165	6	0
Pernambuco	164	1	0	157	8	0	144	24	0
Piauí	114	0	0	113	1	0	115	3	0
Rio G. Norte	150	0	0	146	4	0	136	16	0
Sergipe	74	0	0	73	1	0	68	6	0
<b>Norte</b>	<b>193 (99.0)</b>	<b>2 (1.0)</b>	<b>0</b>	<b>154 (75.1)</b>	<b>51 (24.9)</b>	<b>0</b>	<b>173 (58.1)</b>	<b>125 (41.9)</b>	<b>0</b>
Acre	7	0	0	11	1	0	9	3	0
Amapá	5	0	0	1	4	0	3	6	0
Amazonas	43	1	0	36	8	0	42	20	0
Pará	82	1	0	60	23	0	66	39	0
Rorônia	2	0	0	1	6	0	6	17	0
Roraima	2	0	0	2	0	0	0	8	0
Tocantins	52	0	0	43	9	0	47	32	0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>246 (97.2)</b>	<b>7 (2.8)</b>	<b>0</b>	<b>65 (23.1)</b>	<b>216 (76.9)</b>	<b>0</b>	<b>28 (7.4)</b>	<b>350 (92.6)</b>	<b>0</b>
Goiás	168	1	0	42	129	0	17	194	0
Mato Grosso	33	1	0	17	38	0	11	84	0
Mato G. Sul	45	5	0	6	49	0	0	72	0
Dist. Federal	0	1	0	0	1	0	0	0	1
<b>Sudeste</b>	<b>1186 (84.1)</b>	<b>224 (15.9)</b>	<b>0</b>	<b>260 (18.4)</b>	<b>1150 (81.6)</b>	<b>0</b>	<b>197 (13.7)</b>	<b>1207 (84.3)</b>	<b>28 (2.0)</b>
Espirito Santo	51	2	0	9	44	0	6	59	2
Minas Gerais	705	17	0	237	485	0	190	531	2
Rio de Janeiro	16	48	0	3	61	0	0	68	2
São Paulo	414	157	0	11	560	0	1	549	22
<b>Sul</b>	<b>592 (82.6)</b>	<b>125 (17.4)</b>	<b>0</b>	<b>45 (6.3)</b>	<b>674 (93.7)</b>	<b>0</b>	<b>14 (1.6)</b>	<b>808 (92.6)</b>	<b>51 (5.8)</b>
Paraná	275	13	0	40	250	0	13	309	1
Rio G. Sul	148	84	0	3	229	0	1	298	34
Santa Catarina	169	28	0	2	195	0	0	201	15

Fonte: Dados básicos: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980 e 1991 (questionário C2)

Elaboração: F.J.P./PEA

**TABELA 3.2 PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM MUNICÍPIOS DE ALTO, MÉDIO E BAIXO DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) BRASIL, REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1970, 1980 E 1991**

	1970			1980			1991		
	Baixo	Medio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Medio	Alto
<b>BRASIL</b>	62.1	37.9	0	27.3	72.7	0	21.9	58.3	19.8
<b>Nordeste</b>	92.6	7.4	0	72.2	27.8	0	61.8	38.2	0.0
Alagoas	100.0	0.0	0	79.9	20.1	0	72.9	27.1	0
Bahia	86.4	13.6	0	64.6	35.4	0	58.5	41.5	0
Ceará	100.0	0.0	0	75.3	24.7	0	62.4	37.6	0
Maranhão	100.0	0.0	0	82.0	18.0	0	76.1	23.9	0
Paraíba	100.0	0.0	0	78.5	21.5	0	66.8	33.2	0
Pernambuco	79.3	20.7	0	65.2	34.8	0	48.6	51.4	0
Piauí	100.0	0.0	0	82.3	17.7	0	74.4	25.6	0
Rio G. Norte	100.0	0.0	0	73.8	26.2	0	56.0	44.0	0
Sergipe	100.0	0.0	0	74.3	25.7	0	59.7	40.3	0
<b>Norte</b>	77.1	22.9	0	43.7	56.3	0	30.0	70.0	0
Acre	100.0	0.0	0	61.1	38.9	0	47.8	52.2	0
Amapá	100.0	0.0	0	5.4	94.6	0	5.5	94.5	0
Amazonas	67.3	32.7	0	44.6	55.4	0	30.6	69.4	0
Pará	70.7	29.3	0	40.6	59.4	0	33.9	66.1	0
Rondônia	100.0	0.0	0	13.7	86.3	0	7.4	92.6	0
Roraima	100.0	0.0	0	100.0	0.0	0	0.0	100.0	0
Tocantins	100.0	0.0	0	72.2	27.8	0	42.3	57.7	0
<b>Centro-Oeste</b>	81.8	18.2	0	12.2	87.8	0	2.3	97.7	0
Goiás	84.1	15.9	0	13.2	86.8	0	2.4	97.6	0
Mato Grosso	83.1	16.9	0	18.3	81.7	0	4.1	95.9	0
Mato G. Sul	75.3	24.7	0	5.0	95.0	0	0.0	100.0	0
<i>Dist. Federal</i>	0.0	100.0	0	0.0	100.0	0	0.0	0.0	100.0
<b>Sudeste</b>	38.0	62.0	0	6.0	94.0	0	4.0	60.6	35.3
Espirito Santo	83.9	16.1	0	8.9	91.1	0	2.1	77.7	20.2
Minas Gerais	81.1	18.9	0	20.8	79.2	0	15.7	81.4	2.9
Rio de Janeiro	4.6	95.4	0	0.7	99.3	0	0.0	53.8	46.2
São Paulo	23.0	77.0	0	0.2	99.8	0	0.0	51.7	48.3
<b>Sul</b>	61.3	38.7	0	3.7	96.3	0	0.9	75.3	23.8
Paraná	79.8	20.2	0	8.5	91.5	0	2.3	82.1	15.6
Rio G. Sul	40.5	59.5	0	0.4	99.6	0	0.1	71.5	28.4
Santa Catarina	65.2	34.8	0	0.7	99.3	0	0.0	70.1	29.9

Fonte: Dados básicos: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980 e 1991 (questionário 02). Elaboração: FJPI/PEA

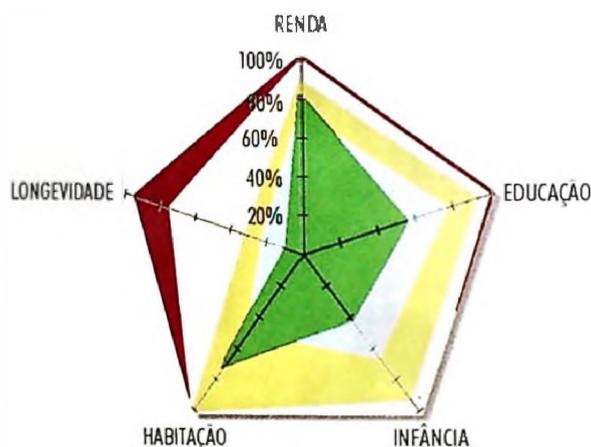
**Em 1991 cerca de 80% dos municípios brasileiros eram carentes. Neles residiam quase 50% da população total do país**

De fato, em 1991 cerca de 76% dos municípios brasileiros eram carentes. Neles residiam quase 50% da população total do país, confirmando a observação feita anteriormente para o IDHM: os municípios maiores em termos populacionais (notadamente as capitais) tendem a apresentar melhores indicadores de condições de vida. Fica também evidenciado que as piores condições no país ocorrem, de forma inequívoca, nas regiões Nordeste e Norte, seguidas de perto pela região Centro-Oeste. De fato, nas duas primeiras, cerca de 99% dos municípios apresentam ICV abaixo do ICV do Brasil em 1991, sendo que a população que neles vivia representava quase 90% do total no Nordeste e quase 80% na região Norte.

No outro extremo, as regiões Sudeste e Sul têm municípios com melhores condições de vida. Em ambos os casos, a proporção de municípios carentes chega a cerca de 50% do total de municípios em cada região, sendo que, na primeira, apenas 21% da população dos

GRÁFICO 3.3

PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM ÍNDICES PARCIAIS DO ICV PIORES DO QUE A MÉDIA DO BRASIL EM 1991 - REGIÕES - 1991



■ NORDESTE

□ NORTE

■ CENTRO-OESTE

□ SUDESTE

■ SUL

Fonte: Construído com base nas informações contidas no censo de 1991.

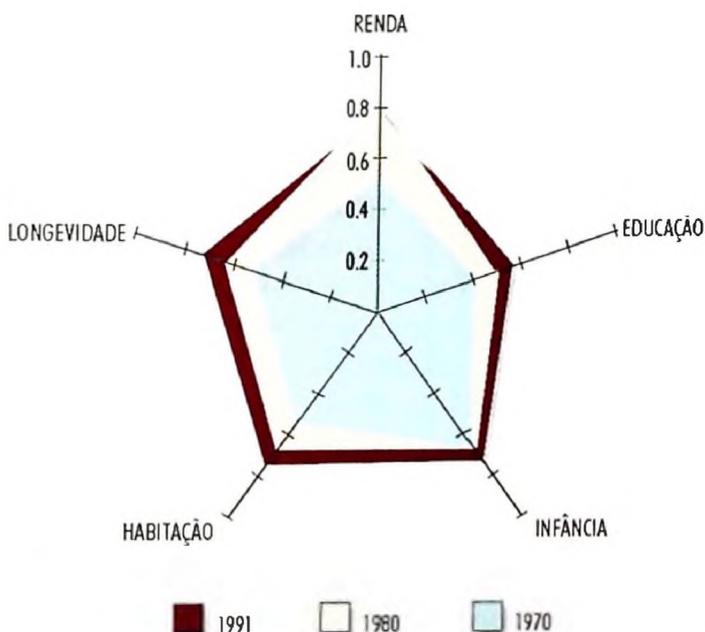
municípios são carentes. Na segunda, a proporção é de 27%.

Já em relação às comparações entre as duas regiões com melhores condições de vida, Sul e Sudeste, observa-se que a melhor posição da região Sul em relação à Sudeste verifica-se não apenas com relação ao ICV mas também à maior parte das dimensões. Ou seja, o Sul tem menor percentual de municípios carentes para as dimensões Longevidade, Educação e Infância. O Sudeste apresenta menor proporção de municípios carentes nas dimensões referentes à Habitação e à Renda, que são relativamente melhores nos municípios que o constituem. O Gráfico 3.3 ilustra essa observação<sup>15</sup>.

No outro extremo da distribuição de condições de vida, na região Nordeste, seguida pela Norte, cerca de 100% dos municípios são carentes em praticamente to-

GRÁFICO 3.4

ÍNDICES SINTÉTICOS DAS DIMENSÕES DO ICV  
BRASIL - 1970-1980-1991



Fonte: Construído com base nas informações contidas nos censos demográficos 1970-1980-1991.

**No outro extremo da distribuição de condições de vida, na região Nordeste, seguida pela Norte, cerca de 100% dos municípios são carentes praticamente em todas as dimensões**

das as dimensões. Já os municípios da região Centro-Oeste, com elevados níveis de carência, apresentam melhor desempenho relativo – isto é, mais próximo ao das regiões Sul e Sudeste – na dimensão Longevidade.

O Gráfico 3.4 mostra a evolução do nível das carências no país entre 1970 e 1991 segundo as cinco dimensões do ICV <sup>16</sup>. Nota-se que toda a importante melhoria nas condições de vida do país entre 1970 e 1991 ocorreu de maneira mais ou menos semelhante entre as duas décadas compreendidas no período, exceto quanto à dimensão Renda. Não existe, na verdade, nenhuma clara predominância de uma década sobre a outra, a não ser pela dimensão Renda <sup>17</sup>.

Esta observação aparentemente contraria as conclusões anteriores, feitas com base no IDHM, de que o desenvolvimento humano progrediu mais na década de setenta do que na de oitenta. A explicação para tal fato deve ser buscada na inclusão de novas dimensões para determinação das condições de vida, como é feito na análise com o uso do ICV. Neste caso, é até possível identificar, com exceção da Renda, uma melhora maior na década de oitenta do que na década de setenta, particularmente para a dimensão Infância.

No caso da dimensão Renda, o ICV segue a mesma tendência observada para o IDHM: apresenta um excelente desempenho nos anos setenta e um desempenho negativo nos anos oitenta. Mas agora o faz de forma bem menos acentuada. Isto porque no índice desta dimensão no ICV foram incluídos também, além do próprio nível de renda *per capita*, indicadores de insuficiência de renda e de desigualdade na distribuição da renda, cujo comportamento é distinto daquele observado para a renda *per capita*.

Em suma, uma avaliação cuidadosa – como aquela possível a partir das dimensões que compõem o ICV – permite qualificar a interpretação comparativa do desempenho das condições de vida nas décadas de setenta e oitenta. Como vimos, com exceção da dimensão Renda, para todas as demais o desempenho na década de oitenta foi melhor ou igual ao da década de setenta. E para a dimensão Infância, foi claramente melhor.

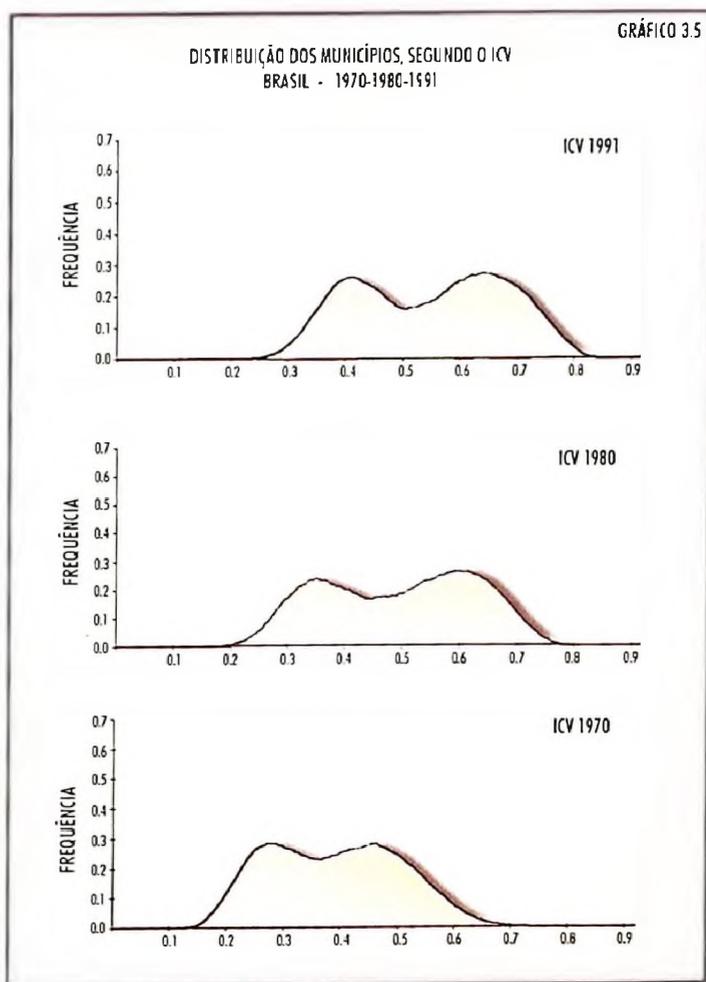
### 3.4 A HETEROGENEIDADE ENTRE MUNICÍPIOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA SEGUNDO O ICV

Analisa-se em seguida três aspectos diferentes, mas interrelacionados, da heterogeneidade das condições de vida entre os municípios, conforme aferidas pelo ICV: **dualidade, disparidade e desigualdade.**

A distribuição dos municípios brasileiros segundo os valores do ICV (Gráfico 3.5) revela uma nítida bimodalidade, que caracteriza a **dualidade** da distribuição. Em outras palavras, a grande maioria dos municípios brasileiros se distribuía em torno de dois grandes grupos: o dos muito carentes, que gravitavam, em 1991, em torno de um valor de 0,42 para o ICV; e o dos pouco carentes, com valores do ICV em torno de 0,65 em 1991.

Além disso, observa-se no gráfico uma progressiva melhoria na distribuição dos municípios segundo o ICV com o passar do tempo, representada pelo deslocamento para a direita – isto é, em direção a valores mais altos do ICV – nos gráficos referentes a cada uma das três datas.

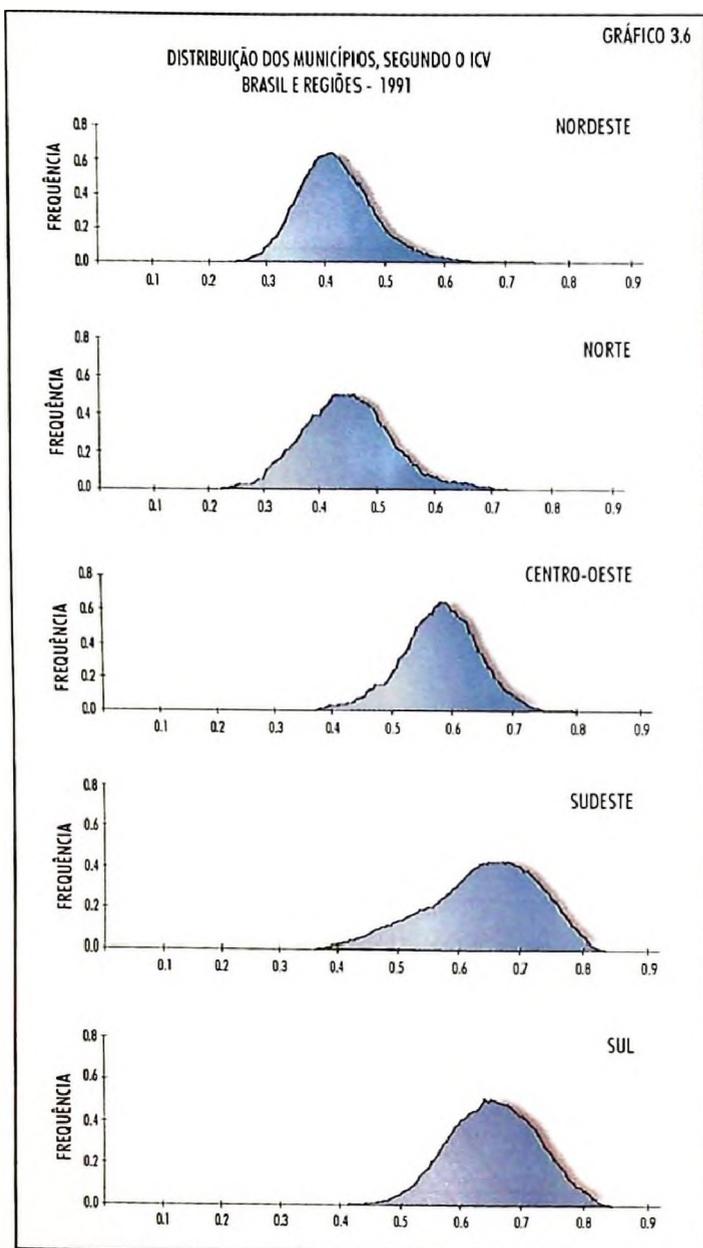
A distribuição de municípios segundo o ICV para os anos censitários de 1970, 1980 e 1991 também revela que a distância entre as duas modas da distribuição aumentou ao longo do tempo, principalmente na década de 70. Além disso, o vazio



entre as duas modas tem-se aprofundado com o tempo. Em outras palavras, ao longo das duas décadas acentuou-se a natureza dual da distribuição de municípios, com o aumento das diferenças entre os municípios da região Nordeste e das regiões Sul e Sudeste. A redução do número de municípios com condições de vida intermediárias acentuou-se com o tempo, contribuindo para

aumentar o isolamento daqueles da região Nordeste.

Esta natureza dual da distribuição de municípios tem claras conotações geográficas. De fato, a bimodalidade só existe para o país como um todo, quando as diversas regiões são tratadas em conjunto. Ela não aparece no interior de nenhuma das regiões isoladamente (ver Gráfico 3.6, referente ao ano de 1991). Assim, pode-se dizer que a origem da dualidade está nas fortes disparidades entre as regiões: enquanto o grupo de municípios mais carentes é constituído basicamente dos municípios das regiões Norte e Nordeste, o grupo dos menos carentes está, na maior parte, distribuído entre os municípios das regiões Sul e Sudeste. Note-se no Gráfico 3.6 que a distri-

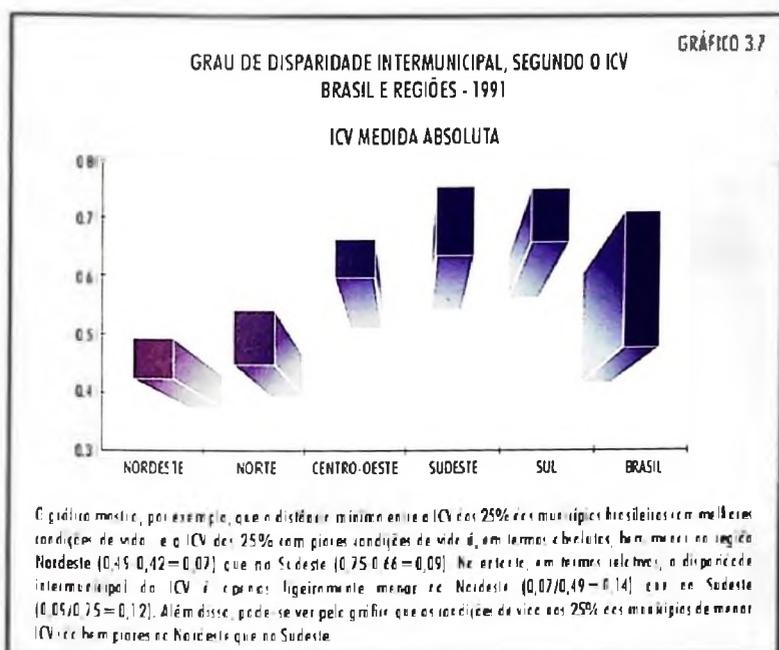


buição do ICV por municípios é mais concentrada nas regiões mais pobres do que nas mais ricas, além de ter médias mais baixas.

Assim, a forte dualidade apresentada no Gráfico 3.5 advém do fato de que mesmo os municípios mais afluentes da região Nordeste tendem a ter condições de vida bem inferiores às dos municípios mais carentes das regiões Sul e Sudeste.

A distribuição dos municípios brasileiros segundo suas condições de vida caracteriza-se também por um elevado grau de **disparidade** entre os municípios – aqui entendida como a distância que separa os 25% municípios mais carentes dos 25% mais afluentes. Essa disparidade resulta não apenas da forte dualidade entre a região Nordeste e as regiões Sul e Sudeste mas, também, de elevados graus de disparidade **entre** municípios de uma mesma região.

O Gráfico 3.7 mostra o grau de disparidade intermunicipal das condições de vida, segundo o ICV, para o Brasil e para cada uma de suas regiões em 1991. O tamanho da barra neste gráfico mostra, para o total do



**A desigualdade  
aumenta  
com o tempo.  
Em 1991, 70%  
da desigualdade  
total de renda  
familiar  
per capita  
existente no  
Brasil decorria  
da desigualdade  
de renda  
per capita entre  
as famílias  
de um mesmo  
município**

Brasil, a distância mínima entre o ICV da quarta parte inferior dos municípios brasileiros e o da quarta parte superior. Essa disparidade intermunicipal nas regiões é necessariamente menor que no Brasil como um todo, mas ainda assim significativa. Nota-se que ela é maior na região Sudeste do que na Nordeste, a qual apresenta, segundo este ponto de vista, maior homogeneidade que as mais ricas do país.

Além disso, vê-se no gráfico que as condições de vida nos 25% dos municípios de menor ICV são piores no Nordeste do que nas demais regiões – mas seguida de perto pelas da região Norte.

Dentre os diversos indicadores considerados neste estudo, a renda familiar *per capita* foi o único para o qual foi possível investigar o grau de **desigualdade** intramunicipal. Isso permitiu decompor a desigualdade total em componentes tais como as *desigualdades intramunicipal e intermunicipal* segundo o *índice de Theil*.

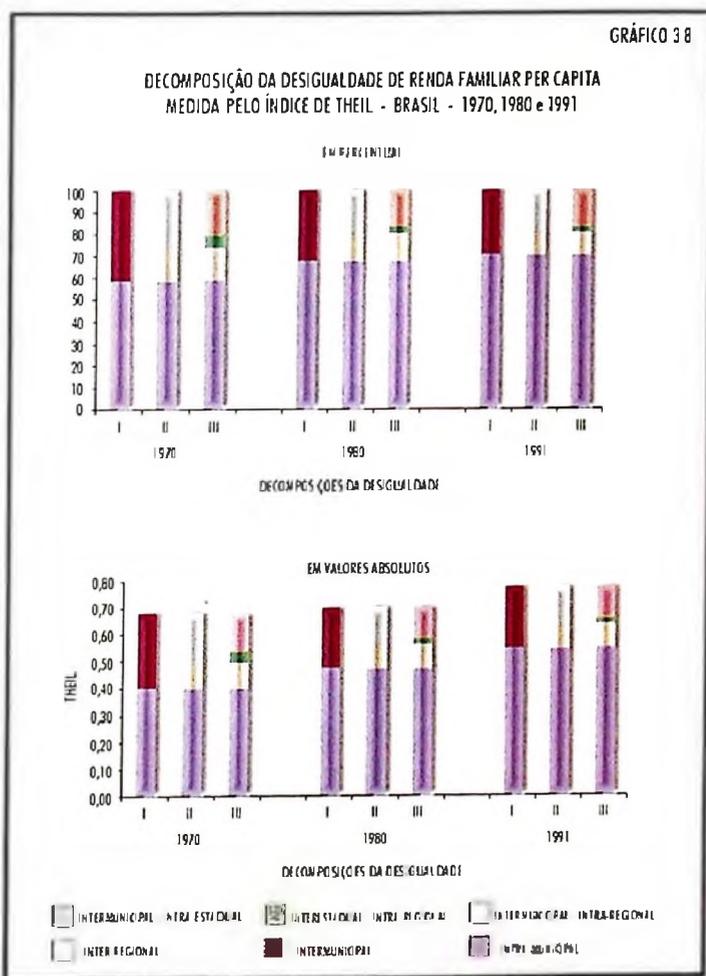
Esta decomposição indica que, além de a desigualdade ter aumentado com o tempo (especialmente entre 1980 e 1991), 70% da desigualdade total de renda familiar per capita existente no Brasil em 1991 era intramunicipal (contra 60% em 1970), ou seja, decorria da desigualdade de renda per capita **entre as famílias de um mesmo município** (Gráfico 3.8, Decomposição I).

Em outras palavras, a desigualdade de renda **entre os municípios** representava apenas 30% da desigualdade de renda per capita entre as famílias brasileiras em 1991, contra 40% em 1970.

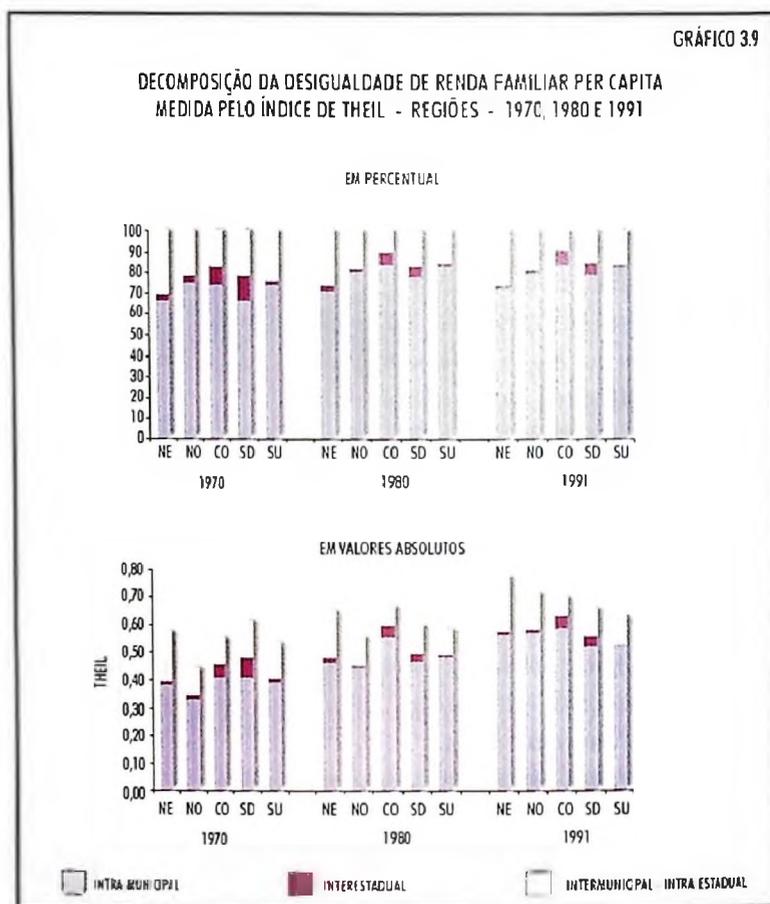
Além disso, o Gráfico 3.8 (decomposição III) permite constatar que a maior parte (cerca de 60%) desta desigualdade intermunicipal decorria da desigualdade existente **entre os municípios de um mesmo estado** em 1991. Os 40% restantes correspondem à desigualdade interestadual. Finalmente, vale ressaltar que a desigualdade interestadual resulta, em grande medida, da **desigualdade entre regiões**. Isto porque a desigualdade entre estados de uma mesma região contribui com apenas 23% da desigualdade interestadual entre todos os estados brasileiros.

Existe, assim, uma hierarquização da importância dos componentes para a explicação da desigualdade na distribuição de renda. A maior parte (70% em 1991) cabia à desigualdade interna no município – isto é, à desigualdade de renda *per capita* entre as famílias de um mesmo município. Em seguida, tem-se a componente representada pela desigualdade entre municípios de um mesmo estado (cerca de 18% do total) e a parcela representada pela desigualdade entre regiões (9%). A desigualdade entre estados de uma mesma região contribui com apenas cerca de 3% para a desigualdade total em 1991.

Ao longo das últimas décadas 1970-91, como vimos, a desigualdade de renda *per capita* entre famílias aumentou. Isso ocorreu principalmente na década de oitenta. Este crescimento, entretanto, não decorreu do aumento do grau de desigualdade entre municípios, que declinou ao longo do período. Todo ele deveu-se ao crescimento na desigualdade dentro de cada município. Vale ressaltar, no entanto, que o declínio no grau de desigualdade entre os municípios correspondeu essencialmente ao declínio no grau de desigualdade interestadual e no grau de desigualdade inter-regional, já que a desigualdade entre municípios de um mesmo estado permaneceu praticamente inalterada ao longo do período.



O mesmo tipo de análise anterior pode ser repetido para as regiões brasileiras. Ele revela, por exemplo, que a desigualdade da distribuição de renda *per capita* entre as grandes regiões brasileiras era mais elevada na região Nordeste do que nas demais em 1991. Isto se deve, em grande medida, ao maior grau de desigualdade intermunicipal nessa região (Gráfico 3.9). A desigualdade de renda *per capita* era menor na região Sul, não apenas em função de uma pequena desigualdade intermunicipal como, também, em função de um dos menores graus de desigualdade intramunicipal. Já na região Sudeste o grau de desigualdade intramunicipal era baixo e similar ao observado na região Sul – mas o grau de desigualdade intermunicipal era mais elevado.



Fonte: Dados baseados no Censo demográfico de 1970, 1980 e 1991. Elaboração: FJP/PEA

- 1 - O IDHM e o ICV foram originalmente desenvolvidos em um estudo realizado em 1996, pela Fundação João Pinheiro e pelo IPEA, com o apoio da FAPEMIG, e seu cálculo para os municípios mineiros foi publicado no livro *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais, 1970-1980-1991*. Belo Horizonte: FJP, 1996.
- 2 - Sua metodologia de construção, como a do IDH e a do IDHM, segue três etapas. Na primeira, escolhem-se os indicadores utilizados e define-se como estes serão incorporados em cada uma das dimensões. Assim, o IDH e o IDHM baseiam-se em quatro indicadores básicos, agrupados em três dimensões, enquanto o ICV inclui 20 indicadores, dentro de cinco dimensões. A segunda etapa consiste em transformar os diversos indicadores em índices cujos valores variem entre zero e um, como na construção do IDH. A terceira etapa envolve a escolha dos pesos atribuídos a cada indicador. Dentro de cada dimensão, escolhe-se um peso para cada um dos indicadores que a compõem. A partir destes pesos, obtém-se um índice sintético para cada dimensão. Num segundo momento, escolhe-se um peso para cada índice sintético de cada dimensão e, com base nesses pesos e nos valores dos índices sintéticos, compõe-se o índice sintético geral. Ver quadro no texto.
- 3 - Há um Anexo Metodológico, ao final desta publicação, onde encontram-se as definições destes vinte indicadores.
- 4 - Este indicador também é chamado de taxa de alfabetismo funcional.
- 5 - Isso exige que a agregação estadual siga a mesma metodologia, daí surgindo, no caso do IDHM, resultados diferentes dos apresentados no capítulo anterior para o IDH.
- 6 - Imagine-se, por exemplo, uma grande empresa localizada em um pequeno município. A renda gera-

da pela empresa não necessariamente será apropriada pela comunidade local. Parte dela – os lucros, por exemplo – pode ser apropriada por residentes de outras localidades.

- 7 - Mas note-se que maior investimento em Educação não necessariamente resulta em mais matrículas, e nem sempre é necessário fazer mais investimentos para aumentar o número de matrículas. Gasto social feito sem eficiência demonstra a primeira situação, e capacidade ociosa de recursos (humanos e físicos), a segunda. Campanhas bem sucedidas, como as realizadas por autoridades de governos locais, ou mesmo pela justiça, indo até as casas de famílias pressionar os pais cujos filhos, apesar de estarem em idade escolar, não freqüentam a escola mais próxima, são um bom exemplo de política pública para aumentar o número de matrículas, sem necessariamente aumentar os investimentos correntes em Educação.
- 8 - A dimensão Educação, que compõe o IDH, se constrói a partir da taxa de alfabetização da população adulta e da taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino. Já o ICV e o IDHM seguem a metodologia adotada no *RDH internacional 1994*, quando foi calculado o IDH de 1991. Até 1994 a dimensão Educação no IDH era construída a partir da taxa de alfabetização e do número médio de anos de estudo da população. Esta é a metodologia mais apropriada para o nível municipal.
- 9 - É oportuno lembrar que o indicador de renda efetivamente utilizado na construção do IDH não é o PIB *per capita* em moeda nacional, mas, sim, um PIB *per capita* corrigido e medido em dólares PPC (Paridade de Poder de Compra) devido à necessidade de efetuar comparações entre países. Em segundo lugar, para níveis de renda superiores à renda média mundial corrige-se a renda para levar em conta a hipótese da utilidade marginal decrescente da renda. Ou seja, com o objetivo de captar o fato de a contribuição da renda ao IDH estar sujeita a

rendimentos decrescentes, considera-se que, a partir de determinado valor da renda, igual à renda média mundial, esta deve ser ajustada.

- 10 - Isso foi feito em valores correspondentes para a renda familiar *per capita*, medida em cruzeiros de 1º de setembro de 1991, data da apuração censitária, utilizando-se como fator de conversão a razão entre o PIB per capita brasileiro em 1991, em dólar PPC, e a renda familiar *per capita* brasileira para o mesmo ano em cruzeiros de 1º de setembro de 1991. Note-se que esta conversão leva em consideração, simultaneamente, dois fatores: (a) diferenças em unidades monetárias e (b) diferenças em nível nacional entre o PIB *per capita* e a renda familiar *per capita*, a qual tende a ser sempre menor que o PIB.
- 11 - A utilização do município como unidade de análise tem implicações também para a apuração dos resultados em níveis mais agregados. Em primeiro lugar, ao se falar de carência de uma dada região não se está fazendo referência à intensidade da carência na região, mas à proporção de municípios carentes na região, ou à proporção da população regional que vive em municípios considerados carentes. Por exemplo, o grau de carência educacional de um estado não será medido pela proporção de analfabetos no estado – caso em que a unidade de análise passaria a ser o estado – mas pela proporção de municípios com taxas de analfabetismo acima de um limite preestabelecido. Em segundo lugar, a utilização dessa unidade de análise possibilitou a reconstituição, para os três anos considerados na análise, da divisão geopolítica do Brasil de 1991. Assim, os municípios de Mato Grosso e Goiás foram desagregados de forma que se reconstituíssem, desde 1970, os estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins. De forma inversa, a Guanabara foi agregada ao estado do Rio de Janeiro já em 1970. Tal procedimento objetivou assegurar maior acuidade na análise da evolução das condições de vida nos estados ao longo das duas décadas avaliadas neste estudo.

- 12 - O banco de dados completo resultante desta pesquisa está disponível no CD-ROM que acompanha esta publicação.
- 13 - Tal fato se verificaria também para todo o resto do Brasil se Boa Vista (RR) não tivesse permanecido na categoria **baixo desenvolvimento humano**.
- 14 - Isto se deve, especialmente, ao aumento no número de municípios nestas regiões, através de desmembramentos. Este é, por exemplo, o caso do estado da Bahia onde 79 novos municípios foram criados entre 1980 e 1991, contra nenhum na década anterior.
- 15 - A interpretação destes gráficos é a seguinte: sempre que, em um dado eixo – isto é, dimensão – a “mancha” referente a uma dada região envolver a de outra, a primeira tem pior indicador do que a segunda naquela dimensão específica. Quanto maior o envolvimento gráfico, maior a diferença.
- 16 - A interpretação aqui é oposta à do gráfico anterior: quanto mais externa a curva, maior o progresso na dimensão a que se refere, ao longo do tempo.
- 17 - Registre-se, adicionalmente, que o progresso na dimensão Infância, embora tenha existido, foi bem menor na década de 70 do que entre 1980 e 1991.

# **A N E X O S**

---

## **1 - ANEXO CONCEITUAL**

Instrumentos Analíticos para o Desenvolvimento Humano

## **2 - NOTA TÉCNICA**

Metodologia de construção do IDH

## **3 - ANEXO METODOLÓGICO**

Definição dos Indicadores que compõem o IDHM e o ICV

# 1 - ANEXO CONCEITUAL

## INSTRUMENTOS ANALÍTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO<sup>1</sup>

Os *Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH)* publicados pelo PNUD apresentam instrumentos analíticos que podem ser usados para a definição de políticas públicas. Tais instrumentos estão entre as contribuições mais significativas dos *RDH* e apresentam métodos de fácil aplicação para a análise do desenvolvimento humano nos níveis internacional, nacional e subnacional. São meios de avaliar situações, tendências e desníveis do Desenvolvimento Humano.

Para os formuladores de políticas públicas e agentes de desenvolvimento, os instrumentos analíticos introduzidos nos *RDH* têm a vantagem de serem simples e de requererem dados estatísticos e conhecimento matemático elementares. São de fácil compreensão por pessoas não-especializadas e propiciam que se chegue a descobertas abrangentes, capazes de angariar apoio ao desenvolvimento humano e de auxiliar o processo decisório na determinação de prioridades e na formulação de políticas relacionadas ao desenvolvimento humano. Nos *RDH* tais instrumentos são geralmente aplicados em nível internacional. São também aplicáveis nos níveis nacional e subnacional, dependendo da disponibilidade de dados<sup>2</sup>. Este texto apresenta, sinteticamente, os instrumentos analíticos dos *RDH* desde seu surgimento em 1990, e descreve seus possíveis usos em diferentes países.

**Desenvolvimento Humano: o conceito.** O conceito do desenvolvimento humano destaca os fins do desenvolvimento e do progresso, ao invés dos meios. O desenvolvimento humano engloba tanto o processo de alargamento das escolhas pessoais quanto o nível de bem-estar alcançado. O objetivo do desenvolvimento deve ser a criação de um ambiente propício para as pessoas terem uma vida longa, saudável e criativa. Apesar de parecer uma verdade pura e simples, tal premissa é esquecida quando se leva em conta apenas a acumulação de bens e riqueza.

As questões consideradas mais críticas referem-se ao acesso a uma vida longa e saudável, à educação e a um padrão de vida decente. Outras opções incluem a liberdade política e a garantia de respeito aos direitos humanos. O conceito distingue dois lados do desenvolvimento humano. Um é a capacitação humana, que inclui saúde e educação. O outro se refere ao uso que as pessoas fazem das capacidades adquiridas, para o trabalho ou para o lazer. Apesar

disso, o conceito do desenvolvimento humano é por vezes mal interpretado e confundido com outros conceitos e enfoques do desenvolvimento.

## **UMA PEQUENA INTRODUÇÃO AO ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

### **Por que precisamos de um índice do desenvolvimento humano?**

Porque medir o progresso de uma nação unicamente por grandezas econômicas, como o PNB ou o PIB, pode esconder aspectos importantes do desenvolvimento. Por esta razão, tem-se procurado medidas mais abrangentes. O índice do desenvolvimento humano é uma contribuição a essa busca.

**Por que apenas três componentes?** O ideal seria refletir todos os aspectos da vida humana. Entretanto, a falta de dados impõe limites a isso. De qualquer forma, outros indicadores podem ser incluídos assim que a informação se tornar disponível. Contudo é preciso ressaltar que a incorporação de mais indicadores não significa necessariamente um índice melhor. Alguns dos novos indicadores podem se sobrepor aos indicadores anteriores e pouco acrescentar ao índice sintético (a mortalidade infantil, por exemplo, está incluída na expectativa de vida). Acrescentar outras variáveis sempre recoloca o problema da ponderação, que envolve algum grau de arbitrariedade.

**Não seria enganoso calcular um IDH único (ou médio) para um país onde há grandes desigualdades?** Evidentemente, as médias nacionais podem ocultar muitas coisas. A melhor solução seria criar IDHs específicos para grupos significativos: por gênero, por exemplo, ou por nível de renda, região geográfica ou grupo étnico. IDHs separados poderiam revelar um perfil mais detalhado das carências humanas em cada país; alguns países que dispõem de dados suficientes já estão procurando estabelecer IDHs desagregados. Em princípio, quanto mais desagregado o índice, menores serão os erros de análise, no caso de países com muitas desigualdades. É por esta razão que este estudo de indicadores de desenvolvimento humano e condições de vida preocupa-se em apresentar, numa iniciativa pioneira para todos os municípios brasileiros, uma desagregação municipal do IDH – o IDHM, que, embora não tenha exatamente a mesma definição metodológica do IDH, possibilita visualizar um quadro bastante preciso e detalhado do desenvolvimento humano no Brasil. Além disso, apresenta, também pioneiramente para o conjunto do país, um outro indicador, o ICV (Índice de Condições de Vida), que amplia substancialmente o número de dimensões da análise do desenvolvimento humano e das carências.

**Como o IDH pode ser usado?** O IDH oferece uma alternativa ao PIB para medir o progresso socioeconômico relativo das nações, permitindo que os diversos agentes – pessoas, agentes diversos e governos – avaliem esse progresso ao longo do tempo e determinem prioridades para as políticas públicas.

**O IDH desagregado.** A desagregação é uma das maneiras pelas quais o uso do índice do desenvolvimento foi melhorado. Um índice geral, nacional, pode ocultar o fato de que diferentes grupos no país têm diferentes níveis de desenvolvimento humano. Chega-se aos IDHs desagregados da seguinte maneira: utilizando-se dados dos componentes do IDH referentes a cada um dos grupos para os quais o IDH é desagregado e tratando cada grupo como se fosse um “país” separado. Tais grupos podem ser definidos em função de regiões geográficas ou administrativas, moradia rural ou urbana, gênero <sup>3</sup> ou etnia, por exemplo. Usando-se os IDHs desagregados nos níveis nacional e subnacional, podem-se destacar as desigualdades e disparidades mais significativas: entre regiões, sexos, áreas rurais ou urbanas, grupos étnicos etc.

A análise possibilitada pelo uso dos IDHs desagregados ajudaria a definir políticas e ações voltadas para a redução das desigualdades e disparidades. Poder-se-ia, por exemplo, redirecionar os gastos públicos (ou a alocação de recursos provenientes de ajuda externa) para as regiões e/ou grupos com baixa classificação no IDH.

Mesmo que as disparidades sejam bem conhecidas, o IDH pode revelá-las de maneira ainda mais completa. A desagregação apresentada no *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 1993 (internacional), focalizando as diferenças nas condições de vida de negros, hispânicos e brancos nos Estados Unidos, por exemplo, deflagrou um grande debate sobre as políticas sociais naquele país. A desagregação por grupo social ou por região pode também habilitar grupos comunitários locais ou regionais a pressionar por mais recursos, o que torna o IDH um instrumento do desenvolvimento participativo. Ele também pode ser usado pelos cidadãos para cobrar ações e posições de seus representantes políticos <sup>4</sup>.

**Um IDH específico para cada país.** Para refletirem prioridades e problemas específicos de cada país e para serem mais sensíveis ao nível de desenvolvimento de um país, os componentes básicos do IDH que aparecem nos *RDH* poderiam ser suplementados ou substituídos por outros componentes considerados mais relevantes. A mesma metodologia usada nos *RDH* para construir os índices pode ser aplicada a outros componentes visando construir IDHs específicos, que reflitam prioridades nacionais dos países e sejam mais

sensíveis (no sentido de captar melhor os seus efeitos) às políticas econômicas, ambientais e sociais. O desemprego, por exemplo, poderia tornar-se um componente do IDH nacional em países onde seja considerado um problema prioritário.

Nos países com um nível médio de desenvolvimento (ou seja, com IDH entre 0,500 e 0,800) poder-se-ia, por exemplo, acrescentar um indicador suplementar para cada uma das três categorias de variáveis básicas. Na categoria sobrevivência (Longevidade) poder-se-ia acrescentar a faixa etária até os cinco anos (isto é, a mortalidade infantil e de recém-nascidos); na categoria Educação poder-se-ia acrescentar a matrícula no nível secundário; e à categoria Renda poder-se-ia adicionar a incidência de pobreza no país. Para países com alto nível de desenvolvimento humano (ou seja, aqueles com IDH superior a 0,800), poderiam ser acrescentados indicadores suplementares aos dois já existentes para cada categoria no grupo de desenvolvimento humano médio. Na categoria sobrevivência (Longevidade), poder-se-ia acrescentar a taxa de mortalidade materna; na categoria Educação a matrícula no terceiro grau; e na categoria Renda, poderia ser incluída a renda nacional ajustada pelo *índice de Gini* [isto é, por exemplo, o PNB ou PIB *per capita* multiplicado por  $(1-G)$ ].

É difícil usar o IDH para monitorar mudanças no desenvolvimento humano no curto prazo porque dois de seus componentes, a expectativa de vida e as taxas referentes à educação, alteram-se lentamente. Para fazer face a essa limitação, podem ser agregados ao IDH nacional componentes mais sensíveis a mudanças de curto prazo. A taxa de emprego, o percentual da população com acesso a serviços de saúde, ou o consumo diário de calorias como porcentagem do consumo recomendado podem ser utilizados como componentes dos IDHs específicos dos países, pois tendem a ser mais sensíveis, no curto prazo, às ações políticas, do que a expectativa de vida ou a taxa de alfabetização de adultos.

Assim, cada país deveria escolher os componentes do IDH que reflitam suas prioridades. Por exemplo, países da CEI e Europa do Leste poderiam escolher a taxa de emprego para refletir prioridades ditadas pela transição econômica em que estão envolvidos. Por outro lado, em países, como é o caso de muitos da África, onde a insegurança na obtenção de alimentos é um problema, poder-se-ia escolher o indicador de consumo diário de calorias como um componente do IDH específico.

Assim, a versatilidade e a utilidade do IDH como instrumento analítico nos níveis nacional e subnacional poderiam ser reforçadas se os países escolhessem componentes capazes de refletir suas prioridades e seus problemas e que sejam mais sensíveis aos seus níveis de desenvolvimento, ao invés de usarem de forma rígida os três componentes adotados no IDH dos *RDH*.

**Destacando o desenvolvimento desigual: comparação entre níveis relativos do IDH e a renda *per capita*.** Uma riqueza nacional maior não significa necessariamente um maior leque de opções para as pessoas. O uso que as nações fazem de sua riqueza, e não a riqueza em si, é o fator decisivo. É certo que países com renda média mais elevada tendem a ter um nível mais alto de expectativa de vida, taxas mais baixas de mortalidade infantil e índices mais altos de alfabetização de adultos e, portanto, um IDH mais elevado. Entretanto, tais associações nem sempre são perfeitas <sup>5</sup>. Apesar de haver potencialmente uma associação entre riqueza material e bem-estar humano, isso nem sempre é verdadeiro. Muitos países têm um alto PNB *per capita*, mas baixos indicadores de desenvolvimento, e vice-versa. Países com níveis similares de PNB *per capita* podem ter indicadores de desenvolvimento humano bastante diferentes, dependendo do uso que fizeram de sua riqueza nacional.

O IDH oferece, assim, uma alternativa ao PNB para medir o progresso sócio-econômico relativo nos níveis nacional e subnacional. Comparações de ordenações entre o IDH e a renda *per capita* de diferentes países, regiões ou grupos étnicos destacam a relação entre sua riqueza material e o seu desenvolvimento humano. Uma diferença negativa sugere que há potencial para redirecionar recursos para o desenvolvimento humano.

## NOTAS

---

- 1 - Extraído de *Instrumentos Analíticos Para o Desenvolvimento Humano*, de Moez Doraid, Escritório do Desenvolvimento Humano, terceira edição, agosto de 1997.
- 2 - Por *nível subnacional* entende-se: regional, urbano/rural, masculino/feminino, grupo etário, nível de renda, grupo étnico, dentre outros.
- 3 - O Apêndice Estatístico mostra tabelas do IDH ajustado ao gênero para o Brasil e Unidades da Federação em 1995.
- 4 - Diversos Relatórios nacionais calculam IDH em níveis subnacionais. Os IDHs desagregados têm sido usados, por exemplo, para análises em países como: Brasil, China, Colômbia, Egito, Gabão, Alemanha, Índia, Casaquistão, Malásia, México, Nigéria, Papua Nova Guiné, Polônia, África do Sul, Trinidad e Tobago, Turquia, Ucrânia e Estados Unidos.
- 5 - Em comparações entre países, as variações na renda tendem a explicar pouco além de metade da variação na expectativa de vida, ou na mortalidade infantil. E explicam uma parcela ainda menor das diferenças nas taxas de alfabetização de adultos.

## 2 - NOTA TÉCNICA

### METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO IDH

O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), um índice sintético, baseia-se em indicadores básicos estimados para três dimensões:

1. **Indicador de Longevidade**, medida pela esperança de vida ao nascer;
2. **Indicador do nível de Educação**, medido através da combinação da taxa de alfabetização de adultos (15 anos e mais), com uma ponderação de 2/3, e da taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) em relação à população de 7 a 22 anos de idade, com uma ponderação de 1/3;
3. **Indicador do nível de Renda**, medido pelo PIB real *per capita* em dólares PPC, isto é, corrigidos por um índice de Paridade do Poder de Compra (PPCS).

Para calcular os indicadores básicos das três dimensões é necessário, em primeiro lugar, expressar os indicadores em unidades comparáveis. Isto significa que, para qualquer dimensão, os valores individuais de cada estado (ou região, ou município), ou agregados para o país como um todo, são transformados em uma escala de 0 a 1, através da seguinte expressão:

$$\text{Índice}_{ij} = (V_{ij} - V_{Lmin}) / (V_{Lmax} - V_{Lmin})$$

onde

$V_{ij}$  = valor do componente *i* no país/região/estado *j*;

$V_{Lmin}$  = valor mínimo do componente *i* entre os países, num dado período de tempo;

$V_{Lmax}$  = valor máximo do componente *i* entre os países, num dado período de tempo.

O valor de cada índice é, portanto, igual ao quociente entre: (i) a diferença entre o valor observado e o mínimo possível; e (ii) a diferença entre os limites máximo e mínimo possíveis.

Os valores mínimo e máximo de cada dimensão são arbitrados *a priori*. Eles são valores normativos, observados ou esperados num período de 60 anos, ou seja: os mínimos, retroagindo 30 anos; e os máximos, avançando 30 anos em relação a uma dada dimensão.

Desta forma, além das comparações dos resultados do IDH e/ou de suas dimensões entre países / estados / regiões, num dado ano, a introdução destes valores para um longo período de tempo permite a comparabilidade entre as unidades geográficas, nos diversos anos em análise.

A partir do *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1995, os limites mínimos e máximos de cada dimensão foram fixados da seguinte forma:

1. Esperança de vida ao nascer: 25 e 85 anos;
2. Alfabetização de adultos: 0% e 100%;
3. Taxa combinada de matrículas nos 3 níveis de ensino: 0% e 100%;
4. PIB real *per capita* (em dólares corrigidos pela PPC): 100 e 40.000 dólares PPC (PPC\$).

O IDH é calculado como a média aritmética simples dos índices referentes às três dimensões:

$$\text{IDH} = \frac{(\text{Índice de Longevidade} + \text{Índice de Educação} + \text{Índice de Renda})}{3}$$

Note que o procedimento do cálculo do índice de Renda pressupõe que a partir de um determinado valor, equivalente à renda média mundial, a contribuição da renda para o desenvolvimento humano apresenta rendimentos decrescentes. Este procedimento baseia-se na hipótese de que a utilidade marginal da renda é decrescente a partir de um certo nível. A renda média mundial ( $y^*$ ) representa, por convenção, este nível limite a partir do qual são ajustados os valores do PIB *per capita* (PPC\$) mais elevados. Isto é, valores mais altos do que  $y^*$  são descontados, ou ajustados para baixo, utilizando-se a fórmula de Atkinson para a utilidade da renda. Seja  $W(y)$  essa renda corrigida. Segundo essa concepção, valores do PIB *per capita* (PPC\$) menores do que a renda média mundial não sofrem correção:

$$W(y) = y \quad \text{para } 0 < y < y^*$$

Para valores do PIB *per capita* ( $y$ ) até o dobro da renda média mundial ( $y^*$ ), a renda do país ou região é reduzida de acordo com a expressão

$$W(y) = y^* + 2(y - y^*)^{1/2} \quad \text{para } y^* < y < 2y^*$$

Para valores entre duas e três vezes a renda média mundial  $y^*$ , a correção é dada por

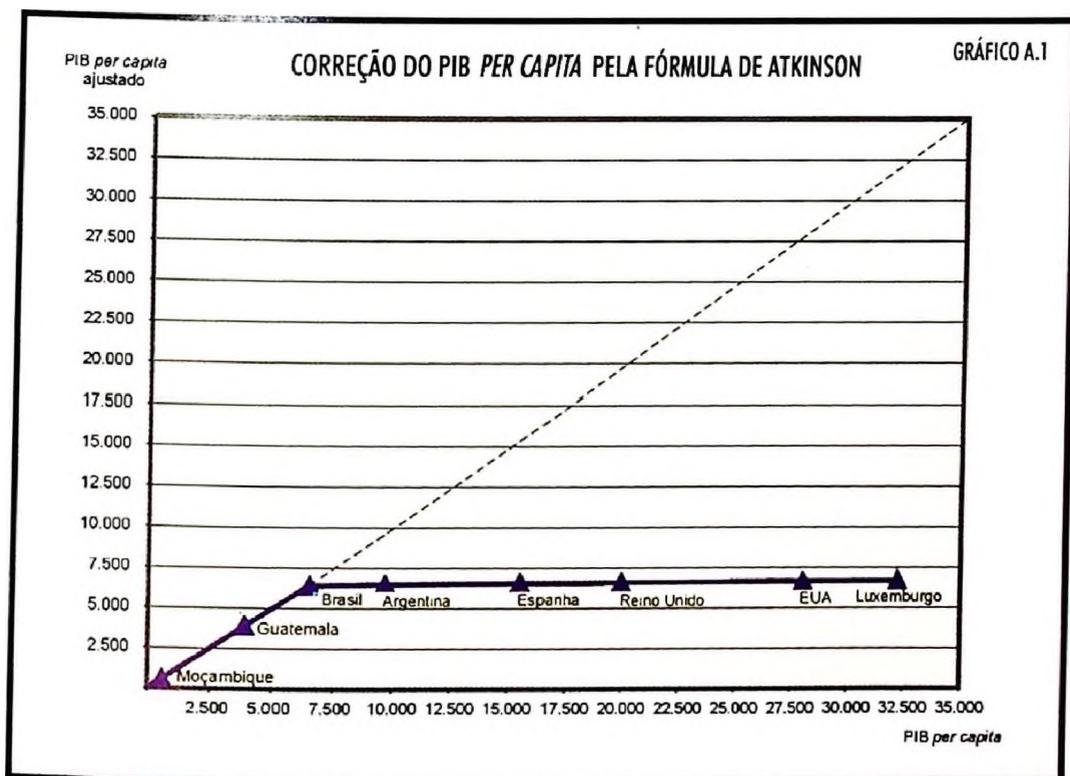
$$W(y) = y^* + 2 (y^*)^{1/2} + 3(y - 2y^*)^{1/3} \text{ para } 2y^* < y < 3y^*$$

Em geral, para  $(n - 1) y^* < y < ny^*$ , tem-se a correção dada por

$$W(y) = y^* + 2 (y^*)^{1/2} + 3 (y^*)^{1/3} + \dots + n [y - (n - 1) y^*]^{1/n}$$

Na construção do IDH de 1991, 1995 e 1996, tanto os valores do PIB *per capita* PPC do Brasil quanto os valores (limite) da renda média mundial  $y^*$  estão baseados em estimativas do Banco Mundial. As estimativas do PIB real *per capita* brasileiro são, em PPC\$ (dólares corrigidos pelo índice de paridade do poder de compra) de US\$ 5.023 em 1991, US\$ 5.986 em 1995 e de US\$ 6.491 em 1996. Para a renda média mundial, as estimativas alcançam valores de US\$ 5.165 em 1991, US\$ 6.154 em 1995 e US\$ 6.382 em 1996. As estimativas do Banco Mundial utilizadas neste estudo provêm do *World Development Indicators 1998*.

Os valores para as Unidades da Federação foram calculados, para os anos de 1991, 1995 e 1996, de acordo com as novas Contas Nacionais do Brasil (IBGE), que estimam o PIB estadual a custo de fatores. Em seguida, estes



valores foram transformados em dólares PPC proporcionalmente à média do país, calculada a preços de mercado.

Note que tanto os valores para o Brasil como para as Unidades da Federação divergem dos apresentados em relatórios anteriores, dada a nova metodologia e os novos resultados das contas nacionais, divulgadas ao final de 1997.

Da mesma forma, cumpre resaltar que a série de longo prazo (1970, 1980, 1991, 1995 e 1996) foi estimada, para este estudo, de modo a permitir a comparabilidade dos valores ao longo do tempo, encadeando os dados dos sistemas de contas nacionais antigo e novo no que diz respeito ao PIB real total e *per capita*. Este procedimento é que permite as comparações de longo prazo.

O ano em que foi feito o encadeamento foi o de 1991 – o que se justifica porque o sistema de Contas Nacionais antigo cobre 1970-95 e o novo cobre 1990-96. Como as informações do último censo demográfico referem-se a 1991, este procedimento permite estatísticas mais fidedignas do PIB *per capita* deste ano.

O Gráfico A.1 ilustra, para um conjunto selecionado de países em 1996, como a correção proposta pela fórmula de Atkinson mantém o PIB *per capita* (em PPC\$) dos países para valores até a média mundial e reduz o PIB *per capita* para todos os países com valores do PIB *per capita* (em PPC\$) acima da média mundial.

### 3 - ANEXO METODOLÓGICO

#### DEFINIÇÃO DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O IDHM E O ICV

Estão listados abaixo, agrupados de acordo com as dimensões a que pertencem, os indicadores utilizados para a construção do IDHM e do ICV. Os quatro indicadores em **negrito** entram na composição dos dois índices e os dezesseis restantes entram apenas na composição do ICV.

#### LONGEVIDADE

- 1 - **Esperança de vida ao nascer**
- 2 - Taxa de mortalidade infantil

#### EDUCAÇÃO

- 3 - **Taxa de analfabetismo**
- 4 - **Número médio de anos de estudo**
- 5 - Porcentagem da população com menos de 4 anos de estudo
- 6 - Porcentagem da população com menos de 8 anos de estudo
- 7 - Porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo

#### RENDA

- 8 - **Renda familiar *per capita***
- 9 - Índice *L de Theil* (desigualdade de renda)
- 10 - Porcentagem de pessoas com renda insuficiente ( $P_0$ )
- 11 - Insuficiência média de renda ( $P_1$ )
- 12 - Grau de desigualdade na população com renda insuficiente ( $P_2$ )

#### INFÂNCIA

- 13 - Porcentagem de crianças que não frequentam a escola
- 14 - Defasagem escolar média
- 15 - Porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar
- 16 - Porcentagem de crianças que trabalham

#### HABITAÇÃO

- 17 - Porcentagem da população vivendo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório potencial
- 18 - Porcentagem da população vivendo em domicílios duráveis

- 19 - Porcentagem da população vivendo em domicílios com abastecimento adequado de água
- 20 - Porcentagem da população vivendo em domicílios com instalações adequadas de esgoto

Esses indicadores têm as seguintes definições:

### **BLOCO RENDA**

O universo de indivíduos considerados se limita aos membros das famílias, excluídos os pensionistas e os empregados domésticos e seus parentes, que vivem em domicílios particulares.

A **renda familiar per capita** é a razão entre o somatório da renda pessoal de todos os indivíduos e o número total destes indivíduos na unidade familiar. Os valores da renda familiar *per capita* estão expressos em salários mínimos de setembro de 1991, sendo de Cr\$ 36.161,60 o valor do salário mínimo nesta data.

O **índice de Theil** refere-se à segunda medida de desigualdade de Theil, denominada *L de Theil*, e mede o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar *per capita*. No universo da análise são também excluídos os indivíduos que declararam renda nula.

A **porcentagem de pessoas com renda insuficiente** ( $P_0$ ) é a proporção dos indivíduos com renda familiar *per capita* inferior a 50% do salário mínimo de 1º de setembro de 1991.

A **insuficiência média de renda** ( $P_1$ ) é a média dos hiatos relativos de renda de todos os indivíduos, estejam ou não abaixo do limite de insuficiência de renda. Define-se como hiato relativo de renda para uma pessoa a distância da sua renda ( $Y$ ) à linha limite do nível de insuficiência ( $Z$ ) – 0,5 salário mínimo – medida como fração da linha de insuficiência  $(Z-Y)/Z$ . Para as pessoas acima dessa linha o hiato de renda é, por definição, nulo.

O **grau de desigualdade na população com renda insuficiente** ( $P_2$ ) é a média dos quadrados dos hiatos de renda de todos os indivíduos. Define-se como hiato quadrático de renda de uma pessoa o quadrado da distância da sua renda ( $Y$ ) à linha que delimita o nível de insuficiência de renda ( $Z$ ) – 0,5 salário mínimo – medida como fração dessa linha. Para as pessoas com renda superior a 0,5 salário mínimo o hiato de renda é nulo.

### **BLOCO EDUCAÇÃO**

Diversos indicadores para as dimensões Educação e Infância foram obtidos a partir do conceito de **número de anos de estudo**. Este conceito é representado, para cada indivíduo, pelo número de anos de estudo completa-

dos, sendo obtido através da identificação da última série cursada e do grau escolar concluído com aprovação.

O **número médio de anos de estudo** é a razão entre a soma do número de anos de estudo para a população de 25 anos e mais de idade e o total das pessoas neste segmento etário.

A **porcentagem da população com menos de quatro anos de estudo** é o percentual de pessoas com 25 anos e mais de idade com menos de quatro anos de estudo (incluindo-se as pessoas sem nenhum grau de escolaridade). Representa a porcentagem da população neste segmento etário que não tem nem o antigo curso primário completo.

A **porcentagem da população com menos de oito anos de estudo** é dada pelo percentual de pessoas com 25 anos e mais de idade com menos de oito anos de estudo (incluindo-se as pessoas sem nenhum grau de escolaridade). Representa a porcentagem da população neste segmento etário que não tem nem o primeiro grau completo.

A **porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo** é simplesmente o percentual de pessoas com 25 anos e mais de idade com mais de 11 anos de estudo. Representa o percentual da população neste segmento etário com pelo menos um ano completo de curso de nível superior.

A **taxa de analfabetismo** é dada pelo percentual das pessoas com 15 anos e mais de idade incapazes de ler ou escrever um bilhete simples.

## BLOCO INFÂNCIA

Esta dimensão, além do conceito de número de anos de estudo, também utiliza o conceito de **defasagem escolar**. Por defasagem escolar entende-se a diferença entre o número de anos de estudo recomendado para uma criança, em função de sua idade, e o número de anos de estudo atingido pela mesma. O número de anos recomendado foi definido como a idade da criança menos sete anos, de tal forma que espera-se que uma criança de oito anos já tenha um ano de estudo completo. Esta medida foi obtida independentemente de a criança estar ou não frequentando a escola.

A **defasagem escolar média** é a razão entre o somatório da defasagem de todas as crianças com idade entre 10 e 14 anos e o número total de crianças neste mesmo segmento etário.

A **porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar** é o percentual de crianças com idade entre 10 e 14 anos que apresentam atraso escolar superior a um ano.

A **porcentagem de crianças que não freqüentam a escola** é dada pelo percentual de crianças com idade entre 7 e 14 anos que não freqüentam a escola.

A **porcentagem de crianças que trabalham** é dada pelo percentual de crianças com idade entre 10 e 14 anos que exerceram alguma atividade econômica nos últimos doze meses.

## **BLOCO HABITAÇÃO**

Para todos os quatro indicadores das condições de habitação considerados, o universo pesquisado abrange apenas a população dos domicílios particulares permanentes, excluindo-se, portanto, as pessoas que vivem em domicílios coletivos e em domicílios particulares improvisados.

**Densidade: porcentagem da população que vive em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório potencial.** No cálculo da densidade do domicílio considera-se o número de dormitórios potenciais como sendo igual ao número total de cômodos menos dois (destinados, presumivelmente, a cozinha e banheiro). Portanto, a densidade do domicílio, **D**, é dada por uma relação entre o número de cômodos e o número de pessoas no domicílio.

**Durabilidade: porcentagem da população que vive em domicílios duráveis.** Consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídos de materiais duráveis. Esta definição não se aplica ao censo de 1970, que não traz informações desagregadas sobre a durabilidade da cobertura e das paredes dos domicílios. Pelos critérios deste censo são considerados duráveis os domicílios em que pelo menos dois de três componentes da habitação (cobertura, paredes e piso) são constituídos de materiais duráveis. Por outro lado, não foi possível realizar a comparação direta dos indicadores dos censos de 1970 e 1991, dado que este último não traz informações sobre as características dos pisos. Para o censo de 1980 calculou-se o indicador de durabilidade dos domicílios pelas duas definições, optando-se, contudo, por apresentá-lo apenas na versão que o torna compatível com o censo de 1991. Neste sentido, é necessário alertar para o fato de que, em relação aos dados de 1980 e 1991, os de 1970 podem estar ligeiramente superestimados.

**Abastecimento de água: porcentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água.** Considera-se adequado o abastecimento através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.

**Instalações de esgoto: porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto,** ou seja, com instalações sanitárias não compartilhadas com outro domicílio e com escoamento através de fossa séptica ou rede geral de esgoto.

## BLOCO LONGEVIDADE

A **esperança de vida ao nascer** é dada pelo número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.

A **taxa de mortalidade infantil (TMI)** é a probabilidade de uma criança morrer antes de completar o primeiro ano de vida, expresso por mil crianças nascidas vivas.

Estes indicadores, ao contrário dos demais, não podem ser obtidos diretamente das informações censitárias. Sua construção baseia-se em métodos indiretos, que necessitam de adaptações para serem aplicados em nível municipal<sup>6</sup>. O desenvolvimento de métodos indiretos teve origem na dificuldade de mensuração direta destes indicadores, devido aos problemas encontrados na cobertura do registro civil que, na maioria das vezes, é incompleto e de pouca confiabilidade. O emprego de tais métodos e a não-observância do pressuposto de mortalidade constante requerido por eles fazem com que as estimativas derivadas não correspondam ao ano de referência do levantamento censitário mas, sim, a um período anterior a esta data. As estimativas aqui derivadas para esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil correspondem, aproximadamente, aos quinquênios terminados nos anos censitários de 1970, 1980 e 1991. Os dados básicos provêm dos Censos Demográficos.

**Geração dos indicadores demográficos.** Na dimensão Longevidade foram gerados dois indicadores que podem ser utilizados como *proxies* para a avaliação das condições de saúde: a taxa de mortalidade infantil (TMI) e a esperança de vida ao nascer ( $e_0$ ).

A TMI representa um dos indicadores mais significativos, já que traduz, em certa medida, o impacto das condições sócio-econômicas da área geográfica de referência do recém-nascido. Quanto mais desenvolvida uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neo-natal (primeiros 28 dias de vida). Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante e inversamente proporcional, as causas exógenas, cujos principais exemplos são a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias.

Já  $e_0$  tem a característica de ser uma medida-resumo e pode ser considerada como indicador de Longevidade, pois sintetiza, em uma única medida, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população<sup>7</sup>.

Para a estimativa da esperança de vida ao nascer e da taxa de mortalidade infantil (TMI) utiliza-se metodologia que baseia-se, fundamentalmente, no conhecimento do padrão de mortalidade da população em questão. Como este não é, normalmente, o caso, lança-se mão de tábuas-modelo de mortalidade. Até recentemente tomava-se como verdadeiro o conjunto de tábuas de vida

*Brasil*, construídas por Frias e Rodrigues, que representavam apropriadamente a experiência de mortalidade brasileira. Entretanto, a atual diversidade regional observada no Brasil quanto aos padrões de mortalidade por idade e as recentes transformações na estrutura de morte da população brasileira, em função da transição epidemiológica e do peso crescente das mortes por causas externas, principalmente entre os adultos jovens masculinos, tornaram menos viável a utilização das tábuas-modelo *Brasil*<sup>8</sup>. A opção adotada foi a utilização de um conjunto de tábuas preliminares desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), composto de tábuas de mortalidade para os estados brasileiros para os anos de 1980 e 1991, tendo como fonte as informações do Censo Demográfico de 1991<sup>9</sup>. Dado o conjunto de tábuas de mortalidade, avaliou-se a viabilidade de emprego de cada uma delas para o seu respectivo estado, o que foi possível na grande maioria dos casos. Para manter a comparabilidade, utilizou-se a tábua de mortalidade de 1980 como padrão para os estados no ano de 1970, uma vez que não foram elaboradas novas tábuas de mortalidade para 1970 pelo CEDEPLAR. A escolha do referido padrão para os estados e municípios gerou estimativas diferentes, quando comparadas com as até então divulgadas.

**Aspectos operacionais da técnica proposta.** Como já mencionado, o nível de desagregação requerido para os indicadores municipais gerou diversas questões e problemas quando do emprego da técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, principalmente com relação ao tamanho da população. A partir dessas constatações, foram feitos esforços no sentido de se obterem adaptações à técnica original que minimizassem esses problemas e pudessem alcançar os objetivos desejados. Basicamente, lançou-se mão dos dados em nível municipal a partir de métodos de padronização indireta. Fundamentalmente, pode-se dizer que todo o processo de adaptação requerido tem como causa o limite imposto pelos censos demográficos, que abordam as questões relativas à fecundidade e à mortalidade infanto-juvenil apenas no questionário da amostra<sup>10</sup>.

Além da construção dos indicadores de esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil em nível de municípios, optou-se, também, por estimá-los em nível de microrregiões do IBGE. Os resultados obtidos neste nível de agregação serviram como base para os municípios de tamanho populacional muito pequenos, sendo a microrregião utilizada como padrão de referência. Definiu-se como população mínima para a aplicação da técnica "pura", tal como sugerido por Brass, a daqueles municípios com pelo menos 200 mulheres nos grupos de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos de idade e uma

população total de, no mínimo, 30 mil habitantes. Para os municípios menores, isto é, aqueles que não atingiram os critérios mínimos, lançou-se mão da padronização indireta para estimar o conjunto de valores de  $q_x$  (probabilidade de sobrevivência entre o nascimento e idades exatas). O que a padronização indireta faz é tomar por empréstimo uma função conhecida de outra população. No caso, tomou-se o conjunto de  $Di$  (proporção de filhos mortos entre todos os nascidos vivos de mulheres, por grupos etários quinquenais) da microrregião correspondente e estabeleceu-se a suposição de que o município de tamanho excessivamente pequeno teria uma função de mortalidade com exatamente o mesmo formato, ou estrutura, mas com nível diferente.

Com o objetivo de eliminar fatores que pudessem interferir nas informações dos Censos Demográficos, optou-se por restringir os grupos etários utilizados. A literatura demográfica aponta para uma seletividade na estimativa de  $q_1$  baseada nas informações das mulheres nos grupos etários de 15 a 19 anos, pois seus filhos têm uma sobremortalidade em comparação aos filhos das demais mulheres. Outro ponto de discussão diz respeito à tendência de declaração incompleta do número de filhos mortos das mulheres mais velhas, que tenderiam a omitir em menor grau os filhos que tenham morrido. Dessa forma, restringiu-se o uso da informação aos grupos etários quinquenais de 20 a 39 anos. Estimados os valores de  $q_x$ , retoma-se a metodologia utilizada para os demais municípios. Cabe, neste momento, conduzir a discussão para os padrões utilizados no estudo. Quando utiliza-se uma função emprestada como representativa de uma população (no caso, sua estrutura), busca-se um modelo, ou padrão, que se aproxime ao máximo da realidade dessa população. Torna-se coerente adotar como padrão um nível de agregação maior, no qual se encontra incluída essa população. Definiu-se como opção de padrão o nível espacial maior que o município: a microrregião.

Entretanto, mesmo considerando-se os tamanhos mínimos de população, persistiram valores extremamente atípicos da média da microrregião, algumas vezes com mortalidade nula, outras com índices muito elevados. Procurou-se contornar esse problema adotando-se o pressuposto de que as razões de sobrevivência (RS) <sup>11</sup> deveriam estar dentro de determinados limites, estabelecidos *a priori*. Adotou-se que os municípios em que esta proporção fosse maior que o limite superior ou menor que o limite inferior assumiriam os valores limites conforme seus respectivos resultados originais se situassem acima ou abaixo desses limites. Para esse tipo de avaliação foram tomados os mesmos grupos etários selecionados anteriormente, ou seja, de 20 a 39 anos. Adotou-se, também, que os municípios em que a razão de sobrevivência extrapolava os limites impostos, segundo critérios estabelecidos, assumiriam um valor substituto, **RSi,s**.

**Estimativas existentes versus estimativas novas.** Como forma de verificar a consistência dos dados, comparou-se o conjunto de estimativas de cada estado com as originalmente usadas como padrão. Dado que as estimativas produzidas por este relatório, devido à metodologia adotada, referem-se a um ponto no passado recente, elas não necessariamente serão similares às do modelo, que, sim, referem-se às datas censitárias. Cabe reiterar que as estimativas aqui adotadas referem-se a períodos anteriores aos anos censitários. Dessa forma, já seriam esperadas estimativas com valores superiores de TMI e inferiores de  $e_0$  quando comparados aos dos anos de 1970, 1980 e 1991, respectivamente. É importante observar que, mesmo tendo o CEDEPLAR/UFMG empregado o modelo *Brasil* como padrão, a metodologia aplicada ajusta tanto o nível quanto a estrutura (forma) da curva de mortalidade, uma vez que  $\hat{a}=1$ , não correspondendo as novas tabelas geradas, portanto, aos padrões implícitos no modelo *Brasil*.

**Geração dos indicadores da dimensão Renda.** Em relação ao grau de desigualdade na distribuição de renda utilizou-se o índice *L de Theil*. Este indicador é insuficiente para se avaliar a situação de pessoas nos limites inferiores da distribuição de renda. Por um lado, ele não se altera ao se reduzir a renda de uma pessoa já situada abaixo da linha de carência de renda ou, inversamente, ao se elevar a renda dos mais carentes sem que nenhum deles ultrapasse a linha que demarca a insuficiência de renda. Por outro lado, é insensível à redistribuição de renda entre as pessoas abaixo do limite de carência de renda (desde que nenhum deles ultrapasse a linha limite).

Embora os indicadores deste estudo tenham sido obtidos para todos os municípios brasileiros e para os anos de 1970, 1980 e 1991, a análise de sua evolução no tempo só faz sentido para aqueles municípios que mantiveram seus limites territoriais inalterados ao longo de todo o período, ou seja, que não foram anexados, desmembrados ou perderam parte de seu território na constituição de novos municípios. Não sendo este o caso, a análise só poderá ser empreendida em nível de **áreas mínimas** constantes ao longo do tempo.

Define-se o nível de agregação área mínima como: a) correspondente ao nível "município", no caso em que o município manteve seus limites ao longo do período; b) correspondente à agregação da área de dois ou mais municípios, de acordo com a origem dos novos municípios criados, de tal forma que a área resultante dessa agregação seja a mínima área com limites constantes ao longo do período. Neste caso, a área mínima receberá o nome do município de 1970 de menor código-IBGE.

(Os dados e as análises referentes às áreas mínimas não foram incluídos neste relatório, nem no CD-ROM que acompanha esta publicação.)

- 6 - O conjunto de indicadores demográficos utilizados neste estudo faz parte de um projeto em desenvolvimento da Fundação João Pinheiro, sob a responsabilidade dos técnicos Cláudia Júlia Guimarães Horta e Olinto José Oliveira Nogueira, com a consultoria dos professores José Alberto Magno de Carvalho e Laura Rodriguez Wong (CEDEPLAR/UFMG).
- 7 - Como ressaltado anteriormente, estes indicadores não podem ser obtidos diretamente das informações do Censo Demográfico, recorrendo-se então a técnicas indiretas para sua obtenção. É neste sentido que se utilizou a técnica de Mortalidade Infanto-Juvenil desenvolvida por Brass.
- 8 - As doenças infecciosas foram gradativamente sendo substituídas pelas doenças degenerativas e pelas doenças provocadas pelo homem, diminuindo proporcionalmente mais as taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil do que a dos adultos e das idades mais avançadas, levando a alterações significativas na forma da curva, ou seja, no padrão de mortalidade por idade.
- 9 - Utilizou-se a metodologia de compatibilização entre a mortalidade infanto-juvenil e a adulta.
- 10 - O estado de Minas Gerais, por exemplo, era composto, em 1991, por 723 municípios, sendo que 47% tinham população inferior a 8 mil habitantes. Tal situação leva, em alguns casos, a populações amostrais muito pequenas, o que pode conduzir a variações decorrentes de oscilações meramente aleatórias.
- 11 - RS = relação entre o número de filhos vivos na data do Censo (FV) e o número total de filhos nascidos vivos até a data do Censo (FNV).



# APÊNDICE ESTATÍSTICO

---

## 1 - TABELAS DO TEXTO

- A.2.1: Índice de Desenvolvimento Humano – 1996
- A.2.2: Índice de Desenvolvimento Humano – 1995
- A.2.3: Índice de Desenvolvimento Humano – 1991
- A.2.4: Índice de Desenvolvimento Humano – 1980
- A.2.5: Índice de Desenvolvimento Humano – 1970
- A.2.6: IDH e dimensões – Países com pop. maior que 20 milhões – 1995
- A.2.7: IDH e dimensões – Países da América Latina e Caribe – 1995

## 2 - TABELAS COMPLEMENTARES

- A.2.8: Contribuição dos Componentes na Evolução do IDH
- A.2.9: Contribuição dos Componentes na Evolução do IDH (em %)
- A.2.10: Comparações Regionais – IDH como % do valor do Brasil
- A.2.11: Comparações Regionais – IDH como % do valor de São Paulo
- A.2.12: Comparações Regionais – IDH como % do valor da região
- A.2.13: Redução no Déficit (1 – IDH)
- A.2.14: Ranking do IDH ajustado aos Gêneros (IDH - G) 1995
- A.2.15: IDH ajustado aos Gêneros – Dados Básicos 1995
- A.2.16: IDH ajustado aos Gêneros – Índices Parciais 1995

**TABELA A.2.1**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 1996**

Unidade	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa combinada de ensino nos três níveis de ensino (%)	PIB per capita PPCS	PIE per capita ajustado PPCS	Índice de esperança de vida	Índice de educação	Índice de desenvolvimento humano	Índice de IDH	Índice de PIB per capita (PPC) menos o índice de IDH (#)
Ano	1996	1996	1996	1996	1996	1996	1996	1996	1996	1996
<b>BRASIL</b>	67,58	85,33	76,79	6.491	6.403	0,710	0,825	0,954	0,830	
<b>NORTE</b>	67,38	79,24(1)	74,51	4.705	4.705	0,706	0,777	0,697	0,727	
Rondônia	67,06	85,75	70,66	6.448	6.398	0,701	0,807	0,953	0,820	10
Acre	67,04	70,16	74,13	5.741	5.741	0,701	0,709	0,854	0,754	16
Amazonas	67,65	79,71	69,91	5.718	5.718	0,711	0,764	0,850	0,775	14
Roraima	66,29	85,88	79,63	6.231	6.231	0,688	0,838	0,928	0,818	11
Pará	67,56	78,67	73,72	4.268	4.268	0,709	0,770	0,631	0,703	18
Amapá	67,85	85,02	85,72	5.370	5.370	0,714	0,845	0,798	0,786	13
Tocantins	67,19	78,82	92,95	1.575	1.575	0,703	0,835	0,223	0,587	23
<b>NORDESTE</b>	64,46	71,25	71,72	3.085	3.085	0,658	0,714	0,452	0,608	
Maranhão	63,64	66,88	72,41	2.158	2.158	0,644	0,687	0,311	0,547	25
Piauí	64,42	65,58	66,08	2.004	2.004	0,657	0,657	0,288	0,534	27
Ceará	65,14	68,99	76,08	2.667	2.667	0,669	0,714	0,388	0,590	22
Rio Grande do Norte	65,18	71,61	76,06	4.083	4.083	0,670	0,731	0,603	0,668	19
Paraíba	63,16	68,65	67,18	2.438	2.438	0,636	0,682	0,354	0,557	24
Pernambuco	62,41	73,75	77,46	3.213	3.213	0,624	0,750	0,471	0,615	21
Alagoas	61,89	63,72	63,96	2.496	2.496	0,615	0,638	0,363	0,538	26
Sergipe	65,99	74,87	75,63	5.122	5.122	0,683	0,751	0,760	0,731	17
Bahia	66,47	75,51	68,67	3.677	3.677	0,691	0,732	0,541	0,655	20
<b>SUDESTE</b>	68,82	91,26	79,89	8.843	6.481	0,730	0,875	0,966	0,857	
Minas Gerais	69,27	87,15	78,65	5.968	5.968	0,738	0,843	0,888	0,823	9
Espírito Santo	69,22	85,94	79,75	6.251	6.251	0,737	0,839	0,931	0,836	8
Rio de Janeiro	66,97	93,65	72,82	8.653	6.477	0,700	0,867	0,965	0,844	7
São Paulo	69,39	92,64	83,12	10.536	6.511	0,740	0,895	0,970	0,868	3
<b>SUL</b>	70,20	91,12	78,68	6.865	6.426	0,753	0,870	0,957	0,860	
Paraná	69,23	88,28	78,74	6.485	6.402	0,737	0,851	0,954	0,847	6
Santa Catarina	70,50	92,67	77,32	6.519	6.405	0,758	0,876	0,954	0,863	4
Rio Grande do Sul	70,84	92,81	79,37	7.395	6.446	0,764	0,883	0,960	0,869	1
<b>CENTRO-OESTE</b>	68,54	88,42	81,09	7.073	6.435	0,726	0,860	0,959	0,848	
Mato Grosso do Sul	69,26	87,60	81,39	6.410	6.393	0,738	0,855	0,952	0,848	5
Mato Grosso	68,01	88,07	76,30	5.003	5.003	0,717	0,841	0,742	0,767	15
Goiás	68,60	86,80	82,57	5.238	5.238	0,727	0,854	0,778	0,786	12
Distrito Federal	68,38	93,71	83,23	14.854	6.580	0,723	0,902	0,981	0,869	2

Fonte: Coluna 1: IBGE/DEPS, 1992. Coluna 2: IBGE/FNAD, 1996. Coluna 3: MEC/INEP/SEEC. Sinares Estatísticas IBGE/Contagem da População, 1996. Coluna 4: Banco Mundial, e estimativa de IPEA baseada nas melhores médias dos países, fornecidas pelo Banco Mundial ponderadas pela população. Considera Cláudia e Média, Miranda. IPEA, 1998. PIB per Unidade da Federação. Novo Sistema de Contas Nacionais, 1990-96. Conjuntura Econômica, novembro.

Nota: (1) as taxas da região Norte foram corrigidas de acordo com o Censo Demográfico de 1991, pois a FNAD somente considera o segmento urbano da Região Norte; (2) Estados com o mesmo valor de IDH foram ordenados levando-se em consideração a quinta casa decimal.

# - Um valor positivo indica que a ordem do IDH e superior à obtida no PIB real per capita (IPC), enquanto o inverso ocorre quando o valor for negativo.

**TABELA A 2.2**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 1995**

Unidade	Esperança média de nascimentos anos	Taxa de alfabeti- zação de adultos %	Taxa combi- nada de alfabeti- zação nos três níveis de ensino %	PIB per capita PPCS	PIB per capita ajustado PPCS	Índice de esperan- ça de vida	Índice de edu- cação	Índice de Desenvol- vimento Humano	Ordem de PIB per capita (PPC) e ordem em IDH (1)		
									1995	1995	
Ano	1995	1995	1995	1995	1995	1995	1995	1995	1995	1995	1995
<b>BRASIL</b>	67,28	84,40	75,70	5.986	5.986	0,705	0,815	0,923	0,814		
<b>NORTE</b>	67,03	78,51(1)	74,20	4.490	4.490	0,701	0,771	0,688	0,720		
Roraima	66,71	84,30	69,80	5.562	5.562	0,695	0,795	0,856	0,782	11	-1
Acre	66,68	70,16	74,10	5.499	5.499	0,695	0,715	0,847	0,752	16	-5
Amazonas	67,30	78,79	69,00	5.209	5.209	0,705	0,755	0,801	0,754	15	-1
Roraima	65,93	84,09	77,70	5.594	5.594	0,682	0,820	0,861	0,788	10	-1
Para	67,20	78,30	73,90	4.281	4.281	0,703	0,768	0,656	0,709	18	0
Amapá	67,50	85,02	81,20	5.487	5.487	0,708	0,837	0,845	0,797	9	3
Tocantins	66,84	75,40	88,90	1.607	1.607	0,697	0,799	0,236	0,578	22	5
<b>NORDESTE</b>	64,10	69,50	69,90	2.905	2.905	0,652	0,696	0,440	0,596		
Maranhão	63,29	68,30	72,40	2.027	2.027	0,638	0,697	0,302	0,546	25	0
Piauí	64,06	64,90	66,90	1.892	1.892	0,651	0,656	0,281	0,529	27	-1
Ceará	64,78	68,50	66,10	2.570	2.570	0,663	0,677	0,387	0,576	23	-1
Rio Grande do Norte	64,82	70,50	75,90	3.993	3.993	0,664	0,723	0,610	0,666	19	0
Paraíba	62,79	67,80	66,00	2.276	2.276	0,630	0,672	0,341	0,548	24	0
Pernambuco	62,03	70,20	76,50	3.064	3.064	0,617	0,723	0,465	0,602	21	0
Alagoas	61,52	65,20	63,40	2.387	2.387	0,609	0,646	0,359	0,538	26	-3
Sergipe	65,63	73,70	73,40	5.402	5.402	0,677	0,736	0,831	0,748	17	-4
Bahia	66,12	71,70	68,60	3.305	3.305	0,685	0,707	0,503	0,632	20	0
<b>SUDESTE</b>	68,59	90,70	79,90	7.956	6.239	0,727	0,871	0,963	0,853		
Minas Gerais	68,94	85,90	76,20	5.083	5.083	0,732	0,827	0,781	0,780	12	3
Espírito Santo	68,91	85,90	79,00	5.771	5.771	0,732	0,836	0,889	0,819	8	0
Rio de Janeiro	66,78	93,20	74,50	7.524	6.228	0,696	0,870	0,961	0,842	7	4
São Paulo	69,20	92,30	83,80	9.716	6.273	0,737	0,895	0,968	0,867	1	1
SUL	69,94	90,90	76,40	6.669	6.199	0,749	0,861	0,956	0,855		
Paraná	68,91	88,40	77,20	6.393	6.184	0,732	0,847	0,954	0,844	5	0
Santa Catarina	70,25	92,60	74,10	6.269	6.175	0,754	0,864	0,952	0,857	4	3
Rio Grande do Sul	70,62	92,20	76,70	7.131	6.217	0,760	0,870	0,959	0,863	3	1
<b>CENTRO-OESTE</b>	68,26	86,60	79,10	6.647	6.198	0,721	0,841	0,956	0,839		
Mato Grosso do Sul	68,93	86,70	80,50	6.279	6.176	0,732	0,846	0,953	0,844	6	0
Mato Grosso	67,66	84,70	77,80	5.011	5.011	0,711	0,824	0,770	0,768	13	3
Goiás	68,30	84,80	78,30	4.871	4.871	0,722	0,826	0,748	0,765	14	3
Distrito Federal	68,21	93,50	81,10	13.468	6.342	0,720	0,894	0,979	0,864	2	-1

Fontes: Coluna 1 IBGE/DEPIS 1998; Coluna 2 IBGE/PNAD 1995; Coluna 3 IBGE/DEPIS 1997; IBGE, Contagem de População 1996; Anuário Estatístico do Brasil 1996; MEC/INEP/SEEC, Síntese Estatísticas; Coluna 4 Banco Mundial e estimativa do IPEA baseada nas rendas médias dos países (coletadas pelo Banco Mundial, ponderadas por população). Considera Claudio M. e Medina Méndez IPEA 1998 PIB por Lirio da Federação. Novo Sistema de Contas Nacionais 1990-96 FGV (com economia ajustada).  
Nota (1) as taxas da região Norte foram corrigidas de acordo com o Censo Demográfico de 1991, pois a PNAD somente considera o segmento urbano da Região Norte.  
\* Um valor positivo indica que a ordem de IDH é superior à obtida no PIB real per capita (PPC), enquanto o inverso ocorre quando o valor é negativo.  
Nota (2) Estados com o mesmo valor de IDH foram ordenados levando-se em consideração a quarta casa decimal.

**TABELA A.2.3**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 1991**

Unidade	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa combinada de matriculados em três níveis de ensino (%)	PIB per capita PPCS	PIB per capita ajustado PPCS	Índice de esperança de vida	Índice de educação	Índice de Desenvolvimento Humano	Ordem do IDH	Ordem do PIB per capita (PPC) menos ordem do IDH (A)
Ano	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1991
<b>BRASIL</b>	66,13	80,60	67,80	5.023	5.023	0,686	0,763	0,913	0,787	
<b>NORTE</b>	65,67	75,90	63,00	3.516	3.516	0,678	0,716	0,633	0,676	
Rorônia	65,34	80,40	63,00	4.185	4.185	0,672	0,746	0,757	0,725	14 -2
Acre	65,27	65,70	59,00	3.767	3.767	0,671	0,635	0,680	0,662	16 -1
Amazonas	65,92	76,20	61,50	4.884	4.884	0,682	0,713	0,887	0,761	10 -3
Roraima	64,53	78,30	60,00	3.767	3.767	0,659	0,722	0,680	0,687	15 0
Para	65,83	76,40	61,40	3.210	3.210	0,681	0,714	0,577	0,657	17 1
Amapá	66,17	80,70	72,30	4.605	4.605	0,686	0,779	0,835	0,767	9 -1
Tocantins	65,46	69,90	74,50	1.256	1.256	0,674	0,714	0,214	0,534	23 4
<b>NORDESTE</b>	62,71	63,50	60,30	2.360	2.360	0,629	0,624	0,419	0,557	
Maranhão	61,94	59,30	65,10	1.395	1.395	0,616	0,612	0,240	0,489	27 -2
Piauí	62,66	59,50	65,30	1.395	1.395	0,628	0,614	0,240	0,494	26 -1
Ceará	63,39	63,90	53,00	2.094	2.094	0,640	0,603	0,370	0,537	22 0
Rio Grande do Norte	63,42	65,10	70,60	3.070	3.070	0,640	0,669	0,551	0,620	19 0
Paraíba	61,34	59,40	57,90	1.813	1.813	0,606	0,589	0,318	0,504	25 -1
Pernambuco	60,58	67,10	69,30	2.790	2.790	0,593	0,678	0,499	0,590	21 -1
Alagoas	60,07	56,00	57,50	2.094	2.094	0,585	0,565	0,370	0,506	24 -2
Sergipe	64,22	65,00	67,20	3.628	3.628	0,654	0,657	0,654	0,655	18 -1
Bahia	64,74	65,50	54,10	2.790	2.790	0,662	0,617	0,499	0,593	20 0
<b>SUDESTE</b>	67,71	88,20	72,90	6.867	5.248	0,712	0,831	0,955	0,832	
Minas Gerais	67,66	82,50	67,70	4.185	4.185	0,711	0,776	0,757	0,748	12 0
Espírito Santo	67,74	83,00	73,40	4.605	4.605	0,712	0,798	0,835	0,782	8 0
Rio de Janeiro	66,04	90,70	68,80	6.697	5.243	0,684	0,834	0,954	0,824	5 -2
São Paulo	68,47	90,20	77,20	8.372	5.278	0,725	0,859	0,960	0,848	1 1
<b>SUL</b>	68,90	88,70	70,70	5.237	5.182	0,732	0,827	0,942	0,834	
Paraná	67,70	85,70	71,40	5.023	5.023	0,712	0,809	0,913	0,811	6 -1
Santa Catarina	69,29	90,80	67,10	5.023	5.023	0,738	0,829	0,913	0,827	4 1
Rio Grande do Sul	69,75	90,40	71,50	5.582	5.206	0,746	0,841	0,947	0,845	3 1
<b>CENTRO-OESTE</b>	67,14	83,90	73,20	5.575	5.205	0,702	0,803	0,947	0,817	
Mato Grosso do Sul	67,65	83,70	74,80	4.605	4.605	0,711	0,807	0,835	0,784	7 1
Mato Grosso	66,33	81,10	68,80	4.466	4.466	0,689	0,770	0,810	0,756	11 0
Goiás	67,17	82,30	73,80	4.046	4.046	0,703	0,795	0,732	0,743	13 1
Distrito Federal	67,54	91,30	75,80	12.001	5.344	0,709	0,861	0,972	0,847	2 -1

Fonte: Coluna 1 IBGE/DEPS, 1998; Coluna 2 IBGE/Censo Demográfico 1991; Coluna 3 IBGE/Censo Demográfico 1991; MEC/INEP/SEEC.

Séries Estatísticas; Coluna 4 Banco Mundial, estimativa do IFEA baseada nas médias dos países, fornecidas pelo Banco Mundial, ponderadas por população. Considera Cadeia de Média Móvel, IPEA, 1998; PIB por Unidade da Federação, Novo Sistema de Contas Nacionais, 1990-1996; FGV/Conjuntura Econômica, nov./87.

A - Um valor positivo indica que a ordem de IDH é superior à obtida no PIB real per capita (PPC), enquanto o inverso ocorre quando o valor for negativo.

Nota: (1) Estados com o mesmo valor do IDH terão ordenados levando-se em consideração a quarta casa decimal.

**TABELA 2.4**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 1980**

Unidade	Esperança de vida ao nascer anos	Taxa de alfabetização de adultos %	Taxa combinada de mortalidade nos três níveis de ensino %	PIB per capita PPCS	PIB per capita PPSCC	Índice de qualidade de vida	Índice de educação	Índice de PIB	Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de IDH	Índice de PIB per capita (PPC) multiplicado de IDH (IDH)
Ano	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980	1980
<b>BRASIL</b>	61,76	74,7	61,2	4.882	4.882	0,613	0,702	0,887	<b>0,734</b>		
<b>NORTE</b>	60,30	69,4	55,6	3.068	3.068	0,588	0,648	0,550	0,595		
Roraima	60,34	68,5	50,7	3.426	3.426	0,589	0,626	0,617	0,611	14	-3
Acre	59,23	55,2	48,5	2.343	2.343	0,571	0,530	0,416	0,506	19	0
Amazonas	59,66	70,7	56,6	4.680	4.680	0,578	0,660	0,849	0,696	9	-2
Roraima	58,92	74,6	64,6	3.224	3.224	0,565	0,713	0,579	0,619	12	0
Pará	60,72	72,3	55,7	2.783	2.783	0,595	0,668	0,498	0,587	16	0
Amapá	61,01	75,3	67,0	2.887	2.887	0,600	0,725	0,517	0,614	13	2
Tocantins	60,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>NORDESTE</b>	57,67	54,1	56,0	2.021	2.021	0,545	0,547	0,356	0,483		
Maranhão	56,15	49,0	48,6	1.265	1.265	0,519	0,489	0,216	0,408	26	-1
Piauí	56,71	50,4	62,5	1.037	1.037	0,529	0,544	0,174	0,416	25	1
Ceará	59,45	54,5	60,3	1.674	1.674	0,574	0,564	0,292	0,477	22	1
Rio Grande do Norte	59,41	55,6	63,5	1.964	1.964	0,574	0,582	0,346	0,501	20	1
Paraíba	56,58	50,7	66,2	1.399	1.399	0,526	0,559	0,241	0,442	23	1
Pernambuco	56,26	57,8	57,7	2.405	2.405	0,521	0,578	0,427	0,509	18	0
Alagoas	54,92	46,1	47,4	1.964	1.964	0,499	0,465	0,346	0,437	24	-3
Sergipe	58,74	53,5	62,0	2.011	2.011	0,562	0,563	0,354	0,493	21	-1
Bahia	58,82	56,9	50,7	2.721	2.721	0,564	0,548	0,486	0,533	17	0
<b>SUDESTE</b>	64,26	83,5	65,7	6.981	5.250	0,654	0,776	0,955	0,795		
Minas Gerais	62,74	75,3	61,1	4.151	4.151	0,629	0,706	0,751	0,695	10	0
Espirito Santo	62,87	76,0	68,8	4.297	4.297	0,631	0,736	0,778	0,715	8	1
Rio de Janeiro	63,30	87,2	71,7	6.841	5.247	0,638	0,820	0,954	0,804	4	-1
São Paulo	65,67	86,3	65,6	8.774	5.285	0,678	0,794	0,961	0,811	2	-1
<b>SUL</b>	64,60	84,2	60,8	5.235	5.182	0,660	0,764	0,942	0,789		
Paraná	63,16	79,7	59,1	4.447	4.447	0,636	0,728	0,806	0,723	7	1
Santa Catarina	65,13	87,2	57,5	5.473	5.200	0,669	0,773	0,946	0,796	5	0
Rio Grande do Sul	65,80	87,0	64,5	5.971	5.222	0,680	0,795	0,950	0,808	3	1
<b>CENTRO-OESTE</b>	62,22	76,5	62,9	4.271	4.271	0,620	0,720	0,773	0,704		
Mato Grosso do Sul	63,26	76,4	50,1	4.747	4.747	0,638	0,676	0,862	0,725	5	0
Mato Grosso	60,31	69,7	54,8	3.136	3.136	0,589	0,647	0,563	0,600	15	-1
Goiás	61,80	74,0	66,5	3.218	3.218	0,613	0,715	0,578	0,635	11	2
Distrito Federal	64,65	88,6	74,7	7.577	5.263	0,661	0,840	0,957	0,819	1	1

Fontes: Coluna 1 - IBGE/DEPIS, 1997; Coluna 2 - IBGE - Censo Demográfico 1980; Coluna 3 - IBGE - Censo Demográfico 1980, MEC/INEP/SEEC, Síntese Estatísticas; IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1982; Coluna 4 - IBGE/ Anuário Estatístico do Brasil 1992; FGV - Conjuntura Econômica, Nov 97.

■ Um valor por linha indica que a ordem de IDH é superior a obtida no PIB real per capita (PPC), enquanto o inverso ocorre quando o valor da linha indica IDH. (1) Estados com o mesmo valor de IDH foram ordenados segundo se em consideração a quarta coluna de dados.

**TABELA A.2.5**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 1970**

Unidade	Esperança de vida ao nascer anos	Taxa de alfabetização de adultos %	Taxa combinada de mortalidade nos três níveis censitários	PIB per capita PPCS	PIB per capita ajustado PPCS	Índice de esperança de vida	Índice de educação	Índice de PIR	Índice de Desenvolvimento Humano	Ordem do IDH	Ordem do PIB per capita (PPC) menor ordem IDH (R\$)
Ano	1970	1970	1970	1970	1970	1970	1970	1970	1970		1970
<b>BRASIL</b>	52,67	67,0	49,2	2.315	2.315	0,461	0,611	0,411	0,494		-
<b>NORTE</b>	54,06	63,0	44,0	1.302	1.302	0,484	0,567	0,223	0,425		
Rorondônia	54,20 (2)	64,7	31,7	2.025	2.025	0,487	0,578	0,357	0,474	9	-3
Acre	53,15 (2)	47,3	36,1	1.302	1.302	0,469	0,436	0,223	0,376	16	-2
Amazonas	54,31	62,8	37,7	1.591	1.591	0,489	0,544	0,277	0,437	13	-3
Roraima	52,32 (2)	66,4	56,9	1.736	1.736	0,455	0,632	0,303	0,463	10	-2
Pará	54,39	67,7	47,1	1.157	1.157	0,490	0,608	0,196	0,431	14	1
Amapá	54,79 (2)	66,4	60,9	2.170	2.170	0,497	0,646	0,384	0,509	6	-1
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>NORDESTE</b>	44,38	46,1	37,8	868	868	0,323	0,433	0,142	0,299		
Maranhão	49,07	40,5	34,6	579	579	0,401	0,385	0,089	0,292	20	4
Piauí	49,41	40,4	38,0	434	434	0,407	0,396	0,062	0,288	21	4
Ceará	43,14	44,6	32,5	723	723	0,302	0,406	0,116	0,275	22	-1
Rio Grande do Norte	38,63	45,6	45,7	723	723	0,227	0,456	0,116	0,266	23	-2
Paraíba	38,91	45,0	38,8	723	723	0,232	0,429	0,116	0,259	25	-4
Pernambuco	41,13	50,3	43,6	1.157	1.157	0,269	0,481	0,196	0,315	19	-4
Alagoas	40,55	39,1	38,0	868	868	0,259	0,387	0,142	0,263	24	-4
Sergipe	45,12	46,6	43,6	1.013	1.013	0,335	0,456	0,169	0,320	18	0
Bahia	48,77	49,4	35,5	1.013	1.013	0,396	0,448	0,169	0,338	17	1
<b>SUDESTE</b>	56,89	77,1	56,3	3.472	3.472	0,532	0,702	0,625	0,620		
Minas Gerais	54,35	65,7	52,9	1.591	1.591	0,489	0,614	0,277	0,460	11	-1
Espírito Santo	57,92	67,2	54,3	1.591	1.591	0,549	0,629	0,277	0,485	8	2
Rio de Janeiro	57,29	83,4	59,7	3.761	3.761	0,538	0,755	0,679	0,657	3	0
São Paulo	58,45	81,2	57,2	4.629	4.629	0,558	0,732	0,840	0,710	1	0
SUL	60,26	76,5	53,3	2.170	2.170	0,588	0,688	0,384	0,553		
Paraná	57,50	69,0	46,7	1.736	1.736	0,542	0,616	0,303	0,487	7	1
Santa Catarina	60,85	81,1	55,5	2.025	2.025	0,598	0,726	0,357	0,560	5	1
Rio Grande do Sul	64,52	81,6	59,4	2.749	2.749	0,659	0,742	0,491	0,631	4	0
<b>CENTRO-OESTE</b>	55,96	67,5	49,2	1.591	1.591	0,516	0,614	0,277	0,469		
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	57,86	64,2	44,1	1.447	1.447	0,548	0,575	0,250	0,458	12	1
Goiás	55,28	64,4	48,9	1.157	1.157	0,505	0,592	0,196	0,431	15	0
Distrito Federal	54,17	83,0	67,5	4.051	4.051	0,486	0,778	0,733	0,666	2	0

Fontes: Coluna 1: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1992; Coluna 2: IBGE, Censo Demográfico 1970; Coluna 3: IBGE, Censo Demográfico 1970 e IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1971; 1972; Coluna 4: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1992; FGV, Contínua Econômica, nov./97

0 - Valor positivo indica que a ordem do IDH é superior à obtida no PIB (ex) per capita (PPC), enquanto o inverso ocorre, quando o valor for negativo

Nota: (\*) Valores estimados

Nota: (2) Estados com o mesmo valor do IDH foram ordenados levando-se em consideração a quarta casa decimal

TABELA A.2.6

## IDH E DIMENSÕES - PAÍSES COM POPULAÇÃO MAIOR QUE 20 MILHÕES

1995

Países	IDH	IDH longevidade	IDH educação	IDH renda
Canadá	0,96	0,90	0,99	0,99
França	0,946	0,90	0,96	0,99
EUA	0,943	0,86	0,98	0,99
Japão	0,94	0,91	0,92	0,99
Espanha	0,935	0,88	0,95	0,98
Reino Unido	0,932	0,88	0,95	0,99
Alemanha	0,925	0,86	0,93	0,99
Itália	0,922	0,88	0,90	0,99
Coreia do Sul	0,894	0,78	0,93	0,97
Argentina	0,888	0,79	0,91	0,96
Venezuela	0,86	0,79	0,83	0,96
México	0,855	0,79	0,82	0,96
Polónia	0,851	0,77	0,92	0,86
Colômbia	0,85	0,76	0,84	0,95
Taiândia	0,838	0,74	0,91	0,96
Malásia	0,834	0,77	0,76	0,97
Brasil	0,809	0,69	0,80	0,94
Turquia	0,772	0,72	0,75	0,84
Federação Russa	0,769	0,68	0,92	0,71
Romênia	0,767	0,74	0,86	0,70
Coreia do Norte	0,766	0,78	0,88	0,64
Irã	0,758	0,72	0,68	0,87
Argélia	0,746	0,72	0,63	0,89
Peru	0,729	0,71	0,86	0,62
África do Sul	0,717	0,65	0,82	0,68
Indonésia	0,679	0,65	0,77	0,62
Filipinas	0,677	0,71	0,90	0,43
Ucrânia	0,665	0,73	0,91	0,36
Uzbequistão	0,659	0,71	0,90	0,37
China	0,65	0,74	0,76	0,46
Egito	0,612	0,66	0,57	0,60
Vietnã	0,56	0,69	0,81	0,18
Marrocos	0,557	0,68	0,45	0,54
Iraque	0,538	0,56	0,56	0,49
Myanmar	0,481	0,57	0,71	0,17
Quênia	0,463	0,48	0,69	0,22
Paquistão	0,453	0,63	0,39	0,34
Índia	0,451	0,61	0,53	0,21
Nigéria	0,391	0,44	0,55	0,19
Bangladesh	0,371	0,53	0,38	0,21
Tanzânia	0,358	0,43	0,56	0,09
Nepal	0,351	0,52	0,37	0,17
Sudão	0,343	0,45	0,41	0,16
Etiópia	0,244	0,39	0,29	0,05

Fonte: UNDP, Human Development Report, 1988.

**TABELA A.2.7****IDH E DIMENSÕES - PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

1995

Países	IDH	IDH longevidade	IDH educação	IDH renda
Barbados	0,909	0,85	0,91	0,97
Bahamas	0,893	0,80	0,90	0,98
Chile	0,893	0,84	0,88	0,97
Costa Rica	0,889	0,86	0,86	0,95
Argentina	0,888	0,79	0,91	0,96
Uruguai	0,885	0,79	0,90	0,96
Dominica	0,879	0,80	0,88	0,96
Panamá	0,868	0,81	0,84	0,95
Venezuela	0,860	0,79	0,83	0,96
México	0,855	0,79	0,82	0,96
Colômbia	0,850	0,76	0,84	0,95
Brasil	0,809	0,69	0,80	0,94
Equador	0,767	0,74	0,84	0,73
Cuba	0,729	0,85	0,86	0,48
Peru	0,729	0,71	0,86	0,62
Rep. Dominicana	0,720	0,75	0,79	0,62
Paraguai	0,707	0,74	0,83	0,56
Guiana	0,670	0,64	0,87	0,50
Guatemala	0,615	0,68	0,59	0,58
Bolívia	0,593	0,59	0,78	0,41
Honduras	0,573	0,73	0,69	0,30
Nicarágua	0,547	0,71	0,65	0,28

Fonte: UNDP, Human Development Report, 1988.

TABELA A.2.8  
CONTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES NA EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

	1970-1980				1980-1991				1991-1996				1970-1996			
	IDH	LONG	EDUC	PIE	IDH	LONG	EDUC	PIB	IDH	LONG	EDUC	PIB	IDH	LONG	EDUC	PIE
BRASIL	0,240	0,051	0,030	0,159	0,053	0,024	0,020	0,009	0,042	0,008	0,021	0,014	0,335	0,083	0,071	0,181
NORTE	0,171	0,035	0,027	0,109	0,080	0,030	0,023	0,028	0,051	0,009	0,021	0,021	0,303	0,074	0,070	0,158
Rondônia	0,137	0,034	0,016	0,087	0,115	0,028	0,040	0,047	0,095	0,010	0,020	0,065	0,346	0,071	0,076	0,199
Acre	0,130	0,034	0,031	0,064	0,156	0,033	0,035	0,088	0,092	0,010	0,025	0,058	0,378	0,077	0,091	0,210
Amazonas	0,259	0,030	0,039	0,191	0,065	0,035	0,018	0,013	0,014	0,010	0,017	-0,012	0,339	0,074	0,073	0,191
Roraima	0,156	0,037	0,027	0,092	0,068	0,031	0,003	0,034	0,131	0,010	0,039	0,083	0,355	0,078	0,069	0,208
Pará	0,155	0,035	0,020	0,100	0,070	0,029	0,015	0,026	0,046	0,010	0,019	0,018	0,272	0,073	0,054	0,145
Amapá	0,105	0,034	0,026	0,044	0,153	0,029	0,018	0,106	0,019	0,009	0,022	-0,013	0,277	0,072	0,066	0,138
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	0,053	0,010	0,040	0,003	-	-	-	-
NORDESTE	0,183	0,074	0,038	0,071	0,074	0,028	0,026	0,021	0,051	0,010	0,030	0,011	0,308	0,112	0,094	0,103
Maranhão	0,116	0,039	0,035	0,042	0,081	0,032	0,041	0,008	0,058	0,009	0,025	0,024	0,256	0,081	0,101	0,074
Piauí	0,127	0,041	0,049	0,037	0,078	0,033	0,023	0,022	0,040	0,010	0,014	0,016	0,246	0,083	0,087	0,075
Ceará	0,202	0,091	0,053	0,059	0,061	0,022	0,013	0,026	0,053	0,010	0,037	0,006	0,316	0,122	0,103	0,091
Rio Grande do Norte	0,234	0,116	0,042	0,077	0,119	0,022	0,029	0,068	0,048	0,010	0,021	0,017	0,402	0,148	0,092	0,162
Paraíba	0,183	0,098	0,043	0,042	0,062	0,027	0,010	0,026	0,053	0,010	0,031	0,012	0,298	0,135	0,084	0,079
Pernambuco	0,193	0,084	0,032	0,077	0,081	0,024	0,033	0,024	0,025	0,010	0,024	-0,009	0,300	0,118	0,090	0,092
Alagoas	0,174	0,080	0,026	0,068	0,070	0,029	0,033	0,008	0,032	0,010	0,024	-0,002	0,276	0,119	0,084	0,073
Sergipe	0,173	0,076	0,036	0,062	0,162	0,031	0,031	0,100	0,076	0,010	0,031	0,035	0,411	0,116	0,098	0,197
Bahia	0,195	0,056	0,033	0,106	0,060	0,033	0,023	0,004	0,062	0,010	0,038	0,014	0,317	0,098	0,095	0,124
Sudeste	0,175	0,041	0,025	0,110	0,037	0,019	0,018	0,000	0,025	0,006	0,015	0,004	0,237	0,066	0,058	0,113
Minas Gerais	0,236	0,047	0,031	0,158	0,053	0,027	0,023	0,002	0,075	0,009	0,022	0,044	0,363	0,083	0,076	0,204
Espírito Santo	0,230	0,027	0,036	0,167	0,067	0,027	0,021	0,019	0,054	0,008	0,014	0,032	0,351	0,063	0,070	0,218
Rio de Janeiro	0,147	0,033	0,022	0,092	0,020	0,015	0,005	0,000	0,020	0,005	0,011	0,004	0,187	0,054	0,037	0,095
São Paulo	0,101	0,040	0,021	0,041	0,037	0,016	0,022	0,000	0,020	0,005	0,012	0,003	0,158	0,061	0,054	0,043
SUL	0,235	0,024	0,025	0,186	0,045	0,024	0,021	0,000	0,027	0,007	0,014	0,005	0,307	0,055	0,061	0,191
Paraná	0,236	0,031	0,037	0,168	0,088	0,025	0,027	0,036	0,036	0,009	0,014	0,014	0,360	0,065	0,078	0,217
Santa Catarina	0,236	0,024	0,016	0,196	0,031	0,023	0,019	-0,011	0,036	0,007	0,016	0,014	0,302	0,053	0,050	0,199
Rio Grande do Sul	0,178	0,007	0,018	0,153	0,036	0,022	0,015	-0,001	0,025	0,006	0,014	0,005	0,238	0,035	0,047	0,156
CENTRO-OESTE	0,236	0,035	0,035	0,166	0,113	0,027	0,028	0,058	0,031	0,008	0,019	0,004	0,379	0,070	0,082	0,227
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	0,059	0,024	0,044	-0,009	0,064	0,009	0,016	0,039	-	-	-	-
Mato Grosso	0,142	0,014	0,024	0,104	0,157	0,033	0,041	0,082	0,010	0,009	0,024	-0,023	0,309	0,056	0,089	0,164
Goiás	0,204	0,036	0,041	0,127	0,108	0,030	0,027	0,051	0,043	0,008	0,020	0,015	0,355	0,074	0,087	0,194
Distrito Federal	0,154	0,058	0,021	0,075	0,028	0,016	0,007	0,005	0,021	0,005	0,014	0,003	0,203	0,079	0,041	0,083

Fonte: Cálculos de Índice de Desenvolvimento Humano, 1970, 1980, 1991, 1996

**TABELA A.2.5**  
**CONTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES NA EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (em %)**

	1970-1980				1980-1991				1991-1996				1970-1996			
	IDH	LONG	EDUC	PIB	IDH	LONG	EDUC	PIB	IDH	LONG	EDUC	PIB	IDH	LONG	EDUC	PIB
BRASIL	100	21	13	66	100	45	38	16	100	19	49	32	100	25	21	54
NORTE	100	20	16	64	100	37	28	34	100	18	41	41	100	25	23	52
Rorônia	100	25	12	63	100	24	35	41	100	10	21	69	100	21	22	57
Acre	100	26	24	50	100	21	22	56	100	11	27	63	100	20	24	56
Amazonas	100	11	15	74	100	53	27	19	100	66	119	-85	100	22	22	56
Roraima	100	24	17	59	100	46	4	49	100	7	29	63	100	22	19	59
Pará	100	23	13	65	100	41	22	38	100	21	40	39	100	27	20	53
Amapá	100	33	25	42	100	19	12	69	100	50	117	-67	100	26	24	50
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	100	18	76	6	-	-	-	-
NORDESTE	100	40	21	39	100	37	34	28	100	19	59	22	100	36	30	33
Maranhão	100	34	30	36	100	40	50	10	100	16	43	41	100	32	39	29
Piauí	100	32	39	29	100	42	30	28	100	24	36	40	100	34	35	31
Ceará	100	45	26	29	100	36	21	43	100	18	70	12	100	39	32	29
Rio Grande do Norte	100	49	18	33	100	19	24	57	100	20	43	36	100	37	23	40
Paraíba	100	54	24	23	100	43	16	41	100	19	58	23	100	45	28	27
Pernambuco	100	43	17	40	100	30	41	29	100	41	96	-37	100	39	30	31
Alagoas	100	46	15	39	100	41	48	11	100	32	76	-7	100	43	30	27
Sergipe	100	44	21	36	100	19	19	62	100	13	41	46	100	28	24	48
Bahia	100	29	17	54	100	55	38	7	100	15	62	23	100	31	30	39
SUDESTE	100	23	14	63	100	51	49	0	100	25	60	15	100	28	24	48
Minas Gerais	100	20	13	67	100	52	44	4	100	12	30	58	100	23	21	56
Espírito Santo	100	12	15	73	100	41	31	29	100	15	25	59	100	18	20	62
Rio de Janeiro	100	23	15	63	100	78	24	-1	100	26	55	19	100	29	20	51
São Paulo	100	40	20	40	100	42	59	-1	100	25	59	16	100	38	34	27
SUL	100	10	11	79	100	53	47	0	100	27	54	19	100	18	20	62
Paraná	100	13	16	71	100	29	31	41	100	24	39	38	100	18	22	60
Santa Catarina	100	10	7	83	100	75	61	-36	100	19	43	38	100	18	17	66
Rio Grande do Sul	100	4	10	86	100	61	42	-3	100	24	57	18	100	15	20	66
CENTRO-OESTE	100	15	15	70	100	24	25	51	100	25	62	13	100	18	22	60
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	100	41	74	-15	100	14	25	61	-	-	-	-
Mato Grosso	100	10	17	73	100	21	26	53	100	89	226	-215	100	18	29	53
Goiás	100	18	20	62	100	28	25	47	100	19	46	36	100	21	25	55
Distrito Federal	100	38	13	49	100	57	25	18	100	22	65	13	100	39	20	41

Fonte: Cálculos de Índice de Desenvolvimento Humano: 1970, 1980, 1991, 1996

**TABELA A.2.10**  
**COMPARAÇÕES REGIONAIS ENTRE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Índice de Desenvolvimento Humano Como Porcentagem do Valor do Brasil

Ano	1970	1980	1991	1995	1996
<b>BRASIL</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>NORTE</b>	85,92	81,13	85,85	88,42	87,59
Rondônia	95,91	83,19	92,14	96,07	98,91
Acre	76,07	68,89	84,11	92,37	90,94
Amazonas	88,32	94,80	96,64	92,57	93,45
Roraima	93,77	84,35	87,27	96,77	98,61
Pará	87,28	79,96	83,48	87,08	84,80
Amapá	102,98	83,65	97,42	97,85	94,71
Tocantins	-	-	67,87	70,94	70,79
<b>NORDESTE</b>	60,59	65,78	70,79	73,18	73,27
Maranhão	59,00	55,59	62,16	67,03	66,00
Piauí	58,34	56,62	62,75	65,01	64,38
Ceará	55,55	64,94	68,29	70,72	71,19
Rio Grande do Norte	53,86	68,21	78,77	81,76	80,51
Paraíba	52,38	60,22	64,04	67,27	67,18
Pernambuco	63,81	69,33	74,95	73,89	74,12
Alagoas	53,18	59,48	64,33	66,05	64,92
Sergipe	64,76	67,19	83,21	91,89	88,17
Bahia	68,34	72,58	75,30	77,58	78,94
<b>SUDESTE</b>	125,40	108,32	105,76	104,81	103,31
Minas Gerais	93,04	94,76	95,05	95,83	99,21
Espírito Santo	98,10	97,43	99,34	100,59	100,74
Rio de Janeiro	133,00	109,57	104,67	103,46	101,73
São Paulo	143,65	110,52	107,72	106,43	104,68
<b>SUL</b>	111,95	107,48	105,91	105,07	103,70
Paraná	98,56	98,56	103,06	103,69	102,14
Santa Catarina	113,38	108,45	105,03	105,25	104,02
Rio Grande do Sul	127,62	110,13	107,30	106,01	104,78
<b>CENTRO-OESTE</b>	94,87	95,99	103,84	103,09	102,24
Mato Grosso do Sul	-	98,82	99,65	103,61	102,27
Mato Grosso	92,58	81,70	96,06	94,37	92,42
Goiás	87,21	86,58	94,42	93,99	94,76
Distrito Federal	134,66	111,66	107,67	106,15	104,71

Fonte: Quadros de Índice de Desenvolvimento Humano: 1970, 1980, 1991, 1995, 1996.

**TABELA A.2.11**  
**COMPARAÇÕES REGIONAIS ENTRE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Índice de Desenvolvimento Humano Como Porcentagem de São Paulo

Ano	1970	1980	1991	1995	1996
<b>BRASIL</b>	69,61	90,48	92,83	93,96	95,53
<b>NORTE</b>	59,81	73,41	79,70	83,08	83,76
Rondônia	66,77	75,27	85,54	90,27	94,48
Acre	52,96	62,33	78,08	86,79	86,87
Amazonas	61,48	85,77	89,72	86,98	89,27
Roraima	65,28	76,32	81,02	90,92	94,20
Pará	60,76	72,35	77,50	81,82	81,01
Amapá	71,69	75,68	90,44	91,94	90,47
Tocantins	-	-	63,01	66,65	67,63
<b>NORDESTE</b>	42,18	59,51	65,72	68,76	70,00
Maranhão	41,07	50,30	57,70	62,98	63,05
Piauí	40,61	51,23	58,25	61,09	61,50
Ceará	38,67	58,76	63,39	66,45	68,00
Rio Grande do Norte	37,49	61,71	73,13	76,82	76,91
Paraíba	36,46	54,49	59,45	63,20	64,18
Pernambuco	44,42	62,72	69,58	69,43	70,81
Alagoas	37,02	53,82	59,72	62,06	62,01
Sergipe	45,08	60,79	77,25	86,34	84,23
Bahia	47,57	65,67	69,91	72,89	75,41
<b>SUDESTE</b>	87,29	98,01	98,18	98,48	98,69
Minas Gerais	64,77	85,73	88,24	90,04	94,77
Espírito Santo	68,29	88,15	92,22	94,52	96,23
Rio de Janeiro	92,58	99,14	97,17	97,22	97,18
São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>SUL</b>	77,93	97,24	98,32	98,72	99,06
Paraná	68,61	89,17	95,67	97,43	97,58
Santa Catarina	78,93	98,12	97,50	98,89	99,37
Rio Grande do Sul	88,84	99,64	99,61	99,61	100,09
<b>CENTRO-OESTE</b>	66,04	86,85	96,39	96,87	97,67
Mato Grosso do Sul	-	89,41	92,51	97,36	97,70
Mato Grosso	64,45	73,92	89,18	88,67	88,28
Goiás	60,71	78,34	87,65	88,31	90,53
Distrito Federal	93,74	101,02	99,95	99,74	100,02

Fonte: Dados do Índice de Desenvolvimento Humano 1970, 1980, 1991, 1995, 1996

**TABELA A.2.12**  
**COMPARAÇÕES REGIONAIS ENTRE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Índice de Desenvolvimento Humano Como Porcentagem do Valor da Região

Ano	1970	1980	1991	1995	1996
<b>BRASIL</b>	-	-	-	-	-
<b>NORTE</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rondônia	111,63	102,54	107,33	108,65	112,79
Acre	88,54	84,91	97,97	104,46	103,71
Amazonas	102,80	116,85	112,57	104,69	106,60
Roraima	109,14	103,97	101,66	109,43	112,51
Pará	101,58	98,55	97,24	98,48	96,70
Amapá	119,86	103,10	113,48	110,66	108,12
Tocantins	-	-	79,05	80,22	80,74
<b>NORDESTE</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Maranhão	97,37	84,51	87,81	91,60	90,08
Piauí	96,27	86,08	88,64	88,84	87,87
Ceará	91,67	98,73	96,47	96,63	97,15
Rio Grande do Norte	88,89	103,69	111,28	111,73	109,87
Paraíba	86,44	91,56	90,47	91,92	91,69
Pernambuco	105,30	105,40	105,88	100,98	101,16
Alagoas	87,76	90,44	90,88	90,25	88,59
Sergipe	106,88	102,15	117,55	125,57	120,33
Bahia	112,78	110,34	106,38	106,01	107,74
<b>SUDESTE</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Minas Gerais	74,20	87,48	89,87	91,43	96,03
Espirito Santo	78,23	89,95	93,92	95,97	97,51
Rio de Janeiro	106,06	101,15	98,97	98,72	98,47
São Paulo	114,55	102,03	101,85	101,54	101,32
<b>SUL</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Paraná	88,04	91,70	97,30	98,69	98,50
Santa Catarina	101,28	100,90	99,16	100,17	100,30
Rio Grande do Sul	114,00	102,47	101,31	100,90	101,03
<b>CENTRO-OESTE</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mato Grosso do Sul	-	102,95	95,97	100,51	100,03
Mato Grosso	97,60	85,12	92,52	91,54	90,39
Goiás	91,93	90,20	90,93	91,17	92,68
Distrito Federal	141,95	116,32	103,69	102,97	102,41

Fonte: Quadros do Índice de Desenvolvimento Humano, 1970, 1980, 1991, 1995, 1996

**TABELA A.2.13**  
**REDUÇÃO NO DÉFICIT (1 - IDH)**

	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1970-1996
	%	%	%	%
<b>BRASIL</b>	47,39	20,00	19,91	66,29
<b>NORTE</b>	29,69	19,85	14,39	51,75
Rondônia	25,96	29,46	34,64	65,86
Acre	20,78	31,64	27,31	60,64
Amazonas	46,01	21,34	6,04	60,10
Roraima	29,00	17,82	41,86	66,08
Pará	27,34	17,00	13,52	47,85
Amapá	21,38	39,61	8,05	56,34
Tocantins	-	-	11,38	-
<b>NORDESTE</b>	26,16	14,39	11,43	44,01
Maranhão	16,43	13,73	11,40	36,12
Piauí	17,88	13,41	7,93	34,53
Ceará	27,86	11,63	11,46	43,55
Rio Grande do Norte	31,94	23,92	12,57	54,73
Paraíba	24,71	11,13	10,73	40,26
Pernambuco	28,25	16,52	6,07	43,75
Alagoas	23,57	12,39	6,50	37,39
Sergipe	25,45	31,93	22,15	60,49
Bahia	29,43	12,85	15,25	47,88
<b>SUDESTE</b>	46,08	18,28	14,64	62,39
Minas Gerais	43,61	17,32	29,70	67,22
Espírito Santo	44,69	23,46	24,63	68,09
Rio de Janeiro	42,84	10,08	11,34	54,43
São Paulo	34,89	19,45	13,45	54,61
<b>SUL</b>	52,72	21,25	15,96	68,71
Paraná	46,06	31,75	19,13	70,22
Santa Catarina	53,58	15,08	20,86	68,80
Rio Grande do Sul	48,08	18,95	15,78	64,56
<b>CENTRO-OESTE</b>	44,36	38,18	16,86	71,41
Mato Grosso do Sul	-	21,53	29,65	-
Mato Grosso	26,19	39,09	4,29	56,97
Goiás	35,92	29,56	16,70	62,40
Distrito Federal	46,02	15,51	13,82	60,70

Fonte: Quadros de Índices de Desenvolvimento Humano: 1970, 1980, 1991, 1995, 1996

**TABELA A.2.14**  
**RANKING DO IDH AJUSTADO AOS GÊNEROS (IDH - G)**  
**1995**

POSIÇÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR DO IDH-G
1	DISTRITO FEDERAL	0,84
2	RIO GRANDE DO SUL	0,81
3	SÃO PAULO	0,79
4	RIO DE JANEIRO	0,79
5	AMAPÁ	0,78
6	SANTA CATARINA	0,78
7	PARANÁ	0,77
8	MATO GROSSO	0,76
9	RORAIMA	0,75
10	ACRE	0,75
11	ESPIRITO SANTO	0,74
12	RONDÔNIA	0,73
13	AMAZONAS	0,72
14	MINAS GERAIS	0,71
15	SERGIPE	0,70
16	GOIÁS	0,69
17	MATO GROSSO DO SUL	0,69
18	PARÁ	0,67
19	RIO GRANDE DO NORTE	0,61
20	BAHIA	0,59
21	TOCANTINS	0,56
22	PERNAMBUCO	0,56
23	CEARA	0,54
24	PARAÍBA	0,53
25	MARANHÃO	0,52
26	ALAGOAS	0,51
27	PIAUÍ	0,51
POSIÇÃO	REGIÃO	VALOR DO IDH-G
1	SUL	0,78
2	SUDESTE	0,78
3	CENTRO OESTE	0,77
4	NORTE	0,68
5	NORDESTE	0,56
<b>BRASIL</b>		<b>0,74</b>

Cálculo do índice:  $1/3 \times (\text{índice de esperança de vida igualmente distribuído} + \text{índice de nível educacional igualmente distribuído} + \text{índice de rendimento igualmente distribuído})$

Elaboração: DIPES / IPEA

**TABELA A.2.15**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AJUSTADO AOS GÊNEROS**  
**DADOS BÁSICOS 1995**

Regiões e Unidades da Federação	Esperança de Vida ao Nascer (anos <sup>1</sup> )		Taxa de Alfabetização de Adultos		Taxa de Escolaridade Bruta Conjunta		Parcela dos Rendimentos Auferidos	
	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Norte	70,05	69,37	75,85	75,08	76,93	71,82	28,91	71,09
Rorônia	69,73	68,83	82,24	86,15	71,04	68,96	26,76	73,24
Acre	69,23	68,90	71,35	68,12	76,39	71,93	39,45	60,55
Amazonas	70,21	70,00	75,88	77,15	71,45	66,91	31,29	68,71
Roraima	69,02	67,42	79,36	75,09	80,57	76,67	33,32	66,68
Pará	70,30	69,53	76,80	76,05	77,05	71,24	27,69	72,31
Amapá	70,56	70,12	79,90	83,52	83,60	79,40	36,65	63,35
Tocantins	69,69	69,32	77,37	73,53	92,80	85,56	27,15	72,85
Nordeste	67,17	64,42	71,97	66,82	72,88	67,28	25,54	74,46
Maranhão	66,87	62,25	71,26	65,21	75,60	69,71	22,52	77,48
Piauí	67,42	63,92	67,61	61,91	69,70	64,42	26,23	73,77
Ceará	68,08	65,18	73,51	62,90	68,50	63,85	24,14	75,86
Rio Grande do Norte	68,04	65,37	74,88	65,64	78,58	73,93	24,81	75,19
Paraíba	65,66	62,55	72,36	62,57	69,88	61,84	31,32	68,68
Pernambuco	64,75	61,53	71,97	68,21	79,49	73,76	25,48	74,52
Alagoas	64,52	60,23	67,01	63,17	65,83	61,34	26,55	73,45
Sergipe	68,62	67,08	75,85	71,49	75,86	71,36	27,74	72,26
Bahia	69,14	67,85	72,19	71,16	71,74	65,83	25,59	74,41
Sudeste	73,13	69,55	89,42	92,10	81,30	78,87	25,79	74,21
Minas Gerais	72,49	71,70	85,06	86,77	78,31	74,59	23,56	76,44
Espirito Santo	72,74	71,22	84,39	87,49	80,29	78,33	23,49	76,51
Rio de Janeiro	72,27	65,02	91,95	94,60	76,68	72,26	29,57	70,43
São Paulo	73,78	70,50	90,73	94,01	84,62	83,60	25,78	74,22
Sul	73,76	72,95	89,86	91,99	77,17	75,98	25,21	74,79
Paraná	72,31	71,92	86,08	90,83	77,77	77,08	24,50	75,50
Santa Catarina	74,06	73,48	92,39	92,86	74,63	74,38	24,08	75,92
Rio Grande do Sul	74,76	73,55	91,85	92,58	77,94	75,74	28,70	71,30
Centro Oeste	71,60	70,90	86,44	86,86	80,83	77,87	25,00	75,00
Mato Grosso	72,11	72,28	84,99	84,37	96,31	93,75	21,15	78,85
Mato Grosso do Sul	70,76	70,30	84,97	88,36	68,33	64,68	22,27	77,73
Goiás	71,57	71,10	84,67	85,07	80,20	76,82	22,24	77,76
Distrito Federal	72,22	69,77	93,67	93,34	81,86	80,84	34,92	65,08
Brasil	71,09	68,53	84,32	84,54	77,69	74,17	25,55	74,45

Notas — Esperança de Vida ao Nascer: Fonte: IBGE/DPEI Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.  
 Taxa de alfabetização de adultos: Fonte: Atlas Regional das Desigualdades (IBGE/PNAD 1995). Nota: Refere-se a população com mais de 10 anos de idade.  
 Taxa de Escolaridade Bruta Conjunta: Fonte: INEP e IBGE. Definição: Razão entre o número de matrículas realizadas em todos os níveis de ensino pela população no intervalo de 3 a 22 anos.  
 Parcela dos rendimentos auferidos: Fonte: IBGE/PNAD 1995. Nota de cálculo: (1) Participação dos sexos na PEA segundo o PNAD 1995; (2) Diferencial de renda dos ocupados segundo o PNAD 1995; (3) Razão salário feminino sobre salário médio e salário masculino sobre salário médio;  $W = [(parcela\ feminina\ na\ PEA \times\ diferencial\ de\ renda\ dos\ ocupados)] - [(parcela\ masculina\ da\ PEA) \times\ Salário\ feminino\ sobre\ salário\ médio] + [(renda\ dos\ ocupados/W) \times\ Salário\ masculino\ sobre\ salário\ médio]$ ; (4) Cálculo das parcelas de rendimento auferido:  $[(salário\ feminino/salário\ médio) \times\ parcela\ feminina\ da\ PEA] + [(salário\ masculino/salário\ médio) \times\ parcela\ masculina\ da\ PEA]$ .  
 Abreviação: D.P.E.S. / I.F.E.A.

**TABELA A.2.16**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AJUSTADO AOS GÊNEROS**  
**ÍNDICES PARCIAIS 1995**

Regiões e Unidades da Federação	Índice de Rendimentos		Índice de Esperança de Vida		Índice de Nivel Educacional	
	Valor do		Valor do		Valor do	
	índice	Ranking	índice	Ranking	índice	Ranking
Norte	0,59	4	0,70	4	0,75	4
Rondônia	0,71	11	0,70	16	0,79	14
Acre	0,84	2	0,69	17	0,71	21
Amazonas	0,71	10	0,71	12	0,74	17
Roraima	0,80	4	0,68	19	0,78	15
Pará	0,54	17	0,70	13	0,76	16
Amapá	0,81	3	0,71	11	0,82	11
Tocantins	0,19	27	0,70	14	0,80	13
Nordeste	0,33	5	0,65	5	0,70	5
Maranhão	0,21	26	0,64	24	0,70	23
Piauí	0,22	25	0,65	23	0,65	26
Ceará	0,28	23	0,66	22	0,67	24
Rio Grande do Norte	0,45	19	0,66	21	0,72	20
Paraíba	0,29	22	0,63	25	0,67	25
Pernambuco	0,35	21	0,62	26	0,72	19
Alagoas	0,28	24	0,61	27	0,65	27
Sergipe	0,67	13	0,68	20	0,74	18
Bahia	0,39	20	0,69	18	0,71	22
Sudeste	0,74	1	0,73	2	0,87	1
Minas Gerais	0,57	15	0,73	4	0,83	9
Espírito Santo	0,65	14	0,73	7	0,84	8
Rio de Janeiro	0,80	5	0,70	15	0,87	5
São Paulo	0,75	7	0,74	3	0,90	1
Sul	0,73	3	0,75	1	0,86	2
Paraná	0,72	8	0,73	6	0,85	7
Santa Catarina	0,71	9	0,75	2	0,87	6
Rio Grande do Sul	0,80	6	0,76	1	0,87	4
Centro-Oeste	0,74	2	0,72	3	0,84	3
Mato Grosso	0,68	12	0,73	5	0,88	3
Mato Grosso do Sul	0,55	16	0,71	10	0,80	12
Goiás	0,53	18	0,72	8	0,83	10
Distrito Federal	0,89	1	0,72	9	0,89	2
<b>Brasil</b>	<b>0,71</b>		<b>0,71</b>		<b>0,82</b>	

**Notas:**

**Índice de Rendimentos:**

**Etapas de cálculo do índice:** (1)  $P = \frac{\text{População dos sexes no FEA}}{\text{Diferencial de Rend. dos Originais} - \text{razão entre o rend. med. de ocupados dos sexes feminino e masculino}}$ ; (2)  $R = \frac{\text{Razão salário feminino sobre salário médio} + \text{salário masculino sobre salário médio}}{\text{W} + \text{W}}$ ; (3)  $W = \frac{\text{Parcela feminina do FEA} + \text{diferencial de rend. dos ocupados}}{\text{Parcela masculina do FEA}}$ ; (4)  $C = \frac{\text{Salário médio} + \text{Parcela masculina do FEA}}{\text{Parcela masculina do FEA}}$ ; (5)  $P \times R \times C = \text{Índice de rendimento ajustado por sexo}$ ; (6)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (7)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (8)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (9)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (10)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (11)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (12)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (13)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (14)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (15)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (16)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (17)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (18)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (19)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (20)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (21)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (22)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (23)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (24)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (25)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (26)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (27)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (28)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (29)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (30)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (31)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (32)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (33)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (34)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (35)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (36)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (37)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (38)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (39)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (40)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (41)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (42)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (43)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (44)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (45)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (46)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (47)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (48)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (49)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (50)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (51)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (52)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (53)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (54)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (55)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (56)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (57)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (58)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (59)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (60)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (61)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (62)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (63)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (64)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (65)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (66)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (67)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (68)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (69)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (70)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (71)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (72)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (73)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (74)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (75)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (76)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (77)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (78)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (79)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (80)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (81)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (82)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (83)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (84)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (85)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (86)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (87)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (88)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (89)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (90)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (91)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (92)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (93)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (94)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (95)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (96)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (97)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (98)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (99)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ ; (100)  $I = \frac{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}}{\text{Índice de rendimento ajustado por sexo}} \times 100$ .

**Índice de Esperança de Vida:**

**Etapas de cálculo do índice:** (1) Cálculo do índice de esperança de vida por sexo, utilizando os valores mínimo e máximo do IDH-1990. Para as mulheres a fórmula é:  $\frac{27,5 + (87,5 - 27,5) \times \text{Índice de expectativa de vida}}{87,5 - 27,5}$ . Para os homens a fórmula é:  $\frac{22,5 + (82,5 - 22,5) \times \text{Índice de expectativa de vida}}{82,5 - 22,5}$ . (2) Cálculo do índice ajustado distribuído à população feminina:  $\frac{\text{Índice de expectativa de vida}}{\text{Índice de expectativa de vida}} \times 100$ .

**Índice de Nivel Educacional:**

**Etapas de cálculo do índice:** (a) taxa de alfabetização para cada UF, macroregião e Brasil por sexo; (b) taxa de matrícula; (c) cálculo do índice de nível educacional por sexo a partir da seguinte fórmula:  $\frac{2/3(\text{taxa de alfabetização de adultos}) + 1/3(\text{taxa de escolaridade})}{\text{Índice de expectativa de vida}}$ ; (d) cálculo do índice ajustado distribuído segundo a fórmula:  $\frac{\text{Índice de nível educacional}}{\text{Índice de nível educacional}} \times 100$ .

Elaboração: DIFES / IPEA



# BIBLIOGRAFIA

---

- ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de C. & SOUZA, Andréa Helena Soares Correia de. *Estimativas dos fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios a nível de Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas 1974/1994*. Rio de Janeiro, IBGE - Diretoria de Pesquisas, 1996.
- BRASS, W. et al.. *The Demography of Tropical Africa*. Office of Population Research, Princeton University Press, 1968.
- CARVALHO, José Alberto M., SAWYER, Diana Oya & RODRIGUES, Roberto do Nascimento. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. Belo Horizonte, ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994.
- CONSIDERA, Claudio M. & MEDINA, Mérida. *Produto Interno Bruto por Unidades da Federação*. IPEA, agosto de 1998 (mimeo).
- DORAID, Moez. *Instrumentos analíticos para o desenvolvimento humano*. Escritório do Desenvolvimento Humano, PNUD, Brasília - DF, 1997. 3ª ed.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, nov./97, (51) 11.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO / IPEA. *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais, 1970-1980-1991*. Belo Horizonte, FJP, 1996.
- IBGE/AMS. *Estatísticas da saúde: assistência médico-sanitária*. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro [vários anos].
- IBGE. *Censo. 1970/Censo Demográfico*. Rio de Janeiro.
- IBGE. *Censo. 1980/Censo Demográfico: Famílias e Domicílios*. Rio de Janeiro.
- IBGE. *Censo. 1991/Censo Demográfico: Características gerais da população e instrução*. Rio de Janeiro.
- IBGE. *Censo. 1991/Censo Demográfico*. Rio de Janeiro.
- IBGE. *Contagem de População 1996*. Rio de Janeiro.

- IBGE. *Contagem de População 1996*. Rio de Janeiro.
- IBGE. *Estatísticas do Registro Civil, 1994*. Rio de Janeiro.
- IBGE. *PNAD, 1992 e 1995, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro.
- IBGE. *Regionalização das Transações do Setor Público, 1995*. 1997 [disponível em meio magnético].
- MEC-INEP. *Informe Estatístico 1996: Brasil, regiões e unidades da federação*. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1996.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *SUS - Sistema Único de Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - 1979-1996. Dados de Declaração de Óbitos*. Brasília, 1997.
- PNUD - Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. *1993: Informe sobre Desarrollo Humano*. Madri, CIDEAL, 1993.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *1996: Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Tricontinental Editora, 1996.
- \_\_\_\_\_. *1997: Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Trinova Editora, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996*. Brasília-DF, PNUD, Rio de Janeiro, IPEA 1996.
- SILVA, Antonio Braz de Oliveira et al. *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação - Dados revisados*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997.
- UNDP - United Nations Development Program. *1994: Human Development Report*. New York, Oxford University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. *1995: Human Development Report*. New York, Oxford University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *1997: Human Development Report*. New York, Oxford University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *1998: Human Development Report*. New York, Oxford University Press, 1998.
- UNICEF. *Indicadores sobre crianças e adolescentes: Brasil, 1991-96*. Brasília-DF, UNICEF, Rio de Janeiro, IBGE, 1997.





O selo "Coleção Desenvolvimento Humano" identifica produtos de parcerias realizadas entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e instituições, pesquisadores e colaboradores interessados na promoção do desenvolvimento humano sustentável. As idéias e recomendações neles expressas resultam de análise técnica independente e não refletem necessariamente os pontos de vista do PNUD, do seu Conselho Executivo ou dos seus Estados Membros.



O Brasil passou a integrar, em 1995, o grupo de 64 países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aferido pelos critérios que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano vem publicando em seus relatórios internacionais, desde 1990. E manteve-se nesse patamar em 1996, segundo apurou este estudo sobre *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros*, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA e Fundação João Pinheiro, em parceria com o PNUD.

O IDH avalia o desenvolvimento de 174 países, segundo três dimensões básicas: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. Tais dimensões são captadas por meio dos seguintes indicadores: esperança de vida ao nascer (Longevidade); taxa de alfabetização de adultos e taxa de matrículas nos três níveis de ensino (Educação); e Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita*, ajustado pela paridade do poder de compra (Renda).

O IDH brasileiro mostra um avanço, quando se compara os anos censitários de 1970, 1980 e 1991 com 1995 e 1996. Na primeira década, o país ainda estava entre as nações de baixo desenvolvimento humano. Passou, em 1980, para o grupo do médio desenvolvimento humano e, em 1995, para o conjunto de países de alto desenvolvimento humano.

As análises deste trabalho demonstram que persistem desigualdades regionais, setoriais, de gênero e, sobretudo, de renda. Entretanto, todos os Estados brasileiros melhoraram em matéria de desenvolvimento humano nos 26 anos cobertos pelo estudo.

Este estudo também é pioneiro, pela primeira vez no mundo, o Índice de Desenvolvimento Humano para todos os municípios do país, além do primeiro índice pioneiro, o Índice de Condições de Vida. Este último é composto por indicadores agrupados em cinco dimensões: Renda, Educação, Infância, Habitação e Longevidade.

Para democratizar o acesso às informações sobre desenvolvimento humano e condições de vida, esta publicação é acompanhada de um CD-ROM: *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. O software que ele contém é um marco na apresentação de dados municipais georreferenciados.

Esse acervo de informações, que se completa com um Apêndice Estatístico, além de gráficos, quadros e tabelas, permitirá aos governantes, parlamentares, técnicos, pesquisadores e à sociedade civil analisar com maior riqueza de dados a evolução das políticas públicas e das condições sociais no país, estados, regiões e municípios. Será uma ferramenta importante para auxiliar a tomada de decisões em todos os níveis e em todos os campos, em busca do desenvolvimento humano sustentável.

Brasília, setembro 1998